



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

Extensão de Xai-Xai

Mestrado em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais

**MECANISMOS DE COMBATE ÀS FORMAS DO TRABALHO INFANTIL EM
MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE CASO DA VILA DA MACIA**

Proponente:

Rochete Alexandre Chambale

Xai-Xai, Novembro de 2024

**MECANISMOS DE COMBATE ÀS FORMAS DO TRABALHO INFANTIL EM
MOÇAMBIQUE: ESTUDO DE CASO DA VILA DA MACIA**

Número identificação: **715220081**

Proponente: **Rochete Alexandre Chambale**

Dissertação Submetida à Extensão de Xai-Xai da
Universidade Católica de Moçambique, como
Requisito para Obtenção do Grau de Mestrado em
Ciência Política: Governação e Relações
Internacionais. Tutorado por MSc. Ruben Ulaia.

Xai-Xai, Novembro de 2024

ÍNDICE

Conteúdos	Págs.
Declaração de Autenticidade	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iv
Lista de Abreviatura	v
Epígrafe	vi
Resumo	vii
Abstract.....	viii
CAPÍTULO - I. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problematização.....	2
1.3. Objectivos.....	4
1.3.1. Objectivo Geral.....	4
1.3.2. Objectivos Específicos	4
1.4. Perguntas de Pesquisa.....	4
1.5. Justificativa do Estudo.....	4
1.6. Delimitação da Pesquisa.....	6
1.7. Estrutura do Trabalho	6
CAPÍTULO - II. REVISÃO DA LITERATURA.....	8
2.1. Debate Conceptual.....	8
2.1.1. Trabalho Infantil	8
2.1.1.1. Formas de Trabalho Infantil	9
2.1.1.2. O Trabalho Infantil no Comércio Informal em Moçambique	10
2.1.1.3. Políticas de Combate ao Trabalho Infantil	11
2.1.2. Determinantes do Trabalho Infantil.....	11
2.1.2.1. Factores Culturais e Sociais.....	13
2.1.2.2. Análise dos Impactos da Educação	13
2.1.3. Impactos do Trabalho Infantil	15
2.1.3.1. Impactos Físicos do Trabalho Infantil	15
2.1.3.2. Impactos Psicológicos do Trabalho Infantil	16
2.1.3.3. Impactos Sociais do Trabalho Infantil.....	17

2.1.3.4. Riscos Envolvidos no Comércio Informal.....	18
2.1.3.5. Impactos a Longo Prazo no Bem-Estar das Crianças.....	19
2.1.4. O Papel da Família e da Sociedade	19
2.1.4.1. O Papel da Comunidade e da Sociedade	20
2.1.4.2. Pressões Socioeconómicas sobre as Famílias.....	21
2.1.4.3. A Necessidade de Intervenção Social e Governamental	22
2.1.5. Políticas Públicas de Combate ao Trabalho Infantil.....	23
2.1.5.1. Avaliação Crítica da Eficácia das Políticas e Programas	24
2.1.5.2. Análise das Limitações na Implementação das Políticas	25
2.2. Revisão da Literatura Empírica	26
2.2.1. Estudos Internacionais sobre o Trabalho Infantil	26
2.2.2. Casos de Sucesso na Redução do Trabalho Infantil	27
2.2.3. Aplicabilidade ao Contexto Moçambicano	29
2.2.4. Políticas Públicas para Combater o Trabalho Infantil	30
2.2.5. Implementação do PANCPFTI.....	34
2.3. Revisão da Literatura Focalizada/Relacionada.....	37
2.3.1. Impactos do Trabalho Infantil	38
2.3.2. Políticas Públicas de Combate ao Trabalho Infantil.....	38
2.3.3. Estratégias de Combate ao Trabalho Infantil	40
2.3.4. Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas.....	40
Em Moçambique, os principais métodos de monitoramento e avaliação das políticas públicas.....	40
2.4. Teorias de Base da Pesquisa.....	42
2.4.1. Teoria da Dependência	42
2.4.2. Teoria dos Direitos Humanos	43
2.4.3. Teoria dos Sistemas	43
CAPÍTULO - III. METODOLOGIA	45
3.1. Tipo de Pesquisa.....	45
3.1.1. Quanto à natureza	46
3.1.2. Quanto ao método de conhecimento	46
3.1.3. Quanto à abordagem.....	47
3.1.4. Quanto ao procedimento técnico	47

3.2. Técnica e Instrumentos de Recolha de Dados	48
3.2.1. Questionário	48
3.2.2. Guião de Entrevista	49
3.3. População Amostra.....	50
3.3.1. Amostragem	50
3.4. Técnicas de Análise de Dados	51
3.5. Considerações Éticas	52
CAPÍTULO – IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
4.1. Descrição do Local de Estudo	53
4.2. Apresentação dos Resultados	56
4.2.1. Perfil dos Inqueridos.....	56
4.2.1.1. Género	56
4.2.1.2. Proveniência	57
4.2.1.3. Idade	58
4.2.1.4. Escolaridade.....	59
4.2.1.5. Coabitação	60
4.3. Factores Demográficos	61
4.3.1. Frequência escolar	62
4.3.2. Motivo de desistência	63
4.3.3. Alimentação diária.....	64
4.3.4. Proveniência da alimentação	65
4.4. Trabalho Infantil.....	66
4.4.1. Noção do trabalho infantil	66
4.4.2. Causas do trabalho infantil	67
4.4.3. Início do trabalho infantil	68
4.4.4. Produtos comercializados	69
4.4.5. Proprietário dos produtos	70
4.4.6. Receitas geradas no trabalho infantil.....	71
4.4.7. Subsídio pelo trabalho infantil.....	72
4.4.8. Finalidade do subsídio pelo “TI”	73
4.4.9. Validação para prática do “TI”	74

4.5. Análise da Eficácia das Medidas de Combate ao “TI”	75
4.6. Análise e Discussão dos Resultados	80
4.6.1. Factores e Nível de Envolvimento das Crianças em Actividades Laborais Informais na Vila Municipal da Macia	80
4.6.2. Supervisão e Apoio das Famílias e do Governo para Prevenir o Envolvimento de Crianças em Actividades Informais	84
4.6.3. Eficácia das Políticas e Programas Governamentais na Promoção e Protecção dos Direitos da Criança	88
CAPÍTULO - V. CONCLUSÕES E SUGESTÕES	93
5.1. Conclusões	93
5.2. Sugestões	95
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
APÊNDICE	101
ANEXO	106

Declaração de Autenticidade

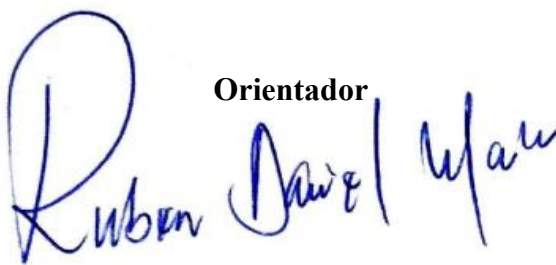
Eu, Rochete Alexandre Chambale, declaro por minha honra que esta dissertação é resultado de uma pesquisa pessoal e das orientações do meu tutor MSc. Ruben Ulaia. Nunca foi apresentado em nenhuma outra instituição de ensino para obtenção de qualquer grau acadêmico, as fontes consultadas estão devidamente citadas no texto e nas referências bibliográficas do trabalho.

Xai-Xai, 25 de Novembro de 2024

Candidato

Rochete Alexandre Chambale

Orientador



MSc. Ruben Daniel Ulaia

Dedicatória

Esta Dissertação é Dedicada a Minha Querida Família.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da Vida e por ter permitido concluir esta dissertação. Em segundo lugar, agradeço ao meu orientador MSc. Ruben Ulaia, pela maneira como soube dirigir a produção desta dissertação, pela paciência e ensinamentos.

Lista de Abreviatura

CIP - Centro de Integridade Pública

EN1 - Estrada Nacional número 1

ONG - Organizações Não-Governamentais

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PANCPFTI - Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNOCHA - Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU

UE - União Europeia

Epígrafe

“Educação é a arma mais poderosa contra o trabalho infantil, pois um livro nas mãos de uma criança abre mais portas do que um dia de trabalho.”

Rochete Chambale (2024)

Resumo

Este estudo analisa os mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em Moçambique, com enfoque na Vila da Macia, Província de Gaza. O problema central reside no envolvimento de crianças em actividades laborais informais, principalmente no comércio informal, o que compromete o desenvolvimento dessas crianças e viola seus direitos. O objectivo principal da pesquisa foi avaliar a eficácia das medidas para o combate ao trabalho infantil, visando a protecção dos direitos infantis. A metodologia adoptada foi qualitativa, tendo permitido que os dados colhidos/obtidos proporcionem uma compreensão mais detalhada e precisa. Os dados foram colectados por meio de questionários aplicados a famílias, entrevistas com representantes do governo local e análises de documentos oficiais sobre o tema. Estas técnicas permitiram uma triangulação dos dados, garantindo uma análise mais robusta e multidimensional. As conclusões indicam que, embora a medida de combate às formas de trabalho infantil tenha sido implementadas, sua eficácia foi limitada por diversos factores, como falta de recursos, supervisão inadequada e a perpetuação de desigualdades socioeconómicas. Por essa razão, o estudo recomenda maior investimento governamental e a criação de políticas integradas para abordar as causas estruturais que perpetuam o trabalho infantil, além de melhorar a fiscalização e o apoio social às famílias.

Palavras-chave: Trabalho infantil; Comércio informal; Políticas públicas; Protecção infantil;

Abstract

This study analyses the mechanisms for combating forms of child labor in Mozambique, focusing on Vila da Macia, Gaza Province. The central problem lies in the involvement of children in informal work activities, mainly in informal commerce, which compromises the development of these children and violates their rights. The main objective of the research was to evaluate the effectiveness of measures to combat child labor, aiming to protect children's rights. The methodology adopted was qualitative, allowing the data collected/obtained to provide a more detailed and precise understanding. Data was collected through questionnaires applied to families, interviews with local government representatives and analyses of official documents on the topic. These techniques allowed data triangulation, ensuring a more robust and multidimensional analysis. The conclusions indicate that, although the measure to combat forms of child labor was implemented, its effectiveness was limited by several factors, such as lack of resources, inadequate supervision and the perpetuation of socioeconomic inequalities. For this reason, the study recommends greater government investment and the creation of integrated policies to address the structural causes that perpetuate child labor, in addition to improving supervision and social support for families.

Keywords: *Child labor; Informal trade; Public policies; Child protection.*

CAPÍTULO - I. INTRODUÇÃO

Com a evolução do comércio livre, o mundo conheceu várias transformações, a luta pela sobrevivência ascendeu as expectativas, e, quase dita o modo de ser e estar que cada ser humano deve empregar para o sustento próprio ou da família, e quase visível, em todo território nacional, sobretudo nas estradas e ruas moçambicanas, o exercício do trabalho infantil que as vezes aparece revestida da moral ou como normal.

A pobreza é apontada por um lado, como um dos factores que impulsionam a actividade do comércio informal, aliás, de como pode se perceber, a falta de opções concretas para guiar a vida económica da família, a necessidade de cumprir com certos deveres paternos como dar escola, comida, habitação condigna pode impulsionar naquela ideia de olhar as crianças como alternativa para suprir algumas despesas de casa, aplicando-lhes nas actividades de vendas informais ou mesmo consentir que essas trabalhem ou se virem desde que consigam garantir o seu próprio sustento ou da família. Na mesma senda, como refere Marx (1867) “o trabalho infantil resulta das más condições de vida dos chefes de família, tais como, pais, encarregados de educação, estes que são responsáveis por prover condições básicas de sobrevivência às crianças” (p. 449).

Por outro lado, há que se considerar o histórico tradicional das famílias, isto é, seus hábitos, costumes e suas crenças, entende-se nesta ideia que, a tradição da família ou a forma de ser e estar de um determinado grupo, pode de alguma forma ditar ou consubstanciar no comércio infantil, portanto, é nessa ordem de ideias, que a questão do trabalho infantil deve ser entendida, não como resultado de um único factor, mas sim, como um fenómeno multifacetado e que pode variar em função da zona em que o indivíduo estiver inserido, seu hábito e costumes e bem como as leis locais vigentes.

Outrossim, é que em algumas sociedades concebe-se o trabalho infantil como um instrumento de socialização, visando aprendizagem de ofícios e regulação de comportamentos. Portanto, é nesse âmbito que prevalece a crença de que quando a criança começa a trabalhar cedo, a probabilidade de esta ser uma criança bem encaminhada e um adulto honesto é ainda maior (Gomes & da Silva, 2011; Cruz & Soares, 2011).

Porém, independentemente da concepção, da crença, criança sempre será criança e por isso há que se respeitar como também se faz necessário reconhecer os seus direitos fundamentais, tal como estatuído na Lei nº 7/2008 – Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança. No

entanto, uma outra forma de defendermos e mostrarmos o compromisso na salvaguarda dos seus direitos é procurar-se cooperar em todos níveis na planificação de acções concretas para combater essa prática, na difusão e promoção dos mesmos.

1.1. Problematização

A problemática do presente estudo insere-se num contexto sociocultural e económico marcado por desafios relacionados com a protecção dos direitos da criança, em particular no que concerne ao trabalho infantil em Moçambique. A compreensão deste fenómeno exige uma análise detalhada das condições históricas, sociais e económicas que permitem a sua persistência, apesar dos esforços legislativos e das intervenções sociais voltadas para a promoção dos direitos das crianças. A família, enquanto primeira instância de socialização, desempenha um papel central neste processo, sendo considerada o principal agente responsável pelo desenvolvimento físico, cognitivo e intelectual da criança. No entanto, como apontam diversos estudos, a ausência de acompanhamento familiar adequado contribui para a vulnerabilidade infantil e a inserção de crianças em ambientes perigosos ou inadequados, muitas vezes como uma tentativa de preencher lacunas emocionais ou económicas (Oliveira & Robazzi, 2001).

Neste sentido, a problemática da presente investigação radica nas consequências do trabalho infantil, sobretudo no comércio informal, e na forma como este fenómeno se tem expandido em determinadas regiões de Moçambique, especialmente na Província de Gaza. Conforme mencionado por Fijamo (2017), esta província tem-se destacado como uma das principais fornecedoras de mão-de-obra infantil para as grandes cidades, incluindo Maputo, a capital do país. As crianças oriundas desta região, em muitos casos, são envolvidas em actividades comerciais informais ao longo da Estrada Nacional número 1 (EN1), particularmente no troço entre Incoluane e Madendere. Estas actividades ocorrem, muitas vezes, sob o olhar passivo das autoridades governamentais, que deveriam garantir a protecção e a promoção dos direitos das crianças. Esse contexto de negligência por parte dos órgãos responsáveis pela fiscalização e implementação de políticas de protecção infantil evidencia a falência parcial das medidas vigentes, o que abre espaço para uma análise crítica da sua eficácia.

A literatura sobre a problemática do trabalho infantil é vasta e revela que, apesar de existirem convenções internacionais, como a Convenção n.º 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que permitem a participação de crianças em actividades laborais desde que

estas não prejudiquem a sua saúde, desenvolvimento pessoal ou educação, a realidade em Moçambique é muitas vezes diferente. Conforme estabelece a OIT, o trabalho infantil pode, em certas circunstâncias, ser considerado positivo para o desenvolvimento da criança, desde que seja realizado dentro de limites aceitáveis, levando em consideração a idade e as capacidades da criança. Todavia, o que se observa em várias regiões de Moçambique, particularmente nas áreas urbanas e nas proximidades das grandes rodovias, é a exploração de menores em actividades que comprometem o seu bem-estar físico e emocional, colocando em risco o seu desenvolvimento integral.

Estudos empíricos realizados sobre o trabalho infantil em Moçambique apontam para diversos factores que contribuem para a inserção de crianças no mercado de trabalho. Oliveira e Robazzi (2001) destacam que a pobreza, o desejo de ajudar os pais e a pressão exercida por estes para que as crianças sejam preparadas desde cedo para enfrentar os desafios da vida são alguns dos principais motivos que levam ao envolvimento de menores em actividades laborais. No entanto, é preciso reconhecer que estas justificativas acabam por criar um ciclo de vulnerabilidade que perpetua a exploração infantil, ao invés de promover o seu desenvolvimento saudável. Em muitos casos, o trabalho infantil ocorre em contextos onde há uma intensa migração interna, com crianças acompanhando as famílias em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades. As capitais, como Maputo, são pontos de convergência desse fenómeno, com crianças envolvidas em actividades informais, muitas vezes nos grandes terminais de transporte semicolectivo de passageiros, onde a presença de menores no comércio informal é amplamente visível.

Ainda que existam instrumentos legais em Moçambique que busquem proteger as crianças da exploração laboral, como o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil (PANCPFTI), instituído como uma medida de combate a esse fenómeno, os resultados práticos dessas políticas têm sido limitados. A persistência do trabalho infantil, mesmo diante da existência de regulamentos e convenções internacionais, sugere a necessidade de uma revisão crítica da implementação dessas políticas, bem como da eficácia dos mecanismos de fiscalização. Como destaca Massude (2023), o PANCPFTI foi concebido como um instrumento orientador para enfrentar o trabalho infantil no país, mas a sua implementação enfrenta inúmeros desafios, incluindo a falta de recursos, a ineficácia das acções governamentais e a ausência de um acompanhamento contínuo das crianças em situação de vulnerabilidade.

Por isso, é com base nos contextos aludidos que a presente pesquisa centra suas atenções buscando entender através da seguinte pergunta de partida: ***Que mecanismos são adoptados para o combate às formas do trabalho infantil na Vila da Macia, sobretudo na garantia, protecção dos direitos das crianças e redução de incidência no comércio informal?***

1.3. Objectivos

1.3.1. Objectivo Geral

- ✚ Analisar os mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em moçambique, na Vila da Macia.

1.3.2. Objectivos Específicos

- ✚ Identificar os factores e o nível de envolvimento das crianças em actividades laborais informais (comércio informal) na Vila Municipal da Macia;
- ✚ Aferir o grau de supervisão e apoio oferecido pelas famílias e ou governo às crianças em idade escolar para que não se envolvam em actividades informais;
- ✚ Analisar a eficácia das políticas ou programas de protecção dos direitos das crianças e os mecanismos adoptados para combater o trabalho infantil.

1.4. Perguntas de Pesquisa

Para responder aos objectivos apresenta-se as seguintes questões de pesquisa:

1. Quais são os factores que influenciam no envolvimento das crianças em actividades laborais informais, particularmente no comércio informal, na Vila Municipal da Macia, e qual é o nível desse envolvimento?
2. Qual é o grau de supervisão e apoio oferecido pelas famílias e/ou pelo governo às crianças em idade escolar para prevenir o envolvimento em actividades laborais informais?
3. Quão eficazes são as políticas e programas governamentais existentes na promoção e protecção dos direitos da criança na Vila Municipal da Macia?

1.5. Justificativa do Estudo

A presente investigação justifica-se pela relevância social, académica e pessoal que o tema do trabalho infantil assume na sociedade contemporânea, particularmente na promoção e

protecção dos direitos das crianças. De acordo com o artigo 4.º, n.º 1, da Lei n.º 7/2008, de 9 de Julho, "a criança goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana", assegurando-se, através de um quadro jurídico adequado, as condições necessárias para o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em liberdade e dignidade. Todavia, apesar da existência de um quadro legislativo que visa proteger as crianças, persistem práticas que violam os seus direitos, como o trabalho infantil, especialmente no contexto do comércio informal. Nestes moldes, a pesquisa justifica-se, pela necessidade de compreender os factores que impulsionam a proliferação dessa problemática e pela urgência de se promover a adopção de medidas eficazes por parte da sociedade e das instituições governamentais.

No âmbito social, o estudo se revela oportuno por abordar uma questão sensível que afecta directamente o bem-estar e o futuro das crianças, expondo as dinâmicas que contribuem para utilização da mão-de-obra infantil, mesmo diante de regulações específicas que proíbem tais práticas. Ao trazer à tona os factores que contribuem para essa realidade, o estudo poderá auxiliar tanto as famílias quanto as entidades governamentais a reverem suas posturas em relação à protecção infantil, promovendo um maior compromisso com o desenvolvimento integral e a protecção dos direitos das crianças.

No campo académico, a pesquisa oferece uma contribuição significativa, pois servirá de base para futuras investigações sobre a questão do trabalho infantil e os direitos das crianças. A importância do estudo reside em fornecer material empírico e teórico que permita aprofundar a compreensão dos impactos sociais, económicos e culturais do trabalho infantil. Este conhecimento poderá, ainda, influenciar a elaboração de políticas públicas mais eficazes e sensibilizar a sociedade para a necessidade de erradicar essas práticas prejudiciais.

Por fim, a escolha do tema também se fundamenta em razões de ordem pessoal. A pesquisa permitirá uma reflexão sobre a relação entre factores como a pobreza, a cultura e o envolvimento das crianças em actividades laborais, e o impacto que isso tem no seu desenvolvimento intelectual, social e económico. Este estudo será uma oportunidade de articular a teoria com a prática, proporcionando uma compreensão mais ampla das questões que ameaçam os direitos fundamentais das crianças. Assim, a investigação não só contribuirá para o meu desenvolvimento académico, mas também proporcionará uma experiência valiosa de investigação aplicada em um tema de grande relevância social.

1.6. Delimitação da Pesquisa

A delimitação de um estudo refere-se à definição clara dos seus limites, a fim de concentrar a investigação e torná-la exequível dentro de um determinado contexto. Segundo Gil (2009), a delimitação é o processo de estabelecer fronteiras para uma produção académico-científica, partindo das experiências adquiridas ao longo da formação do pesquisador e da especificidade do tema em estudo. Cervo e Bervian (2002) complementam essa ideia, afirmando que, para delimitar adequadamente um tema, é necessário dividi-lo em suas partes constitutivas e definir claramente os termos e conceitos que serão abordados.

Nesse sentido, o presente estudo foca-se em analisar os mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em moçambique, com enfoque específico na Vila da Macia, Distrito de Bilene, na Província de Gaza. O estudo pretende examinar se as políticas e programas implementados tem atingido os objectivos propostos e se tem contribuído de maneira significativa para a protecção dos direitos das crianças, particularmente no que se refere à erradicação das formas mais prejudiciais de trabalho infantil.

Em termos de delimitação geográfica, o estudo será realizado exclusivamente na Vila da Macia, limitando a colecta de dados a essa região. Essa escolha geográfica se justifica pelo facto de que a localidade apresenta características relevantes no contexto da problemática do trabalho infantil, o que permitirá uma análise mais focada e aprofundada sobre as condições locais e os desafios enfrentados nessa área específica.

No que concerne ao ramo de conhecimento, esta pesquisa enquadra-se na área das políticas públicas, dado que o foco principal será a análise das estratégias governamentais voltadas para a protecção infantil e combate ao trabalho infantil. A pesquisa buscará avaliar a eficácia das intervenções públicas implementadas, fornecendo uma base teórica e empírica para futuras propostas de melhorias nas políticas existentes, com vistas à promoção dos direitos das crianças e ao fortalecimento das iniciativas de protecção infantil no país. Assim, ao delimitar o estudo nesses termos, espera-se alcançar resultados relevantes que possam contribuir para o avanço das políticas públicas de protecção infantil em Moçambique.

1.7. Estrutura do Trabalho

Toda pesquisa, independentemente do seu objecto, deve estar voltada para a solução de um certo problema, e para tal é preciso empregar adequadamente os processos científicos. Por sua

vez, esses processos científicos, carecem de uma estruturação que geralmente compreende os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

No caso desta pesquisa, o trabalho é estruturalmente composto ou subdividido em cinco (5) capítulos, a destacar:

- 1) **Introdução** – Traz-se um enquadramento explicitando e contextualizando a génese do combate às formas do Trabalho Infantil em Moçambique no geral e na Vila da Macia de forma particular, trazendo os objectivos geral e específicos, como também procurando desvendar o problema com as respectivas hipóteses ou questões de investigação, não obstante a justificação que assenta em trazer o relevo da pesquisa nos vários âmbitos/campos.
- 2) **Revisão da Literatura** – Na Revisão Literária destaca-se o embasamento teórico do tema e suas respectivas bases autorais, abarcando as definições, as formas de trabalho infantil, as causas/factores que influenciam, entre outros pontos considerados relevantes para fundamentar o tema.
- 3) **Metodologia** – Neste capítulo faz-se uma relação de todo procedimento metodológico para responder tanto aos objectivos como o problema da pesquisa, sob ponto de vista de técnicas e instrumentos de recolha de dados, a amostra populacional, tipos de pesquisa e estudo adoptado.
- 4) **Análise e Discussão de Resultados** – Este capítulo procura descrever, analisar e interpretar os dados de pesquisa provenientes do questionário e do guião de entrevista, incitados aos visados definidos na amostra. Importa realçar que esta análise e interpretação são feitas através de tabelas e gráficos formulados a partir do pacote do Microsoft Office Excel.
- 5) **Conclusões, Recomendações e Referencias Bibliográficas** – Neste capítulo busca-se contemplar as inferências apuradas a partir da observação feita no capítulo anterior, assim como avança-se algumas sugestões/contribuições desta pesquisa, visando responder ao problema já identificado. Não obstante a descrição da fundamentação do suporte teórico e literário da pesquisa. Traz-se também as referências ou bases de suporte literário por meio da listagem dos autores, tendo em conta o modelo APA (em uso nesta instituição de ensino).

CAPÍTULO - II. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Debate Conceptual

2.1.1. Trabalho Infantil

O conceito de trabalho infantil tem sido amplamente discutido em documentos internacionais e legislações nacionais, reflectindo a importância de diferenciar entre actividades laborais apropriadas para crianças e aquelas que comprometem o seu bem-estar, desenvolvimento e direitos fundamentais. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho infantil refere-se a todo o tipo de trabalho que priva as crianças da sua infância, do seu potencial e da sua dignidade, sendo prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental (OIT, 2020). A Convenção n.º 138 da OIT, sobre a idade mínima para admissão ao emprego, estabelece que os Estados-membros devem fixar uma idade mínima para o trabalho que não seja inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória, e em qualquer caso, não inferior a 15 anos (OIT, 1973). Além disso, a Convenção n.º 182 da OIT, que trata das piores formas de trabalho infantil, define o trabalho perigoso como aquele que, por sua natureza ou condições, prejudica a saúde, segurança ou moral das crianças (OIT, 1999).

No contexto moçambicano, a legislação também reflecte esses princípios internacionais. A Lei de Protecção da Criança em Moçambique (Lei n.º 7/2008) define a criança como qualquer pessoa com menos de 18 anos e proíbe o envolvimento de crianças em actividades laborais que interfiram no seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Além disso, a legislação moçambicana criminaliza a exploração infantil e a utilização de crianças em actividades perigosas, incluindo o trabalho no comércio informal que é prevalente nas grandes cidades do país, como Maputo (República de Moçambique, 2008).

Esses instrumentos legais, tanto internacionais quanto nacionais, são fundamentais para a protecção das crianças, mas a implementação eficaz dessas normativas ainda enfrenta inúmeros desafios em Moçambique. As condições socioeconómicas, aliadas a factores culturais, muitas vezes contribuem para a perpetuação do trabalho infantil, sobretudo em áreas urbanas e rurais marginalizadas. De acordo com Massunde (2023), embora existam políticas e regulamentos que busquem combater essa prática, a aplicação dessas medidas muitas vezes é negligenciada ou insuficiente, especialmente no contexto do comércio informal.

2.1.1.1. Formas de Trabalho Infantil

O trabalho infantil pode ser classificado em diversas categorias, dependendo da sua natureza e do impacto que tem sobre o desenvolvimento da criança. A OIT diferencia entre o trabalho infantil que é aceitável e o que deve ser erradicado, com base na idade da criança, no tipo de trabalho e nas condições em que é realizado. O trabalho informal, que engloba uma vasta gama de actividades económicas não regulamentadas, é particularmente problemático no contexto de Moçambique, uma vez que as crianças envolvidas nestas actividades frequentemente trabalham em condições que violam os seus direitos fundamentais.

Em termos de formas de trabalho infantil, pode-se distinguir entre trabalho formal e informal, assim como entre trabalho perigoso e não perigoso. O trabalho formal envolve actividades reguladas por leis trabalhistas, o que inclui contratos de trabalho, protecção social e outros direitos trabalhistas. No entanto, em países como Moçambique, a maioria das crianças envolvidas em trabalho infantil está inserida no sector informal, onde as leis trabalhistas não são aplicadas de maneira eficaz e onde o risco de exploração é significativamente maior (OIT, 2020).

O trabalho informal refere-se às actividades laborais que ocorrem fora da regulamentação do Estado, muitas vezes em sectores como o comércio de rua, agricultura e construção. Em Moçambique, o comércio informal é uma das principais actividades em que as crianças estão envolvidas, especialmente nas áreas urbanas. Ao longo da Estrada Nacional número 1 (EN1), que atravessa o país, é comum observar crianças envolvidas no comércio informal, vendendo produtos como frutas, legumes e outras mercadorias, sob condições precárias (Fijamo, 2017). Essas crianças, muitas vezes com idade inferior a 15 anos, trabalham longas horas e estão expostas a uma série de perigos, incluindo acidentes de trânsito, exploração por adultos e exposição a condições climáticas adversas.

O trabalho perigoso, conforme definido pela Convenção n.º 182 da OIT, refere-se a actividades que representam um risco directo à saúde e segurança das crianças. Em Moçambique, grande parte do trabalho infantil se enquadra nessa categoria, uma vez que muitas crianças são envolvidas em actividades que comprometam não apenas a sua saúde física, mas também o seu desenvolvimento emocional e psicológico. A exposição a longas jornadas de trabalho, manuseio de cargas pesadas, bem como a violência física e verbal por parte de adultos, são realidades enfrentadas pelas crianças que trabalham no comércio informal (Oliveira & Robazzi,

2001). Além disso, essas crianças muitas vezes têm suas oportunidades de educação comprometidas, já que passam boa parte do tempo trabalhando, o que as impede de frequentar a escola regularmente ou de se concentrar em seus estudos.

Por outro lado, o trabalho não perigoso inclui actividades que podem ser consideradas aceitáveis, desde que realizadas em condições que não prejudiquem o bem-estar da criança. A OIT sugere que o envolvimento de crianças em actividades leves, como pequenas tarefas domésticas ou ajuda em negócios familiares, pode ser uma experiência positiva, desde que essas actividades não interfiram na sua educação ou desenvolvimento (OIT, 2020). No entanto, é crucial estabelecer limites claros, já que actividades que podem parecer inofensivas podem rapidamente transformar-se em formas de exploração quando executadas em excesso ou em condições inadequadas.

2.1.1.2. O Trabalho Infantil no Comércio Informal em Moçambique

O contexto moçambicano, marcado por profundas desigualdades socioeconómicas, facilita a proliferação do trabalho infantil no comércio informal. Em áreas urbanas como Maputo, o comércio informal é uma importante fonte de renda para muitas famílias que enfrentam a pobreza extrema, e as crianças frequentemente desempenham um papel central nesse sistema (Massunde, 2023). As condições de pobreza forçam muitas famílias a ver o trabalho infantil como uma estratégia de sobrevivência, justificando a inserção das crianças no trabalho informal como uma maneira de complementar a renda familiar. Contudo, essa prática gera um ciclo vicioso de exploração, onde as crianças são privadas de sua educação e expostas a riscos físicos e psicológicos.

Fijamo (2017) aponta que, na Província de Gaza, especificamente ao longo da EN1, a presença de crianças no comércio informal é particularmente preocupante. Muitas dessas crianças são envolvidas no trabalho informal sem qualquer supervisão ou protecção, e a resposta governamental tem sido insuficiente para lidar com esse problema. Apesar das legislações nacionais e dos compromissos internacionais, como as convenções da OIT, a realidade nas estradas e mercados de Moçambique reflecte uma falha na implementação de políticas públicas eficazes que garantam a protecção das crianças.

A falta de uma rede de protecção social abrangente para as famílias de baixa renda agrava ainda mais o problema. Oliveira e Robazzi (2001) argumentam que, em contextos de pobreza extrema, as crianças são frequentemente vistas como uma força de trabalho essencial para a

sobrevivência da família. Esse fenómeno é particularmente evidente em áreas rurais e periurbanas de Moçambique, onde as oportunidades de emprego formal são escassas e o acesso à educação de qualidade é limitado. As crianças envolvidas no comércio informal em Moçambique frequentemente trabalham em condições perigosas, sem acesso a direitos trabalhistas ou protecção social, o que compromete não apenas seu bem-estar imediato, mas também suas perspectivas futuras de desenvolvimento.

2.1.1.3. Políticas de Combate ao Trabalho Infantil

Embora o governo de Moçambique tenha adoptado políticas públicas destinadas a combater as piores formas de trabalho infantil, incluindo o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil (PANCPFTI), a implementação dessas medidas ainda enfrenta obstáculos significativos (Massunde, 2023). O plano busca alinhar as políticas nacionais com as directrizes internacionais estabelecidas pela OIT, mas a falta de recursos e de capacidade de fiscalização dificulta a sua aplicação eficaz. A ausência de uma rede de protecção social robusta para as famílias vulneráveis também contribui para a perpetuação do trabalho infantil no comércio informal.

Além disso, a conscientização pública sobre os direitos das crianças e os perigos do trabalho infantil ainda é limitada em muitas áreas de Moçambique. Conforme observado por Fijamo (2017), a sociedade, em muitos casos, vê o trabalho infantil como uma norma cultural ou uma necessidade económica, o que dificulta a erradicação dessa prática. Por esse motivo, é fundamental que as políticas públicas sejam acompanhadas por campanhas de conscientização que visem transformar essas percepções culturais e educar as comunidades sobre os direitos das crianças.

2.1.2. Determinantes do Trabalho Infantil

O trabalho infantil em Moçambique, assim como em outros países em desenvolvimento, é um fenómeno complexo que está profundamente enraizado em questões socioeconómicas. A pobreza é amplamente reconhecida como uma das principais causas que levam as famílias a colocarem suas crianças em actividades laborais (Massunde, 2023). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020), em situações de extrema pobreza, as crianças são frequentemente vistas como uma força de trabalho essencial para a sobrevivência da família. Elas são inseridas em actividades económicas desde tenra idade, não apenas para complementar a renda familiar, mas também para garantir a subsistência básica em contextos

onde os adultos enfrentam dificuldades para conseguir empregos formais. Em Moçambique, onde a taxa de pobreza continua alta, especialmente em áreas rurais e periurbanas, as crianças são frequentemente empregadas no comércio informal, agricultura e actividades domésticas (República de Moçambique, 2008).

A desigualdade social também desempenha um papel importante na perpetuação do trabalho infantil. Em muitas regiões de Moçambique, a distribuição desigual de riqueza e recursos significa que as famílias de baixa renda têm menos acesso a serviços públicos como saúde, educação e programas de assistência social (Oliveira & Robazzi, 2001). Isso aumenta a dependência dessas famílias das actividades informais, muitas vezes envolvendo seus filhos em trabalho para garantir o sustento da casa. Fijamo (2017) aponta que, nas áreas mais marginalizadas, como as zonas rurais da Província de Gaza, as crianças são visivelmente mais expostas ao comércio informal ao longo das estradas e mercados, onde trabalham longas horas sem protecção adequada.

Outro factor crítico que contribui para o trabalho infantil é a falta de oportunidades de emprego para adultos. Em muitos casos, quando os pais ou responsáveis não conseguem encontrar empregos formais ou quando o emprego formal não é suficiente para sustentar a família, as crianças são forçadas a trabalhar para complementar a renda. Isso ocorre com frequência nas zonas rurais de Moçambique, onde as oportunidades de emprego formal são limitadas, e o sector agrícola, que é sazonal e pouco remunerado, não fornece uma fonte de renda estável para as famílias (Massunde, 2023). A incapacidade de garantir um sustento adequado leva as famílias a recorrer ao trabalho infantil como uma solução económica temporária, mesmo que isso comprometa o futuro educacional e o bem-estar das crianças.

A migração rural-urbana também contribui para a persistência do trabalho infantil em Moçambique. As famílias que se deslocam das áreas rurais para as cidades, em busca de melhores condições de vida, frequentemente enfrentam dificuldades para se integrar ao mercado de trabalho formal nas zonas urbanas. Como resultado, as crianças dessas famílias migrantes são muitas vezes empurradas para o comércio informal ou para outras formas de trabalho infantil em áreas urbanas e periurbanas (Fijamo, 2017). A migração aumenta a vulnerabilidade das crianças, uma vez que as famílias geralmente chegam às cidades sem redes de apoio social e sem acesso a serviços básicos, como educação de qualidade e saúde, o que agrava a situação de exploração infantil.

2.1.2.1. Factores Culturais e Sociais

Além dos aspectos económicos, factores culturais e sociais também desempenham um papel central na perpetuação do trabalho infantil. Em muitas comunidades moçambicanas, o trabalho infantil é visto como uma forma legítima de aprendizado ou preparação para a vida adulta. Segundo Oliveira e Robazzi (2001), as famílias muitas vezes acreditam que envolver as crianças em actividades laborais desde cedo é importante para ensinar responsabilidade, disciplina e habilidades práticas que serão úteis na vida adulta. Essa visão é especialmente prevalente em áreas rurais e em sectores informais, onde as crianças são frequentemente envolvidas no trabalho agrícola ou no comércio local como forma de adquirir experiência e contribuir para o bem-estar familiar.

Essa prática é influenciada por tradições culturais que veem o trabalho infantil como parte do processo normal de crescimento e amadurecimento, em vez de uma violação dos direitos da criança. Fijamo (2017) observa que, em certas culturas moçambicanas, o trabalho infantil é considerado uma extensão do dever familiar, com as crianças assumindo responsabilidades económicas como forma de demonstrar lealdade à família. Além disso, em contextos onde as oportunidades educacionais são limitadas ou pouco valorizadas, o trabalho é muitas vezes visto como uma alternativa mais prática à educação formal, especialmente para crianças mais velhas que já concluíram o ensino primário ou para aquelas cujas famílias não podem arcar com os custos da educação (Massunde, 2023).

O papel das famílias na decisão de inserir as crianças no mercado de trabalho é, portanto, influenciado por uma combinação de necessidades económicas e normas culturais. Embora os pais muitas vezes tenham a intenção de preparar seus filhos para enfrentar os desafios da vida, essa prática pode resultar em uma forma de exploração, na qual as crianças são privadas de sua educação e colocadas em situações que comprometem seu desenvolvimento físico e psicológico. Em muitos casos, os pais desconhecem os direitos das crianças ou subestimam os danos causados pelo trabalho infantil, acreditando que estão apenas cumprindo suas responsabilidades como provedores (Oliveira & Robazzi, 2001).

2.1.2.2. Análise dos Impactos da Educação

A educação desempenha um papel fundamental na prevenção do trabalho infantil e na promoção do desenvolvimento integral da criança. Estudos mostram que o acesso à educação de qualidade é um dos principais factores que contribuem para a redução do trabalho infantil,

pois oferece às crianças alternativas viáveis para o futuro, além de melhorar suas perspectivas de emprego na vida adulta (OIT, 2020). No entanto, o sistema educacional em Moçambique enfrenta inúmeros desafios que limitam a capacidade das crianças de permanecerem na escola e evitarem o trabalho infantil.

Um dos principais problemas é a falta de acesso à educação, especialmente nas áreas rurais. Embora o governo moçambicano tenha feito progressos na expansão da educação primária, muitas crianças ainda enfrentam dificuldades para frequentar a escola devido a factores como distância geográfica, falta de transporte e infra-estrutura escolar inadequada (República de Moçambique, 2008). Além disso, o custo indirecto da educação, como uniformes, materiais escolares e taxas extras, muitas vezes impede que as famílias de baixa renda matriculem seus filhos ou que as crianças permaneçam na escola por um período prolongado.

Outro desafio enfrentado pelas crianças trabalhadoras é a dificuldade em conciliar o trabalho com os estudos. Crianças que estão envolvidas em actividades laborais, especialmente no comércio informal ou na agricultura, têm menos tempo para se dedicar à educação, o que afecta directamente seu desempenho escolar e sua capacidade de aprender (Oliveira & Robazzi, 2001). Essas crianças geralmente faltam às aulas ou chegam à escola cansadas, o que compromete seu desenvolvimento educacional e aumenta a probabilidade de evasão escolar. O trabalho infantil, portanto, perpetua um ciclo de exclusão educacional, no qual as crianças que trabalham têm menos possibilidades de concluir sua educação e, conseqüentemente, enfrentam maiores dificuldades para conseguir empregos qualificados no futuro.

A evasão escolar é outro problema crítico relacionado ao trabalho infantil. De acordo com a OIT (2020), muitas crianças que começam a trabalhar em idade precoce acabam abandonando a escola antes de concluir o ensino primário, o que limita suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. A falta de educação formal torna essas crianças mais vulneráveis à exploração contínua e perpetua o ciclo de pobreza nas comunidades onde vivem. Em Moçambique, a taxa de evasão escolar é particularmente alta em áreas rurais e entre crianças de famílias de baixa renda, onde o trabalho infantil é mais prevalente (Massunde, 2023).

Além dos desafios educacionais enfrentados pelas crianças que trabalham, há também limitações na qualidade da educação oferecida. Muitas escolas em Moçambique, especialmente nas áreas rurais, carecem de recursos adequados, como professores qualificados, materiais

didácticos e infra-estruturas básicas (República de Moçambique, 2008). Isso reduz a eficácia do ensino e desmotiva as crianças a permanecerem na escola, uma vez que a educação oferecida não é percebida como uma alternativa atractiva ao trabalho infantil. Quando as famílias não veem benefícios claros na educação, tendem a priorizar o trabalho como uma forma mais imediata de melhorar as condições de vida.

Portanto, a educação é um elemento central na luta contra o trabalho infantil, mas sua eficácia depende de vários factores, incluindo a disponibilidade de acesso, a qualidade do ensino e a capacidade das famílias de priorizar a educação em detrimento do trabalho. Para combater o trabalho infantil de maneira eficaz, é necessário fortalecer o sistema educacional e implementar políticas que facilitem o acesso das crianças à escola, ao mesmo tempo em que se reduzem as pressões económicas que incentivam as famílias a inserir suas crianças no mercado de trabalho.

2.1.3. Impactos do Trabalho Infantil

O trabalho infantil tem consequências devastadoras e de longo prazo sobre o bem-estar das crianças, afectando seu desenvolvimento físico, psicológico e social. As crianças que são inseridas precocemente no mercado de trabalho, especialmente no comércio informal, enfrentam uma série de riscos e privações que comprometem seu futuro e as impedem de alcançar o pleno potencial humano. Esta seção discute os impactos do trabalho infantil sobre o desenvolvimento das crianças, com ênfase nos efeitos físicos, psicológicos e sociais, e explora os riscos específicos associados ao envolvimento no comércio informal, um dos principais sectores onde o trabalho infantil é prevalente em Moçambique.

2.1.3.1. Impactos Físicos do Trabalho Infantil

Os impactos físicos do trabalho infantil são evidentes, especialmente nas actividades que exigem esforço manual excessivo e exposição a condições ambientais adversas. O comércio informal em Moçambique, particularmente o que ocorre em áreas urbanas e ao longo de rodovias, coloca as crianças em situações de risco físico contínuo. Crianças que trabalham vendendo mercadorias nas ruas, mercados ou ao longo das estradas, como observado ao longo da Estrada Nacional nº 1 (EN1), estão expostas ao trânsito pesado, condições climáticas extremas e trabalho físico extenuante (Fijamo, 2017). A exposição prolongada ao sol, calor ou chuva, juntamente com a necessidade de carregar cargas pesadas ou ficar de pé por longos períodos, tem um impacto directo no desenvolvimento físico das crianças, podendo levar a

problemas de saúde graves, como desnutrição, fadiga crónica, lesões músculo-esqueléticas e doenças respiratórias (OIT, 2020).

Além disso, o trabalho infantil em sectores informais, como o comércio nas ruas, expõe as crianças a acidentes de trânsito, um dos riscos mais imediatos e perigosos. Crianças vendendo produtos em semáforos ou cruzamentos estão constantemente em risco de atropelamentos ou acidentes, muitas vezes com consequências fatais. A falta de infra-estrutura adequada, como passagens seguras para pedestres, e a necessidade de estarem em locais movimentados para garantir boas vendas agravam ainda mais essa situação. Como resultado, muitas crianças sofrem lesões físicas que podem ser permanentes, limitando ainda mais suas oportunidades futuras de trabalho e educação (Oliveira & Robazzi, 2001).

A exposição a substâncias perigosas é outro risco físico enfrentado pelas crianças que trabalham no comércio informal. Muitas vezes, essas crianças têm contacto directo com produtos químicos, poluição e outros agentes nocivos ao manusear mercadorias ou trabalhar em locais insalubres, como mercados improvisados e zonas industriais informais. A exposição prolongada a essas condições pode resultar em problemas respiratórios, intoxicação e outras doenças que afectam o desenvolvimento físico a longo prazo (OIT, 2020). Esses problemas são exacerbados pela falta de acesso a cuidados de saúde adequados, o que agrava ainda mais as condições de vida das crianças trabalhadoras.

2.1.3.2. Impactos Psicológicos do Trabalho Infantil

Os efeitos psicológicos do trabalho infantil são igualmente graves e muitas vezes invisíveis. Crianças que são forçadas a trabalhar em tenra idade enfrentam níveis elevados de stresse, ansiedade e medo, o que compromete seu desenvolvimento emocional e psicológico. O ambiente de trabalho no comércio informal é, em grande parte, desestruturado e muitas vezes envolve interacções com adultos em situações de poder assimétrico, o que pode levar a abusos físicos, emocionais e, em alguns casos, até mesmo exploração sexual (Oliveira & Robazzi, 2001).

A privação da educação e da convivência social típica da infância também tem um impacto psicológico significativo. Crianças que trabalham desde cedo muitas vezes se vêem isoladas dos seus pares e de actividades lúdicas, o que é fundamental para o desenvolvimento emocional e cognitivo. O trabalho precoce pode, portanto, levar à perda de auto-estima, falta de confiança e, em casos mais graves, ao desenvolvimento de transtornos psicológicos, como

depressão e síndrome do stresse pós-traumático (Massunde, 2023). O comércio informal, em particular, é uma arena onde as crianças estão constantemente sujeitas a interações sociais stressantes, como pressão para vender mais, lidar com clientes agressivos e a necessidade de enfrentar situações que exigem responsabilidades adultas.

Além disso, o trabalho infantil pode gerar uma percepção distorcida da realidade e das relações de poder. Crianças que crescem em ambientes onde o trabalho é uma necessidade para a sobrevivência podem internalizar a ideia de que seu valor reside exclusivamente na sua capacidade de trabalhar e gerar renda. Isso pode comprometer sua auto-imagem e sua capacidade de desenvolver relacionamentos saudáveis e equilibrados no futuro. O estigma associado ao trabalho infantil também afecta a forma como essas crianças são vistas pela sociedade, muitas vezes sendo discriminadas ou marginalizadas por seus pares e pela comunidade em geral, o que agrava ainda mais os problemas psicológicos (OIT, 2020).

2.1.3.3. Impactos Sociais do Trabalho Infantil

Os impactos sociais do trabalho infantil também são profundos e têm implicações tanto para o indivíduo quanto para a sociedade como um todo. Crianças que são forçadas a trabalhar desde cedo geralmente se tornam adultos com menos oportunidades de mobilidade social, perpetuando o ciclo de pobreza em suas famílias e comunidades. A falta de educação adequada, que muitas vezes acompanha o trabalho infantil, limita as perspectivas de emprego futuro e restringe o acesso a empregos formais e mais bem remunerados (Fijamo, 2017). Como resultado, essas crianças crescem em um ciclo de pobreza que dificilmente será rompido, gerando impactos socioeconómicos de longo prazo para o país.

O comércio informal em Moçambique é um sector amplamente não regulamentado, o que significa que as crianças que trabalham nesse sector crescem sem qualquer protecção social ou direitos trabalhistas. Essa ausência de regulamentação não apenas expõe as crianças à exploração e abusos, mas também priva essas crianças do acesso a benefícios que poderiam garantir sua segurança e bem-estar futuro. Além disso, as crianças que crescem trabalhando no comércio informal muitas vezes têm acesso limitado a redes de apoio social, como organizações comunitárias ou serviços governamentais, o que perpetua sua vulnerabilidade (Massunde, 2023).

Outro impacto social importante do trabalho infantil é a privação da educação, que tem efeitos de longo prazo sobre o desenvolvimento das crianças. Crianças que trabalham muitas vezes são

obrigadas a abandonar a escola ou têm desempenho académico prejudicado devido à falta de tempo e energia para se dedicar aos estudos. Isso não só compromete o desenvolvimento cognitivo dessas crianças, mas também limita sua capacidade de participar plenamente da vida social e política do país. Sem uma educação adequada, essas crianças têm menos oportunidades de se envolver em actividades que promovam o desenvolvimento de suas habilidades sociais e cognitivas, o que as torna mais vulneráveis à exclusão social e à marginalização (OIT, 2020).

2.1.3.4. Riscos Envolvidos no Comércio Informal

O comércio informal, por sua própria natureza, envolve uma série de riscos que afectam directamente as crianças que trabalham nesse sector. Um dos riscos mais significativos é a exposição a condições perigosas, como já mencionado anteriormente. No entanto, além dos riscos físicos imediatos, as crianças no comércio informal também enfrentam uma série de outros desafios que comprometem seu bem-estar a longo prazo. Por exemplo, as crianças que trabalham nas ruas estão frequentemente expostas à violência, seja por parte de clientes abusivos ou de outros vendedores. Elas também são vulneráveis a serem exploradas por adultos que gerenciam ou controlam as actividades comerciais nas quais estão envolvidas (Oliveira & Robazzi, 2001).

Outro risco importante é a falta de protecção legal e social. Como o comércio informal não é regulamentado pelo Estado, as crianças que trabalham nesse sector estão à mercê de condições de trabalho muitas vezes exploradoras, sem qualquer recurso legal para proteger seus direitos. Isso significa que essas crianças não têm acesso a benefícios trabalhistas, como segurança social, seguro de saúde ou aposentadoria, o que compromete não apenas seu presente, mas também seu futuro (OIT, 2020).

A privação da educação é outro risco central associado ao trabalho infantil no comércio informal. Como mencionado anteriormente, as crianças que trabalham nesse sector muitas vezes não conseguem frequentar a escola regularmente ou têm seu desempenho académico comprometido. Isso não apenas prejudica seu desenvolvimento cognitivo e emocional, mas também limita suas oportunidades futuras de ascender socialmente e de obter empregos que ofereçam melhores condições de vida (Fijamo, 2017). A falta de educação de qualidade perpetua o ciclo de pobreza e marginalização, dificultando a quebra das barreiras socioeconómicas que mantêm essas crianças em situação de vulnerabilidade.

2.1.3.5. Impactos a Longo Prazo no Bem-Estar das Crianças

Os impactos a longo prazo do trabalho infantil sobre o bem-estar das crianças são significativos e duradouros. Crianças que começam a trabalhar desde cedo, especialmente em condições perigosas e exploradoras, têm menos probabilidade de desenvolver plenamente suas capacidades físicas, cognitivas e emocionais. Isso significa que, ao chegarem à idade adulta, essas crianças estarão em uma posição desvantajosa no mercado de trabalho, com menos habilidades e menos oportunidades de emprego formal e bem remunerado (Massunde, 2023).

Além disso, os efeitos psicológicos e sociais do trabalho infantil têm consequências duradouras. A falta de auto-estima, a desvalorização da educação e a internalização da exploração como uma norma de vida são questões que afectam essas crianças ao longo de suas vidas. Esses indivíduos muitas vezes enfrentam dificuldades para se integrar plenamente na sociedade e para desenvolver relações sociais saudáveis, o que perpetua o ciclo de pobreza e exclusão.

2.1.4. O Papel da Família e da Sociedade

A família desempenha um papel crucial no processo de socialização das crianças e, em muitos casos, é o primeiro ambiente em que elas aprendem sobre o trabalho, os valores culturais e o papel que irão desempenhar na sociedade. Em contextos de pobreza, como o de Moçambique, o papel da família no envolvimento das crianças no trabalho informal é muitas vezes ambíguo. Embora as famílias sejam vistas como responsáveis por garantir o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, elas também são confrontadas com realidades socioeconómicas que influenciam directamente as suas decisões. Segundo Massunde (2023), em muitas famílias de baixa renda, as crianças são consideradas parte da força de trabalho necessária para a sobrevivência do núcleo familiar.

Como o primeiro agente de socialização, a família é onde a criança aprende sobre o trabalho e sua importância na sobrevivência económica. Nas zonas rurais e periurbanas de Moçambique, onde a pobreza é mais prevalente, as crianças frequentemente começam a trabalhar muito cedo para ajudar nas responsabilidades familiares. O trabalho infantil, nesse contexto, é visto não apenas como uma necessidade económica, mas também como parte do processo de socialização, ensinando a criança sobre as responsabilidades e a necessidade de contribuir para o bem-estar colectivo da família (Oliveira & Robazzi, 2001). Essa realidade está enraizada em

tradições culturais e normas sociais que influenciam a maneira como o trabalho infantil é percebido e praticado.

Por outro lado, o papel da família pode ser ambivalente. Enquanto algumas famílias vêem o trabalho infantil como uma oportunidade de aprendizado e preparação para a vida adulta, outras podem estar cientes dos impactos negativos dessa prática, mas se sentem impotentes diante das pressões económicas. A falta de educação sobre os direitos das crianças e os riscos associados ao trabalho infantil também contribui para que as famílias perpetuem essas práticas. De acordo com Fijamo (2017), em áreas como a Província de Gaza, muitas famílias têm pouco conhecimento das leis que proíbem o trabalho infantil ou acreditam que essas leis são irrelevantes para sua realidade económica.

Além disso, o impacto da pobreza no processo de socialização não pode ser ignorado. A necessidade de garantir a subsistência familiar muitas vezes força as famílias a tomar decisões que, em condições normais, seriam vistas como prejudiciais ao desenvolvimento das crianças. Massunde (2023) argumenta que, para muitas famílias moçambicanas, a escolha de enviar as crianças para trabalhar não é uma questão de negligência ou desinteresse pelo bem-estar da criança, mas uma necessidade imposta pela falta de alternativas económicas. Essa realidade é especialmente comum nas zonas rurais, onde a falta de oportunidades de emprego formal e a baixa escolaridade dos pais criam um ambiente em que o trabalho infantil é visto como um mal necessário.

2.1.4.1. O Papel da Comunidade e da Sociedade

A influência das comunidades e da sociedade em geral também é um factor importante na perpetuação ou prevenção do trabalho infantil. Em muitas comunidades moçambicanas, especialmente nas áreas rurais e periurbanas, o trabalho infantil é amplamente aceito como parte da vida quotidiana. A comunidade, como um ambiente social mais amplo, reforça as normas culturais e económicas que permitem o envolvimento das crianças no trabalho informal. Segundo Oliveira e Robazzi (2001), em contextos onde a pobreza é generalizada, há uma aceitação implícita de que as crianças devem trabalhar para ajudar suas famílias. Essa aceitação é muitas vezes reforçada por líderes comunitários e outros membros da sociedade que vêem o trabalho infantil como uma prática inevitável, dada a falta de alternativas económicas.

Ao mesmo tempo, a sociedade em geral pode desempenhar um papel na prevenção do trabalho infantil, especialmente através de políticas públicas e programas de conscientização. No entanto, em Moçambique, as iniciativas para combater o trabalho infantil enfrentam desafios significativos, incluindo a falta de recursos e a resistência cultural. Segundo a OIT (2020), apesar de existirem leis que proíbem o trabalho infantil em Moçambique, a aplicação dessas leis é limitada, especialmente nas áreas rurais, onde a fiscalização é escassa e as pressões económicas são mais intensas.

As comunidades podem desempenhar um papel positivo na prevenção do trabalho infantil, promovendo a educação e a conscientização sobre os direitos das crianças. Programas comunitários que visam apoiar as famílias de baixa renda, oferecendo alternativas económicas ou acesso a serviços sociais, podem ajudar a reduzir a necessidade de enviar as crianças para o trabalho informal. Além disso, as escolas e organizações não-governamentais (ONG's) podem actuar como pontos de apoio, educando tanto as crianças quanto suas famílias sobre os benefícios da educação e os riscos associados ao trabalho precoce (Massunde, 2023).

Por outro lado, quando a sociedade não oferece alternativas viáveis para as famílias em situações de vulnerabilidade económica, o trabalho infantil continua a ser uma prática comum. Fijamo (2017) destaca que a falta de infra-estrutura social nas áreas rurais e a escassez de programas de apoio governamentais para famílias de baixa renda criam um ambiente onde o trabalho infantil é uma solução prática para muitos. A ausência de redes de protecção social, como benefícios financeiros ou programas de alimentação escolar, torna a decisão de colocar as crianças para trabalhar uma necessidade para muitas famílias, o que perpetua o ciclo de pobreza e marginalização.

2.1.4.2. Pressões Socioeconómicas sobre as Famílias

As pressões socioeconómicas que pesam sobre as famílias são, talvez, o factor mais determinante na decisão de enviar as crianças para o trabalho. A pobreza crónica em Moçambique, especialmente nas zonas rurais, força muitas famílias a buscar fontes adicionais de renda, e as crianças são vistas como uma mão-de-obra disponível e barata (Oliveira & Robazzi, 2001). O trabalho informal, que é comum em Moçambique, oferece uma oportunidade imediata de obter dinheiro, embora isso ocorra à custa da educação e do bem-estar das crianças. Em muitos casos, as famílias sabem que enviar as crianças para trabalhar

pode comprometer sua saúde e educação, mas a pressão económica as obriga a tomar essa decisão difícil (Massunde, 2023).

O trabalho infantil no comércio informal é particularmente atraente para famílias em situação de pobreza porque é uma forma de trabalho acessível e que não exige habilidades especializadas. As crianças podem ser facilmente integradas ao comércio informal, vendendo produtos nas ruas, mercados ou ao longo das estradas, muitas vezes sem a necessidade de pagar impostos ou seguir regulamentos trabalhistas (Fijamo, 2017). Essa flexibilidade torna o comércio informal uma solução prática para famílias que precisam de uma fonte rápida de renda. No entanto, isso coloca as crianças em situações de risco, expostas a condições de trabalho perigosas e, muitas vezes, sem qualquer tipo de protecção legal ou social.

A falta de oportunidades de emprego formal para os adultos também exacerba a dependência das famílias do trabalho infantil. Quando os pais ou responsáveis não conseguem encontrar trabalho estável ou bem remunerado, eles recorrem ao trabalho de seus filhos para complementar a renda. Esse fenómeno é especialmente prevalente em áreas rurais, onde a agricultura é o principal sector económico e os empregos formais são escassos (Massunde, 2023). A instabilidade económica resultante de períodos de seca, colheitas fracassadas ou falta de infra-estrutura de transporte também força as famílias a recorrer ao trabalho infantil como uma medida temporária para garantir a sobrevivência.

Outro factor importante a ser considerado é a falta de acesso a serviços sociais e programas de apoio governamentais. Em muitas regiões de Moçambique, as famílias não têm acesso a benefícios sociais, como subsídios de desemprego, assistência alimentar ou programas de saúde. Sem esses recursos, a única maneira de garantir o sustento familiar é através do trabalho, incluindo o trabalho infantil (OIT, 2020). A ausência de uma rede de protecção social eficaz coloca uma pressão adicional sobre as famílias, que muitas vezes se vêem sem opções viáveis para evitar que suas crianças sejam inseridas no mercado de trabalho.

2.1.4.3. A Necessidade de Intervenção Social e Governamental

Diante das pressões socioeconómicas enfrentadas pelas famílias e da aceitação cultural do trabalho infantil, é evidente que as intervenções sociais e governamentais são necessárias para romper o ciclo de pobreza que perpetua essa prática. Programas de apoio social direccionados a famílias de baixa renda, como transferências condicionais de renda, subsídios alimentares e programas de incentivo à educação, podem ajudar a reduzir a necessidade de enviar as crianças

para o trabalho (Massunde, 2023). Além disso, o fortalecimento das políticas de protecção infantil e a criação de mecanismos eficazes de fiscalização e aplicação das leis trabalhistas são essenciais para garantir que as crianças tenham seus direitos protegidos e possam se desenvolver plenamente.

Além disso, a conscientização da comunidade sobre os direitos das crianças e os riscos do trabalho infantil é fundamental para mudar as percepções culturais que normalizam essa prática. A sociedade, como um todo, deve se engajar em esforços para promover a educação como um caminho mais viável e benéfico para as crianças, garantindo que elas tenham a oportunidade de crescer e se desenvolver em um ambiente seguro e protegido.

2.1.5. Políticas Públicas de Combate ao Trabalho Infantil

Moçambique tem enfrentado o problema do trabalho infantil há décadas, especialmente nas áreas rurais e no comércio informal. Diante desse desafio, o país implementou uma série de políticas públicas e programas com o objectivo de erradicar o trabalho infantil, em conformidade com convenções internacionais, como a Convenção n.º 138 e a Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelecem a idade mínima para o trabalho e combatem as piores formas de exploração infantil. Entre essas políticas, o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil (PANCPFTI) destaca-se como a principal iniciativa de combate ao trabalho infantil no país (República de Moçambique, 2017).

O PANCPFTI foi instituído como uma resposta às necessidades urgentes de protecção das crianças em Moçambique e busca alinhar as políticas nacionais com os compromissos internacionais assumidos pelo governo, incluindo as metas estabelecidas nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O plano visa eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2025, através de uma abordagem integrada que envolve múltiplos sectores, como educação, saúde, protecção social e emprego. Entre suas principais acções, o PANCPFTI prevê a conscientização das comunidades sobre os riscos do trabalho infantil, o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e a implementação de programas sociais que ofereçam alternativas para as famílias em situação de vulnerabilidade (OIT, 2020).

Outra iniciativa importante é o Programa Nacional de Protecção Social Básica, que busca garantir uma rede de segurança para as famílias mais pobres, muitas das quais recorrem ao trabalho infantil como meio de sobrevivência. Esse programa oferece assistência financeira e

serviços de apoio às famílias em situação de pobreza extrema, a fim de reduzir a necessidade de envolver as crianças em actividades laborais. Embora essas políticas representem um avanço importante, a eficácia dessas iniciativas tem sido limitada por uma série de desafios institucionais e sociais.

2.1.5.1. Avaliação Crítica da Eficácia das Políticas e Programas

Embora o PANCPFTI e outras políticas de protecção infantil em Moçambique tenham sido implementados com o objectivo de erradicar o trabalho infantil, sua eficácia na redução do fenómeno, especialmente no comércio informal, tem sido objecto de avaliação crítica. Uma das principais críticas é que, apesar de seu potencial, os resultados práticos do PANCPFTI ainda estão aquém das metas estabelecidas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros relatórios de monitoramento destacam que, embora algumas acções tenham sido executadas, como campanhas de sensibilização e a criação de comités de monitoramento, a prevalência do trabalho infantil continua alta, particularmente nas áreas urbanas e periurbanas, onde o comércio informal é predominante (OIT, 2020).

No comércio informal, onde a presença de crianças trabalhando é visível em mercados e nas ruas das principais cidades de Moçambique, o PANCPFTI tem enfrentado dificuldades específicas. As crianças envolvidas no comércio informal geralmente não são facilmente identificadas pelos sistemas de fiscalização e protecção, já que essas actividades ocorrem fora do sector formal e são amplamente aceites pelas comunidades locais como uma prática comum. Como resultado, a aplicação das leis que proíbem o trabalho infantil em áreas informais tem sido ineficaz (Fijamo, 2017).

Outro factor limitante é a falta de recursos financeiros e humanos destinados à implementação das políticas públicas. Embora o PANCPFTI proponha uma abordagem multisectorial para enfrentar o trabalho infantil, a falta de financiamento adequado tem limitado a capacidade do governo de expandir os programas sociais e fortalecer a fiscalização. A fiscalização do trabalho infantil requer uma presença contínua e activa das autoridades nos locais onde essas actividades ocorrem, mas as agências responsáveis por essa tarefa, como a Inspeção Geral do Trabalho, estão frequentemente subfinanciadas e mal equipadas para lidar com a magnitude do problema (Massunde, 2023).

Além disso, a coordenação entre os diferentes sectores envolvidos na implementação do PANCPFTI tem sido outro desafio. Embora o plano preveja a colaboração entre os sectores da

educação, saúde, emprego e protecção social, a falta de uma integração eficaz entre esses departamentos tem levado à fragmentação das políticas e à ineficiência na execução das acções. Como resultado, as iniciativas que visam tirar as crianças do trabalho infantil e reintegrá-las ao sistema educacional, por exemplo, muitas vezes não têm continuidade ou impacto significativo (República de Moçambique, 2017).

2.1.5.2. Análise das Limitações na Implementação das Políticas

A implementação das políticas públicas de combate ao trabalho infantil em Moçambique enfrenta uma série de limitações estruturais e institucionais que comprometem sua eficácia. Entre essas limitações, a falta de recursos financeiros é uma das mais significativas. O financiamento insuficiente destinado à implementação do PANCPFTI e de outros programas sociais de combate ao trabalho infantil tem restringido a capacidade do governo de expandir os programas de protecção infantil para as áreas mais afectadas. Isso inclui a ausência de mecanismos eficazes de fiscalização e o número limitado de inspectores de trabalho, que são responsáveis por garantir que as leis trabalhistas sejam respeitadas, especialmente nas zonas urbanas e periurbanas, onde o comércio informal prolifera (OIT, 2020).

Outro problema está relacionado à insuficiência de fiscalização. Em Moçambique, a fiscalização do trabalho infantil é dificultada pela natureza informal das actividades onde as crianças estão envolvidas. O comércio informal, por exemplo, é um sector amplamente não regulamentado, o que significa que a presença de crianças trabalhando em mercados, ruas ou zonas rurais muitas vezes passa despercebida pelas autoridades. Além disso, a resistência das próprias comunidades em denunciar essas práticas, muitas vezes por considerarem o trabalho infantil uma necessidade económica inevitável, contribui para a perpetuação do fenómeno (Fijamo, 2017). A falta de fiscalização adequada permite que o trabalho infantil continue sendo praticado sem que haja consequências legais ou sociais.

A descentralização das políticas públicas também é uma limitação importante. Embora o PANCPFTI tenha sido elaborado para ser implementado em nível nacional, sua execução muitas vezes depende de recursos e da capacidade de administração das autoridades locais. No entanto, em muitas províncias de Moçambique, especialmente nas áreas rurais, as administrações locais carecem de recursos e conhecimentos adequados para implementar eficazmente as políticas de combate ao trabalho infantil (Massunde, 2023). A descentralização,

portanto, não tem sido acompanhada de um aumento proporcional de recursos e de capacidade institucional, o que resulta em uma execução fragmentada e desigual das políticas.

Os desafios institucionais também desempenham um papel crucial nas limitações da implementação das políticas públicas. A falta de coordenação interinstitucional e a ausência de uma estratégia clara para monitorar e avaliar a eficácia das políticas dificultam o progresso. A cooperação entre os diversos ministérios responsáveis pela educação, trabalho, saúde e protecção social é muitas vezes insuficiente, levando a uma fragmentação dos esforços. Isso significa que, em muitos casos, as crianças retiradas do trabalho infantil não são adequadamente acompanhadas para garantir sua permanência no sistema educacional, ou as famílias que recebem apoio financeiro não são monitoradas para garantir que não voltem a depender do trabalho infantil para sobreviver (República de Moçambique, 2017).

2.2. Revisão da Literatura Empírica

O trabalho infantil é uma questão global, afectando milhões de crianças em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento. Os desafios socioeconómicos que perpetuam o trabalho infantil em Moçambique, como pobreza, desigualdade social e falta de oportunidades educacionais e de emprego, são também características comuns em outros países em desenvolvimento. O estudo comparativo de diferentes contextos pode fornecer *insights* valiosos para compreender o fenómeno e identificar estratégias eficazes para reduzi-lo ou eliminá-lo. Nesta seção, revisamos a literatura internacional sobre o trabalho infantil em países com desafios semelhantes a Moçambique e analisamos casos de sucesso de países que implementaram políticas eficazes de combate às piores formas de trabalho infantil. As lições aprendidas com esses exemplos podem ser aplicadas ao contexto moçambicano para reforçar suas políticas e estratégias de protecção infantil.

2.2.1. Estudos Internacionais sobre o Trabalho Infantil

O trabalho infantil é uma realidade predominante em várias regiões da África, Ásia e América Latina. Em muitos desses contextos, as causas do trabalho infantil estão enraizadas em estruturas socioeconómicas e culturais semelhantes, incluindo a pobreza generalizada, a informalidade do mercado de trabalho e a baixa oferta de educação de qualidade. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em 2020, cerca de 160 milhões de crianças estavam envolvidas em trabalho infantil em todo o mundo, com quase metade delas trabalhando em condições consideradas perigosas (OIT, 2020). A maioria dessas crianças vive

em países em desenvolvimento, onde a falta de políticas de protecção eficazes e os fracos sistemas educacionais contribuem para a perpetuação desse problema.

Um estudo comparativo realizado pela UNICEF (2018) sobre o trabalho infantil na África Subsaariana mostrou que a prevalência do trabalho infantil na região é impulsionada pela interacção entre pobreza crónica, falta de acesso à educação e a necessidade das crianças de contribuir para a economia familiar. Em muitos países africanos, como Moçambique, o sector informal é a principal fonte de renda para muitas famílias, e as crianças desempenham um papel central na geração de renda, especialmente em áreas rurais. A situação é agravada pela ausência de políticas públicas robustas para fornecer alternativas económicas para essas famílias, resultando na perpetuação do trabalho infantil.

Na Ásia, estudos realizados na Índia e em Bangladesh destacam padrões semelhantes aos de Moçambique. Na Índia, por exemplo, a pobreza e a falta de escolaridade são factores centrais que levam milhões de crianças ao mercado de trabalho. No entanto, programas como o *Right to Education Act* (2009), que garante educação gratuita e obrigatória para crianças de 6 a 14 anos, têm sido eficazes em reduzir o trabalho infantil, especialmente em áreas urbanas (Kumar, 2016). Em Bangladesh, a indústria têxtil emprega um grande número de crianças, e esforços recentes do governo para eliminar o trabalho infantil nesse sector, através de programas de certificação e fiscalização rigorosa, têm mostrado progressos notáveis (Rahman & Islam, 2019).

Estudos comparativos também mostram que o trabalho infantil agrícola é um dos sectores mais difíceis de regular, especialmente em países da América Latina, como o Brasil. No entanto, o Brasil implementou políticas sociais inovadoras, como o Programa Bolsa Família, que oferece transferências condicionais de renda para famílias de baixa renda, desde que mantenham suas crianças na escola e cumpram requisitos básicos de saúde. Essas iniciativas foram eficazes na redução do trabalho infantil, particularmente nas áreas rurais, onde a agricultura de subsistência é predominante (Silva & Oosterbeek, 2018).

2.2.2. Casos de Sucesso na Redução do Trabalho Infantil

Embora o trabalho infantil continue sendo uma questão crítica em muitas partes do mundo, vários países conseguiram implementar políticas eficazes que reduziram significativamente a incidência das piores formas de trabalho infantil. A seguir, analisamos alguns dos casos de sucesso que podem servir de inspiração para Moçambique.

1) Brasil: Programa Bolsa Família e Estratégias Integradas

O Brasil é frequentemente citado como um exemplo de sucesso na redução do trabalho infantil, especialmente através da implementação de políticas sociais integradas. O Programa Bolsa Família, iniciado em 2003, foi um dos principais motores dessa transformação. Esse programa de transferência de renda condicionada oferece apoio financeiro às famílias de baixa renda, desde que suas crianças estejam matriculadas na escola e mantenham um acompanhamento regular de saúde. Com isso, as famílias recebem um incentivo directo para manter as crianças longe do trabalho e focadas na educação (Silva & Oosterbeek, 2018).

Além do Bolsa Família, o Brasil implementou uma série de iniciativas educacionais e de protecção social para complementar os esforços de combate ao trabalho infantil. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), por exemplo, foi criado para oferecer actividades extracurriculares e apoio financeiro às famílias de crianças em situação de trabalho. A combinação dessas políticas teve um impacto substancial na redução do trabalho infantil no Brasil, com a taxa caindo drasticamente nas últimas duas décadas (ILO, 2017).

A lição principal do Brasil para Moçambique é a importância de adoptar uma abordagem multisectorial, que combine programas de transferência de renda, incentivo à educação e protecção social. Além disso, o envolvimento das comunidades locais e a oferta de alternativas económicas sustentáveis para as famílias são essenciais para garantir que as crianças não retornem ao trabalho após serem retiradas dele.

2) Gana: Campanhas de Conscientização e Fortalecimento da Fiscalização

Outro exemplo de sucesso vem de Gana, que também enfrenta desafios semelhantes aos de Moçambique em termos de trabalho infantil, especialmente nas áreas rurais e no sector agrícola. A estratégia de Gana para reduzir o trabalho infantil foi baseada em campanhas massivas de conscientização, tanto em nível comunitário quanto nacional, para mudar a percepção cultural sobre o trabalho infantil e promover a educação como uma alternativa viável para as crianças (UNICEF, 2019).

O governo de Gana, em parceria com ONG's e agências internacionais, implementou programas de conscientização direccionados às áreas rurais, onde o trabalho infantil é mais prevalente. Essas campanhas têm sido eficazes em destacar os perigos do trabalho infantil e em educar as famílias sobre os benefícios de longo prazo da educação. Além disso, Gana

fortaleceu suas leis trabalhistas e os mecanismos de fiscalização, aumentando o número de inspectores de trabalho e melhorando o monitoramento em áreas de alto risco para trabalho infantil, como a agricultura e a pesca.

A principal lição de Gana para Moçambique é o valor das campanhas de conscientização e do fortalecimento da fiscalização. No caso moçambicano, onde o trabalho infantil é amplamente aceito em muitos sectores da economia informal, campanhas comunitárias que envolvam líderes locais e familiares podem ajudar a mudar as atitudes em relação ao trabalho infantil e à educação. Além disso, fortalecer os sistemas de fiscalização e garantir a aplicação rigorosa das leis trabalhistas também seria uma estratégia eficaz para reduzir a incidência do trabalho infantil.

3) Índia: Abordagem Educacional com o *Right to Education Act*

A Índia também fez progressos significativos na redução do trabalho infantil, principalmente através da abordagem educacional. A implementação do *Right to Education Act* (2009), que garante educação gratuita e obrigatória para todas as crianças entre 6 e 14 anos, foi um divisor de águas no combate ao trabalho infantil no país. O governo indiano investiu pesadamente na construção de novas escolas e na melhoria da infra-estrutura educacional, especialmente em áreas rurais, onde a maioria das crianças envolvidas em trabalho infantil vivia (Kumar, 2016).

Além disso, o governo indiano implementou programas de merenda escolar, que têm sido fundamentais para incentivar a frequência escolar em áreas de pobreza extrema. Esses programas garantem que as crianças tenham pelo menos uma refeição completa por dia na escola, o que ajuda a aliviar a pressão económica sobre as famílias para enviar as crianças para o trabalho (Kumar, 2016).

Para Moçambique, as lições da Índia sugerem que investimentos em educação e a criação de incentivos directos para a frequência escolar são fundamentais para reduzir o trabalho infantil. Garantir que as crianças tenham acesso a escolas de qualidade, especialmente em áreas rurais, e oferecer programas como a merenda escolar podem reduzir a necessidade de as famílias recorrerem ao trabalho infantil como uma forma de sustento.

2.2.3. Aplicabilidade ao Contexto Moçambicano

As lições aprendidas com os casos de sucesso em outros países podem ser adaptadas e aplicadas ao contexto moçambicano. A implementação de um programa de transferência de

renda condicionado, semelhante ao Bolsa Família no Brasil, pode oferecer uma alternativa económica para famílias de baixa renda, garantindo que suas crianças permaneçam na escola. Além disso, campanhas de conscientização, como as realizadas em Gana, podem ajudar a mudar a percepção cultural sobre o trabalho infantil em Moçambique e promover uma maior valorização da educação como uma alternativa viável.

Por fim, o fortalecimento das leis trabalhistas e a ampliação da rede de fiscalização, inspirados nos exemplos de Gana e Índia, são passos essenciais para garantir que as crianças moçambicanas sejam protegidas das piores formas de trabalho infantil. Implementar políticas que ofereçam suporte educacional e económico para as famílias mais vulneráveis é uma estratégia eficaz para garantir que o trabalho infantil em Moçambique seja reduzido de forma significativa nos próximos anos.

2.2.4. Políticas Públicas para Combater o Trabalho Infantil

Em qualquer parte do mundo, as políticas públicas desempenham um papel preponderante para o direccionamento e resposta das necessidades da colectividade.

No entanto, antes mesmo de abordar a política pública no âmbito do trabalho infantil, importa primeiro destacar o conceito da política, que segundo Matias-Pereira (2010) compreende em uma actividade que procura a conciliação de interesses conflitantes em uma unidade de governo, tendo como objectivo o consenso entre as partes. No entender do autor as políticas são formuladas a fim de garantir o apoio de grupos politicamente poderosos em detrimento dos interesses públicos de longo prazo que são pouco representados no sistema político.

Já as políticas públicas, são instrumentos essenciais dos governos para lutar pela conquista, exercício e manutenção do poder político e também como estratégia para a intervenção social no sentido de correcção das falhas de mercado (Matias-Pereira, 2010).

Noutro ângulo de análise, Menicucci (2006) afirma que para que uma política pública seja bem elaborada, se faz necessária uma interacção entre algumas dimensões: o processo político, os conteúdos de política e a análise de políticas. Andrade (2016) acrescenta defendendo que para se elaborar uma política pública, é preciso que se identifique um problema, formule alternativas ou possíveis soluções, e se tome as respectivas decisões.

Sem descarregar dos demais conceitos, Rezende (2004), refere ainda que a política pública é “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de

influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou colectivo através do uso de sanções positivas ou negativas” (p. 13).

Souza (2007) finaliza estas controvérsias sobre a política pública, atrelando este como “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em acção e/ou analisar essa acção (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas acções (variável dependente)” (p. 69). Também, a política pública trata de um fluxo de decisões públicas, com vista a manter o equilíbrio social. É um sistema de decisões públicas que visa a acções ou omissões, preventivas ou correctivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários sectores da vida social, por meio da definição de objectivos e estratégias de actuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objectivos estabelecidos (Saraiva, 2006).

Portanto, percebe-se dos conceitos acima que, as políticas públicas agregam um conjunto de processos (acções, programas, medidas e iniciativas) criados pelos governos, com a participação de entes públicos ou privados, de modo a assegurar determinado direito da população.

Procurando alinhar os conceitos e contextos de políticas pública aludidos anteriormente, OIT (2018) em sua obra “Eliminar o trabalho infantil até 2025: uma análise de políticas e programas”, procura trazer algumas opções de políticas que podem auxiliar no combate ao trabalho infantil, tal como se pode ver na tabela seguinte:

Tabela nº1: Política para combater o trabalho infantil

Objectivo da política	Disposições da política
Agir ao nível das causas profundas	 Abordagens baseadas localização, que abordam os factores que determinam todos os tipos de trabalho infantil numa determinada área geográfica.
Reforçar a regulamentação e a execução da lei	 Estabelecimento de um quadro regulamentar adequado que determine claramente a expectativa de que todas as empresas domiciliadas no território ou na jurisdição nacional respeitam os direitos humanos em todos os níveis da sua actividade;
	 Desenvolvimento de competências dos serviços de inspecção do trabalho.
Promover a conformidade legal	 Acordos-quadro internacionais entre empresas multinacionais e federações sindicais sectoriais internacionais, que incluem todos os direitos fundamentais no trabalho;
	 Iniciativas voluntárias e centradas no trabalho infantil nas cadeias de

	abastecimento, lideradas pelas empresas a fim de garantir condições de concorrência equitativas; 🚦 Iniciativas de colaboração interprofissionais para garantir que, quando o trabalho infantil é combatido numa cadeia de abastecimento, não é simplesmente deslocado para outra.
Parcerias público-privadas e iniciativas por parte de múltiplos intervenientes	🚦 Parcerias público-privadas para promover maior eficácia na articulação entre as iniciativas privadas de promoção cumprimento e as actividades de execução da lei dos serviços públicos. 🚦 Compromisso por parte de múltiplos intervenientes para reunir todas as partes interessadas - governo, indústria, compradores internacionais, organizações de empregadores, de trabalhadores e sociedade civil, a fim de identificar e coordenar acções.

Fonte: Autor (2024), baseado em OIT (2018)

Olhando para realidade local, é possível vislumbrar nos últimos anos, o esforço demonstrado pelo Governo de Moçambique com a preocupação emergente da situação das crianças moçambicanas, sobretudo no que diz respeito às relações laborais que se podem estabelecer com menores de idade inferior a 18 anos. Para tal, têm sido definidas políticas e programas nacionais que estabeleçam uma protecção e promoção dos direitos da criança, quer ao nível do trabalho de menores como outras que garantam o acesso ao ensino escolar básico e a criação de boas condições que favoreçam o bom desenvolvimento físico e mental das crianças e jovens.

Diante dos contextos referidos, Arruda e Duailibe (2023) em seu artigo científico, referem que uma política de combate ao trabalho infantil bem instituída, compreende:

- I) Políticas e programas de transferência de renda (de natureza assistencial ou providenciária) para grupos sociais e famílias em situação de extrema pobreza;
- II) Estabelecimento de normativos legais concomitantes à especialização e fortalecimento do arranjo interinstitucional visando ao monitoramento, fiscalização e responsabilização dos empregadores de crianças e adolescentes.
- III) Valoração cultural do trabalho infantil, objectivando a desnaturalização desse fenómeno e o esclarecimento sobre os seus malefícios directos (para as famílias e crianças envolvidas) e indirectos (para a sociedade em geral, por suas repercussões na pobreza entre gerações, educação e profissionalização da população e produtividade económica).

Neste caso, o plano das políticas públicas deve ocorrer mediante uma análise multidisciplinar, visto que transita entre temas de várias áreas relacionadas à ciência (Moreira, 2020). De referir que para aplicação de políticas públicas no combate às piores formas do trabalho infantil, faz-se necessário a promoção de normas e directrizes a fim de que haja a sua devida formulação.

No contexto moçambicano, as políticas públicas para combate às piores formas de trabalho infantil, cingem-se ou fundamentam-se em instrumentos como é o caso do Plano Quinquenal do Governo, PARP e a Agenda 2025. Por sua vez, estes assentam-se no Plano Económico Social (PES), Orçamento do Estado (OE) e o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP).

Por outro lado, Chelengo, Cardoso e Mataba (2021) avançam em sua pesquisa sobre a expansão da protecção social em Moçambique, as seguintes políticas públicas para o combate ao trabalho infantil:

a) O Programa de Subsídio Social Básico (PSSB)

É um programa de transferência de renda mensal, não condicional, por tempo indeterminado, com o objectivo de reforçar o bem-estar da população pobre e vulnerável. São actualmente elegíveis ao PSSB pessoas em extrema pobreza e vulnerabilidade e agregados familiares nas seguintes situações:

- ✚ Com pessoa idosa, com pessoas com deficiência ou pessoas com doença crónica ou degenerativa;
- ✚ Com crianças entre os 0 aos 2 anos de idade em situação de desnutrição; e
- ✚ Chefiados por crianças ou com crianças órfãos e vulneráveis.

Como referido anteriormente, as políticas públicas resultam (recurso, bem ou direito) das relações de poder entre Estado, sociedade e mercado, síntese dos conflitos, consensos e coalizões dos segmentos sociais e políticos interessados em realizar suas preferências, em regimes democráticos. No caso desta observação de política se tem por objectivo aliviar e reduzir os níveis de pobreza e desigualdade social em Moçambique.

b) Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) e o PSSB

Factos colhidos na ENSSB de (2016-2024), estabelecem o reforço da autonomia, o consumo, a garantia do bem-estar social e a resiliência dos agregados familiares vulneráveis à pobreza, como forma de avaliar a protecção social. Os valores das transferências dependem

actualmente do tamanho do agregado familiar, dividida em escalões. A tabela que segue, mostra os diferentes valores por tamanho familiar.

Tabela nº2: Valores dos escalões do PSSB em vigor desde 2018

Escalões	Até Setembro de 2018	Após Setembro de 2018
1 Pessoa	310	540
2 Pessoas	390	640
3 Pessoas	460	740
4 Pessoas	530	840
5 Pessoas	610	1000
Valores em Meticais (MT)		

Fonte: Decreto 59/2018 de 06 de Setembro, *apud* Chelengo, et. al (2021)

Porém, a ENSSB recomenda actualizar anualmente o valor dos subsídios monetários distribuídos através do PSSB, tendo em conta a inflação acumulada no período. Contudo, os valores não são actualizados desde 2018, no entanto há que referir que recentemente, o país adoptou uma estratégia de expansão para cobertura da protecção social, incluindo o aumento da alocação orçamental e aprovação da nova Estratégia Nacional de Segurança Social Básica.

Outrossim, são pesquisas recentes (até 2021), que indicam que o PSSB tem uma cobertura de 459.085 agregados familiares, sendo que a ENSSB almeja atingir até 2024 perto de 1.2 milhões de beneficiários directos (Chelengo, et. al, 2021).

Embora existam medidas e/ou estratégias para solver questões básicas de famílias desfavorecidas, que empurram as crianças para o trabalho informal ou infantil, é preciso que se comece a pensar em estratégias de desenvolvimento de políticas que promovam o emprego e o crescimento, conjuntamente com um sistema social mais eficiente no apoio aos indivíduos e famílias que dela efectivamente carecem.

2.2.5. Implementação do PANCPFTI

Conforme já vem sendo descrito nos pontos anteriores, as causas do trabalho infantil são complexas e multifacetadas, observando-se uma combinação entre factores de oferta e procura. A falta de políticas públicas eficazes de educação, socialização, cidadania e principalmente de distribuição de renda e desenvolvimento socioeconómico de um país, configura o sintoma desta problemática.

Portanto, apesar de as crianças serem geradas por pais ou fazerem parte de membros de uma família humana, elas não se configuram propriedade dos pais, muito menos do Estado. É pensando nessa ideologia que urgiu a necessidade de se definir o Plano de Acção Nacional para Combate das Piores Formas de Trabalho Infantil (PANCPFTI), como instrumento orientador (República de Moçambique, 2017). No entanto, esta política por si só não é suficientemente capaz de garantir a acção orientadora, carecendo de envolvimento de toda sociedade.

Embora existam outros instrumentos e políticas (Constituição da República, Convenção sobre os Direitos da Criança, Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança, a Lei nº7/2008 de 9 de Julho), o PANCPFTI é o mais indicado pelo que orienta de forma directa a todos intervenientes ao nível de acções concretas para a eliminação do trabalho infantil no país.

Para uma melhor execução do PANCPFTI torna-se pertinente elencar os objectivos que norteiam o referido plano. Segundo Massude (2023), estes assentam-se em:

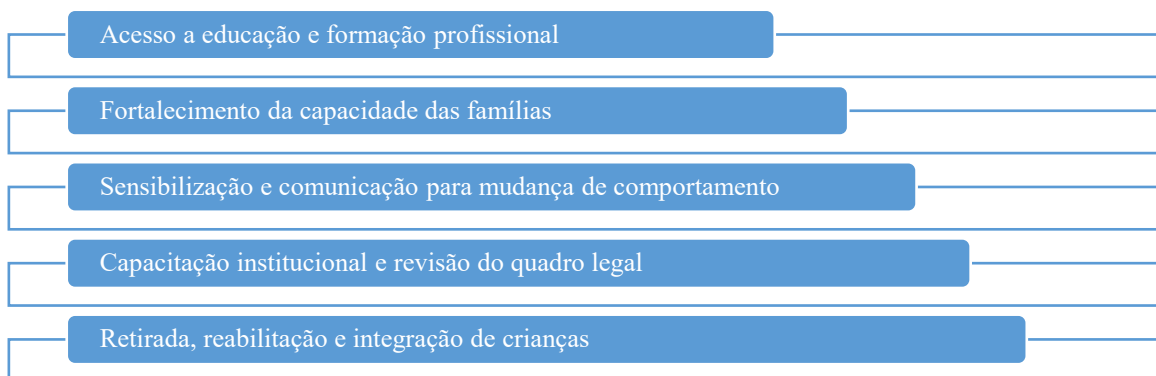
- ✚ Retirar, reabilitar e integrar as crianças envolvidas nas PFTI;
- ✚ Aumentar a consciencialização e mobilização das comunidades e do público em geral para a mudança de comportamento quanto ao envolvimento de crianças nas piores formas de trabalho infantil;
- ✚ Reforçar o quadro jurídico, político e institucional para prevenir/eliminar o envolvimento de crianças nos trabalhos infantis;
- ✚ Aumentar o acesso à educação e programas de formação profissional, apropriados para crianças;
- ✚ Aumentar o acesso à protecção social às famílias vivendo em situação de vulnerabilidade afectadas pelas formas de trabalho infantil.

À primeira vista, os objectivos até que são atingíveis, no entanto, decorrente das situações económicas e sociais experimentadas no período em análise (terrorismo, COVID-19 e as calamidades), ainda pode se considerar dedáleo determinar a efectividade e/ou sucesso a implementação do PANCPFTI (2017-2022), isso porque, os resultados desejados ou pretendidos carecem da avaliação dos impactos e dos factores sociais por este gerado.

Devemos olhar para esta implementação como um ganho social, isso por que o mesmo deve proporcionar ou garantir que a expansão de direitos, a redução das desigualdades sociais e a equidade, sejam alcançados.

No entanto, importa antes de abordar a implementação do PANCPFTI, que uma forma de garantir a esta, é a criação de alguns eixos/pilares considerados estratégicos que são:

Esquema nº2: Eixos estratégicos do PANCPFTI



Fonte: Autor (2024), baseado em Massude (2023)

No quesito “acesso a educação e formação profissional, o PANCPFTI (2017-2022) não conseguiu alcançar todos os resultados que pretendia, isso por grande parte ter sido proporcionado pela pandemia da COVID-19 que obrigou adopção de novas estratégias e metodologias de ensino. Portanto, isso afectou de forma considerável as crianças (em mais de 8.5 milhões) principalmente que não tinham condições (vulneráveis) para acompanhar essa dinâmica, o que por conseguinte, permitiu o abandono na escola e ingresso no trabalho infantil.

Ainda no sector da educação, no período em causa, assistiu-se ao encerramento total e parcial das escolas, obrigando a reinventaração da sociedade face ao novo fenómeno, por meio de ensino a distância por via de plataformas específicas (*smartphone*, internet, computador, etc). Por outro lado, as mesmas escolas dispunham de segurança ou condições mínimas para evitar a propagação do vírus em crianças, o que mais uma vez abriu campo para abandono destas.

No capítulo do “fortalecimento da capacidade de geração de renda das famílias”, o plano previa canalizar fundos ou assistência social básica, em cerca de 938.358 famílias vivendo em situação de vulnerabilidade até 2022. No entanto, apesar de aumento significativo no que a abrangência diz respeito, os factores já mencionados (pandemia, terrorismo e calamidades) condicionaram mais uma vez a implementação efectiva do plano para o período em causa, por conta do aumento de famílias vulneráveis.

Para dizer, uma das formas de colmatar esta problemática, seria o aumento do financiamento ou do orçamento do sector da acção social, e adopção de outras alternativas de canalização dos

fundos aos beneficiários, com vista providenciar de maneira eficiente as transferências monetárias à todos os agregados e garantir a transparência no processo.

Factos recentes como já foi referido num dos pontos anteriores, indicam que até 2021, o PSSB teve uma cobertura de 459.085 agregados familiares (quase a metade do que estava programado) sendo que mesmo assim, algumas famílias assistidas não receberam a totalidade dos 12 meses de transferências devido à insuficiência de fundos.

2.3. Revisão da Literatura Focalizada/Relacionada

Diversos estudos apontam que a pobreza é a principal causa do trabalho infantil em Moçambique. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020), a maioria das crianças envolvidas no trabalho infantil em Moçambique provém de famílias de baixa renda, para as quais o trabalho infantil é visto como uma estratégia de sobrevivência económica. O sector informal, especialmente nas áreas rurais e periurbanas, é onde o trabalho infantil é mais prevalente, com crianças envolvidas em actividades como comércio informal, agricultura e trabalho doméstico. Essas crianças são, muitas vezes, forçadas a trabalhar para complementar a renda familiar ou até mesmo para suprir as necessidades básicas da casa, como alimentação e moradia (Massunde, 2023).

Além da pobreza, a falta de acesso à educação de qualidade é outro factor estrutural importante que perpetua o trabalho infantil em Moçambique. Em muitas áreas rurais, as escolas estão distantes e mal equipadas, o que desincentiva as famílias a enviarem seus filhos à escola. De acordo com Fijamo (2017), muitas famílias percebem o trabalho como uma alternativa mais prática e imediata para o desenvolvimento da criança, em comparação à educação formal. A baixa valorização da educação, combinada com a necessidade económica de sobrevivência, cria um ciclo de exclusão escolar e dependência do trabalho infantil.

Além disso, a desigualdade social é uma das questões subjacentes ao trabalho infantil. As crianças que pertencem a famílias de baixa renda, em particular nas zonas rurais e periurbanas, enfrentam uma desvantagem significativa em termos de acesso a recursos, como saúde e educação, em comparação com aquelas que vivem em áreas urbanas e economicamente mais desenvolvidas. Esse desequilíbrio cria uma situação onde as crianças de comunidades marginalizadas são mais propensas a serem inseridas no mercado de trabalho em tenra idade (OIT, 2020). Dessa forma, a pobreza e a desigualdade social contribuem directamente para o ciclo de trabalho infantil em Moçambique.

2.3.1. Impactos do Trabalho Infantil

O trabalho infantil tem consequências devastadoras e de longo prazo sobre as crianças moçambicanas, afectando seu desenvolvimento físico, psicológico e social. No que diz respeito ao desenvolvimento físico, as crianças que trabalham em condições perigosas, especialmente no comércio informal e na agricultura, são frequentemente expostas a ambientes insalubres, longas jornadas de trabalho e tarefas fisicamente exigentes. Segundo Oliveira e Robazzi (2001), muitas dessas crianças sofrem de problemas de saúde, como fadiga crónica, desnutrição, doenças respiratórias e lesões físicas, resultado directo de suas actividades laborais. Essas condições de trabalho violam os direitos fundamentais das crianças e comprometem seu desenvolvimento físico e seu bem-estar a longo prazo.

No campo psicológico, o trabalho infantil também causa danos significativos. Crianças que são forçadas a trabalhar desde cedo enfrentam altos níveis de stresse e ansiedade, que podem levar ao desenvolvimento de transtornos psicológicos, como depressão e baixa auto-estima (Massunde, 2023). Além disso, a privação da educação e do convívio social adequado para sua faixa etária afecta seu desenvolvimento emocional e cognitivo. Crianças que trabalham no comércio informal, por exemplo, muitas vezes lidam com adultos em situações de poder, enfrentando humilhação, abuso verbal e, em alguns casos, violência física, o que agrava ainda mais os danos psicológicos (OIT, 2020).

Os impactos sociais do trabalho infantil em Moçambique também são profundos. Ao privar as crianças de uma educação adequada, o trabalho infantil perpetua o ciclo de pobreza intergeracional, uma vez que essas crianças têm menos oportunidades de mobilidade social e económica ao chegarem à idade adulta. O trabalho infantil também limita as possibilidades dessas crianças de desenvolverem suas habilidades sociais e cognitivas, tornando-as mais vulneráveis à marginalização social e à exclusão económica (Fijamo, 2017).

Esse ciclo de pobreza, aliado à exclusão educacional e social, dificulta a integração dessas crianças no mercado de trabalho formal no futuro, perpetuando sua vulnerabilidade.

2.3.2. Políticas Públicas de Combate ao Trabalho Infantil

O governo moçambicano tem adoptado várias políticas e programas para combater o trabalho infantil, com destaque para o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil (PANCPFTI). Este plano é uma iniciativa fundamental para a erradicação das

formas mais prejudiciais de trabalho infantil no país, conforme estabelecido pela Convenção n.º 182 da OIT. O PANCPFTI busca alinhar as políticas nacionais aos compromissos internacionais, promovendo acções que incluem campanhas de conscientização, criação de mecanismos de fiscalização e implementação de programas sociais para famílias vulneráveis (OIT, 2020).

No entanto, a eficácia dessas políticas públicas tem sido limitada por vários factores. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos financeiros e humanos para a implementação eficaz das medidas propostas. A fiscalização do trabalho infantil em áreas informais, como o comércio e a agricultura, é insuficiente devido ao número limitado de inspectores de trabalho e à falta de infra-estrutura para monitorar adequadamente essas actividades (Massunde, 2023). Como resultado, muitas das crianças que deveriam ser protegidas por essas políticas continuam trabalhando em condições precárias.

Outro desafio é a descentralização da implementação das políticas públicas. Embora o PANCPFTI tenha sido planeado para ser executado em todo o país, sua eficácia varia consideravelmente entre as diferentes regiões. Nas zonas rurais, onde o trabalho infantil é mais prevalente, a falta de capacidade administrativa e de recursos das autoridades locais compromete a aplicação das leis de protecção infantil (Fijamo, 2017). Isso cria um cenário em que as políticas públicas são implementadas de forma desigual, com áreas urbanas beneficiando-se mais das iniciativas do que as regiões rurais, onde o problema é mais grave.

Além disso, as barreiras culturais são um obstáculo significativo para a implementação das políticas públicas de combate ao trabalho infantil. Em muitas comunidades moçambicanas, o trabalho infantil é visto como uma prática culturalmente aceitável e necessária para a sobrevivência da família. Essa visão cultural dificulta a aceitação das políticas governamentais, especialmente nas áreas rurais, onde o trabalho infantil é frequentemente considerado uma parte normal do processo de socialização das crianças (Oliveira & Robazzi, 2001).

Para que as políticas públicas sejam mais eficazes, é fundamental promover campanhas de conscientização que mudem as percepções culturais sobre o trabalho infantil e incentivem a valorização da educação como uma alternativa viável.

2.3.3. Estratégias de Combate ao Trabalho Infantil

Diversos estudos sugerem que uma abordagem multisectorial é essencial para combater o trabalho infantil de forma eficaz. Isso inclui a combinação de programas de transferência de renda, incentivo à educação e fiscalização rigorosa. Países como o Brasil, com o Programa Bolsa Família, e Gana, com suas campanhas de conscientização e fiscalização fortalecida, têm obtido sucesso na redução das piores formas de trabalho infantil ao adoptar políticas integradas que oferecem suporte económico às famílias e garantem que as crianças permaneçam na escola (Silva & Oosterbeek, 2018; UNICEF, 2019). Essas lições podem ser aplicadas ao contexto moçambicano, especialmente com a implementação de programas sociais que ofereçam alternativas económicas viáveis para as famílias vulneráveis.

Além disso, o fortalecimento das infra-estruturas educacionais e a oferta de incentivos directos para a frequência escolar são estratégias essenciais. O governo moçambicano deve priorizar investimentos em educação, especialmente nas áreas rurais, e garantir que as crianças tenham acesso a escolas de qualidade e programas complementares, como a merenda escolar, para reduzir a dependência do trabalho infantil (Kumar, 2016).

2.3.4. Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas

Em Moçambique, os principais métodos de monitoramento e avaliação das políticas públicas de combate ao trabalho infantil incluem a colecta de dados através de censos, levantamentos de campo, relatórios institucionais, e o acompanhamento das intervenções sociais por parte de organismos governamentais, como o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, em parceria com agências internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UNICEF. A colaboração com organizações não-governamentais (ONG's) também desempenha um papel importante no fornecimento de informações locais e específicas sobre o impacto das políticas.

A colecta de dados para o monitoramento dessas políticas geralmente envolve censos nacionais e pesquisas domiciliares, como o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS), que oferece uma visão geral da situação socioeconómica das famílias e do envolvimento das crianças em actividades laborais. A OIT também conduz levantamentos sobre o trabalho infantil, que são usados para identificar as áreas geográficas mais afectadas e os sectores económicos com maior presença de trabalho infantil. Esses dados permitem ao governo e às organizações parceiras direccionar melhor suas intervenções.

Outro método de monitoramento utilizado são os relatórios periódicos de implementação de políticas, que são produzidos por órgãos governamentais e agências internacionais. Esses relatórios incluem avaliações sobre o progresso da implementação de programas, como o PANCPFTI, e identificam desafios e sucessos ao longo do processo. O acompanhamento é feito principalmente por meio de visitas de campo realizadas por inspectores de trabalho, que verificam se as crianças estão envolvidas em actividades proibidas ou se as famílias beneficiárias de programas sociais estão cumprindo os requisitos.

A avaliação das políticas públicas em Moçambique é realizada com base em indicadores específicos, como a taxa de redução do trabalho infantil em áreas-alvo, a proporção de crianças reintegradas no sistema educacional e o número de famílias beneficiadas por programas de transferência de renda. Esses indicadores são comparados aos objectivos previamente estabelecidos pelas políticas, como o PANCPFTI, para avaliar se as metas de curto, médios e longos prazos estão sendo atingidas.

Embora existam métodos estabelecidos para monitorar e avaliar as políticas públicas em Moçambique, eles enfrentam várias limitações que comprometem a colecta de dados precisos e a implementação eficaz das intervenções. Um dos principais desafios é a falta de recursos financeiros e humanos para garantir o monitoramento contínuo e abrangente das políticas. Os censos e inquéritos nacionais são caros e demorados, resultando em uma colecta de dados que ocorre em intervalos prolongados, muitas vezes incapaz de capturar mudanças rápidas ou dinâmicas locais específicas. Isso cria um problema para o monitoramento em tempo real, o que limita a capacidade de intervenção rápida em áreas onde o trabalho infantil pode estar aumentando.

Outro desafio é a fiscalização limitada. Em muitas áreas rurais e periurbanas de Moçambique, onde o trabalho infantil é mais prevalente, a presença de inspectores de trabalho e outras autoridades responsáveis por garantir a aplicação das leis trabalhistas é escassa. Essa falta de presença local dificulta a colecta de dados precisos sobre o número de crianças envolvidas em trabalho infantil e as condições em que elas trabalham. A inspecção de trabalho, que é um componente crucial do monitoramento de políticas públicas, não é capaz de alcançar de maneira eficaz todas as regiões do país devido à falta de recursos e infra-estrutura.

Outro aspecto limitante é a falta de integração de dados entre diferentes sectores e níveis de governo. As políticas de combate ao trabalho infantil requerem uma abordagem multisectorial

que envolva os ministérios da educação, trabalho, saúde e assistência social. No entanto, em muitos casos, os dados colectados por diferentes ministérios e organizações não são compartilhados ou integrados de maneira eficaz. Isso condiciona à fragmentação da informação e a uma compreensão limitada do problema em termos nacionais. Como resultado, torna-se difícil monitorar o progresso real das políticas e fazer ajustes quando necessário.

Além disso, muitos dos métodos de monitoramento utilizados actualmente não capturam as dimensões culturais do trabalho infantil, que muitas vezes são críticas para entender por que as políticas não têm o efeito desejado em certas comunidades. Como observa Fijamo (2017), em muitas áreas rurais, o trabalho infantil é visto como parte integrante da cultura e da economia familiar. As pesquisas e censos focam principalmente nos aspectos quantitativos do trabalho infantil, como o número de crianças envolvidas e suas condições de trabalho, mas não abordam as percepções locais sobre o valor do trabalho infantil e as barreiras culturais que dificultam sua erradicação.

2.4. Teorias de Base da Pesquisa

2.4.1. Teoria da Dependência

A Teoria da Dependência, desenvolvida por autores como André Gunder Frank (1966), é uma crítica à Teoria da Modernização que refere que no contexto do trabalho infantil, a teoria sugere que à medida que uma sociedade moderniza sua economia, o trabalho infantil diminui, pois há mais oportunidades para os adultos, e as crianças passam a ter acesso a uma educação formal, que se torna fundamental para a inserção no mercado de trabalho. Portanto, a teoria de dependência afirma que o subdesenvolvimento de países periféricos, como Moçambique, é resultado da exploração por parte de economias centrais.

Segundo essa abordagem, o trabalho infantil é perpetuado por estruturas económicas globais que mantêm os países em desenvolvimento dependentes da exploração de recursos e mão-de-obra barata. A teoria sugere que a pobreza e a desigualdade, que são factores centrais para a existência do trabalho infantil, não são fenómenos locais isolados, mas resultados da inserção desses países em um sistema económico global desigual.

No contexto do trabalho infantil, a Teoria da Dependência argumenta que as políticas de erradicação do trabalho infantil devem abordar as estruturas económicas globais que perpetuam a exploração dos países em desenvolvimento. No entanto, essa teoria tem sido criticada por seu

foco excessivo nas dinâmicas internacionais e por subestimar as dinâmicas internas e culturais que também desempenham um papel importante na perpetuação do trabalho infantil. Embora relevante, a teoria não é suficiente para explicar a dimensão local e familiar do trabalho infantil em Moçambique, onde factores culturais e sociais também desempenham um papel crucial.

2.4.2. Teoria dos Direitos Humanos

A Teoria dos Direitos Humanos é uma abordagem mais contemporânea que vê o trabalho infantil como uma violação dos direitos fundamentais das crianças. Baseada em documentos internacionais como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), essa teoria argumenta que todas as crianças têm o direito de ser protegidas contra a exploração e de ter acesso à educação, saúde e bem-estar. A teoria sustenta que o trabalho infantil deve ser erradicado por meio de políticas que protejam os direitos das crianças e garantam seu desenvolvimento pleno.

A Teoria dos Direitos Humanos tem sido amplamente adoptada por organizações internacionais e ONG's que trabalham com a erradicação do trabalho infantil, pois oferece uma base normativa sólida para a criação de políticas públicas. Em Moçambique, onde as leis sobre o trabalho infantil estão alinhadas com as convenções internacionais, a teoria dos direitos humanos fornece um argumento moral e legal para a erradicação das piores formas de trabalho infantil (OIT, 2020). No entanto, como essa abordagem se concentra nos direitos e na protecção, ela não oferece uma análise profunda das causas estruturais que perpetuam o trabalho infantil, como a pobreza e a exclusão social.

2.4.3. Teoria dos Sistemas

Com base na análise das teorias revisadas, a Teoria dos Sistemas parece ser a mais adequada para sustentar o presente estudo sobre as políticas públicas de combate ao trabalho infantil em Moçambique. A Teoria dos Sistemas, derivada da sociologia e das ciências organizacionais, sugerindo que os fenómenos sociais, como o trabalho infantil, devem ser compreendidos como parte de um sistema maior, no qual diversos factores interagem e se influenciam mutuamente. Segundo Talcott Parsons (1951), um dos principais teóricos dessa abordagem, as sociedades são compostas de sistemas inter-relacionados, como o sistema económico, o sistema educacional, o sistema cultural e o sistema familiar. Para que o trabalho infantil seja erradicado, é necessário considerar a interacção entre esses diferentes sistemas.

No contexto de Moçambique, a Teoria dos Sistemas oferece uma estrutura para compreender como factores económicos, sociais e culturais se combinam para perpetuar o trabalho infantil. Por exemplo, o sistema económico (caracterizado pela pobreza e falta de emprego para adultos) interage com o sistema educacional (marcado pela baixa qualidade da educação e falta de acesso em áreas rurais) para criar um ambiente no qual as crianças são forçadas a trabalhar. Ao mesmo tempo, o sistema cultural (que valoriza o trabalho infantil como parte da socialização) reforça essas dinâmicas. A aplicação da Teoria dos Sistemas permite uma abordagem mais holística, considerando como esses factores interagem e como as políticas públicas podem ser adaptadas para abordar cada um desses sistemas de maneira integrada.

A Teoria dos Sistemas também é útil para avaliar a eficácia das políticas públicas, pois reconhece que as intervenções governamentais não operam de forma isolada. Elas fazem parte de um sistema maior que inclui não apenas as famílias e as comunidades, mas também as instituições internacionais e os mercados globais.

Portanto, tomando em consideração as várias imperfeições do mercado que afectam as famílias, juntamente com evidências empíricas que apoiam a relevância destas falhas de mercado para a determinação do trabalho infantil, pode-se concluir que a efectivação desta pesquisa, assentou-se na Teoria de Sistemas, tal como enfatiza Bertalanffy (2010) citando Chiavenato (2003), por tratar sobre as relações entre o todo e suas partes, ou seja, por desenvolver princípios unificadores que atravessam verticalmente os universos particulares das diversas ciências envolvidas, visando ao objectivo da unidade da ciência. Ao se aplicar essa teoria como basilar para justificar o estudo das políticas de erradicação do trabalho infantil em Moçambique e na Vila da Macia em particular, busca-se identificar os pontos de interacção entre os diferentes sistemas e teorias já avançadas anteriormente, como também a necessidade de se ajustar as realidades sobre as práticas infantis, de forma a garantir o sucesso das políticas implementadas.

CAPÍTULO - III. METODOLOGIA

A metodologia consiste em um conjunto de técnicas e procedimentos utilizados pelo pesquisador para desenvolver sua pesquisa e assim chegar aos objectivos determinados. Busca mostrar ao pesquisador como trilhar o caminho de pesquisa, de forma a ajudá-lo a reflectir e estimular um olhar curioso, indagador e criativo sobre o mundo (Gil, 2009).

Por outro lado, Andrade (2008) prefere olhar para a metodologia como uma técnica com a função de mostrar ao pesquisador, como trilhar o caminho da pesquisa de forma a ajudá-lo a reflectir e estimular um olhar curioso, indagador e criativo sobre o mundo.

Porém, Bello (2005, p.21) define metodologia como sendo, “a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exacta de toda acção desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa”. Sem descarrilar da ideia do Bello, Prodnov e Freitas (2013, p.14) encaram metodologia como sendo, “a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Neste âmbito, o objectivo deste capítulo reside em descrever as técnicas e procedimentos usados para se analisar os mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em Moçambique, de modo particular na Vila da Macia

3.1. Tipo de Pesquisa

A pesquisa científica é vista por muitos como foco do desenvolvimento de uma tecnologia ou descoberta dentro das ciências, responsável pela aquisição e produção de conhecimento. Em todos os ramos do saber, as discussões são solucionadas com medidas sensatas e previamente estudadas. E por ser o conjunto de procedimentos sistemáticos, a pesquisa científica precisa ser classificada nas formas que melhor se enquadram no contexto (Andrade, 2011).

No entanto, neste trabalho de investigação, teve-se em consideração as quatro principais formas, a destacar: quanto à natureza, à métodos de conhecimento, à abordagem, e aos procedimentos técnicos.

3.1.1. Quanto à natureza

Sob ponto de vista da natureza, Gil (2007), refere que uma pesquisa pode ser básica e aplicada. A pesquisa básica objectiva gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista (envolve verdades) ainda que temporárias e relativas, de interesses mais amplos (universalidade), não localizados. Portanto, não tem, todavia, compromisso de aplicação prática do resultado. Por sua vez, a pesquisa básica pode ser classificada em pesquisa aplicada de avaliação e de diagnóstico, sendo a de avaliação aquela que atribui valor a um fenómeno estudado, necessitando para tanto, de parâmetros bem estabelecidos de comparação ou referência. Já a pesquisa aplicada de diagnóstico, busca traçar um cenário de uma determinada realidade.

Por outro lado, a pesquisa aplicada objectiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos ou busca da verdade para determinada aplicação prática em situação particular (Gil, 2007).

Portanto, no que diz respeito à natureza da pesquisa, o trabalho enquadra-se na pesquisa básica pelo facto de se focar na compreensão dos mecanismos são adoptados para o combate às formas do trabalho infantil na Vila da Macia, sobretudo na garantia, protecção dos direitos das crianças e redução de incidência no comércio informal. Apesar de não garantir a aplicação dos resultados, este tipo de pesquisa tem a intenção de ampliar a compreensão de certos fenómenos ou comportamentos, sem, entretanto, procurar resolver ou tratar tais constatações.

3.1.2. Quanto ao método de conhecimento

A formação do conhecimento científico passa de forma obrigatória, pela compreensão de que a ciência atende a um procedimento metódico cujo objectivo é conhecer, interpretar e intervir na realidade. Por isso, Prodanov e Freitas (2013) caracterizam o método de conhecimento como um conjunto de regras básicas dos procedimentos que produzem o conhecimento científico.

No entanto, este método pode ser classificado em: Indutivo, Dedutivo, Hipotético-dedutivo, Dialéctico, fenomenológico, e para esta pesquisa, enquadra-se melhor o método indutivo, onde o conhecimento é fundamentado na base de experiências, que por sua vez pode ser facilmente descrito como raciocínio que vai do particular para o geral, isto é, que nos leva de uma lista finita de afirmações singulares, para a justificação de uma afirmação universal, sobre a questão de combate às formas do trabalho infantil em Moçambique, com destaque para Vila da Macia.

3.1.3. Quanto à abordagem

Segundo Marconi e Lakatos (2010), os métodos de abordagem são procedimentos gerais que norteiam o desenvolvimento das etapas fundamentais de uma pesquisa científica, permitindo, por isso, seu emprego em várias ciências.

Por sua vez, segundo Sousa *et al.*, (2013) apud Cossa (2018, p.15) “na pesquisa quantitativa utiliza-se parâmetros estatísticos, para análise de dados”. Tudo é transformado em números. Já as pesquisas de abordagem qualitativa se ocupam pelo uso de subjectividade, isto é, os dados não podem ser transformados em números.

Em termos de abordagem, a pesquisa cinge-se em uma abordagem qualitativa. Portanto, o uso deste tipo de abordagem permite que os dados colhidos/obtidos proporcionem uma compreensão mais detalhada e precisa, objectivo de compreender os fenômenos através da colecta de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais possibilitando conseguir o maior número de dados para entender as atitudes, ideias e motivações das crianças que estão envolvidas no trabalho infantil, na Vila da Macia.

3.1.4. Quanto ao procedimento técnico

Para Gil (2009), os procedimentos técnicos correspondem às etapas mais concretas de investigação, para explicar fenómenos gerais e menos abstractos. São as técnicas especializadas e utilizadas nas etapas de análise e interpretação dos dados colectados e/ou fenómenos observados. Estes procedimentos podem ser: bibliográfica, documental, experimental, *ex-post facto*, levantamento, estudo de campo, estudo de caso, pesquisa-acção e pesquisa participante.

Portanto, olhando para estas classificações e atendendo aos objectivos preconizados nesta pesquisa, adoptou-se pela pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

a) Pesquisa Bibliográfica

A Pesquisa bibliográfica contempla apenas material já elaborado, como livros e artigos científicos, utilizando-se da contribuição de diversos autores sobre certo assunto (Gil, 2007).

Por sua vez, Fonseca (2002) acrescenta afirmando que qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, de forma a permitir ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. No caso concreto desta pesquisa, a bibliografia consistiu no

levantamento e na extracção de informações relevantes que aludem a temática, como forma de sustentar e enquadrar os contextos aludidos.

b) Estudo de Caso

O Estudo de caso envolve a análise profunda e exaustiva de um determinado assunto, visando buscar detalhes aprofundados em volta de um contexto ou matéria (Gil, 2009).

Na vertente de Fonseca (2002), o estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objecto de estudo do ponto de vista do investigador.

No entanto, este tipo de pesquisa consistiu em analisar de forma estafante, os mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em moçambique, concretamente na Vila da Macia, objectivando buscar o conhecimento mais amplo e detalhado em volta do assunto em questão.

3.2. Técnica e Instrumentos de Recolha de Dados

A recolha de dados é o processo de levantamento e avaliação de informação sobre variáveis de interesse, de acordo com uma metodologia sistemática estabelecida, que permite responder a perguntas de pesquisas, testar hipóteses e avaliar resultados (Gil, 2009). De referir que o instrumental técnico elaborado pelo pesquisador para o registo e a medição dos dados, teve de observar ou preencher os seguintes requisitos: validade, confiabilidade e precisão.

Para esta pesquisa, o processo de recolha de dados assenta-se na obtenção de informações, através de determinados métodos, dados, pesquisas e situações, por meio de instrumentos como é o caso do questionário e guião de entrevista, de forma a ajudar na análise e produção do relatório final.

3.2.1. Questionário

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), o questionário é um instrumento de recolha de dados, feito através de técnica de autopreenchimento por parte dos participantes ou na inquirição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse, não havendo interacção directa entre o pesquisador e os inquiridos.

Para validar e facilitar a colecta de dados por meio de um questionário, é preciso que a linguagem utilizada seja simples e directa, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

Portanto, nesta pesquisa, o questionário foi distribuído de forma aleatória às crianças que estão no trabalho ou comércio infantil na Vila da Macia, abrangendo-as com idades compreendidas entre 7 anos e 14 anos de idade. Portanto, por causa da idade destes e com possibilidade de alguns não possuir nenhuma instrução académica, o investigador optou pelo questionário-entrevista, onde construiu directamente as questões aos visados, o que permitiu fazer as questões de forma clara e que os mesmos percebessem.

Em termos de composição, este instrumento de recolha é constituído por 26 questões das quais 9 fechadas e 15 abertas, conforme o apêndice 1.

3.2.2. Guião de Entrevista

Para Gil (2009), a entrevista é uma técnica na qual o investigador apresenta-se frente ao investigado e formula perguntas para obter as informações necessárias, sendo assim, uma forma de interacção social, visando compreender algum fenómeno que é o objecto da pesquisa científica.

Ainda o mesmo autor refere que a entrevista pode ter carácter exploratório ou ser uma colecta de informações. A de carácter exploratório é relativamente estruturada, enquanto a de colecta de informações é altamente estruturada.

Por sua vez, Marconis e Lakatos (2008), entrevista é o “encontro entre duas pessoas afim, de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”, p 80.

Portanto, para melhor garantir a colecta dos dados subjectivos e permitir com maior facilidade, a comparação de respostas e sua quantificação, o roteiro de entrevista apresenta-se de forma padronizada (estruturada). Portanto, este instrumento teve incidência ou como alvos, o Administrador do Distrito de Bilene e Presidente da Autárquico da Vila da Macia, objectivando trazer afundo o contributo destes órgãos ou ente-públicos na reversão da situação em estudo.

Estruturalmente, o guião de entrevista é constituído por cerca de onze (11) perguntas abertas, conforme ilustra o apêndice 2.

3.3. População Amostra

A pesquisa com crianças exigiu cuidados adicionais em termos de obtenção de consentimento, confidencialidade e bem-estar dos participantes. De acordo com Marconi e Lakatos (2008), o universo populacional foi definido como um conjunto de elementos que possuíam características comuns. Por outro lado, Massad et al. (2004) também consideraram que a população de estudo incluía indivíduos ou características observáveis que esses indivíduos compartilhavam.

Neste estudo, o universo populacional foi estimado em 70 elementos, composto maioritariamente por crianças entre 7 e 14 anos. Dado que as crianças eram participantes vulneráveis, a pesquisa adoptou procedimentos éticos rigorosos, conforme recomendado por Resnik (2015).

Foi necessário obter o consentimento informado dos pais ou responsáveis legais para a participação das crianças, garantindo que estivessem plenamente cientes dos objectivos, métodos e possíveis implicações da pesquisa. Além disso, a pesquisa também requereu o assentimento das próprias crianças, o que significava que elas foram informadas de maneira apropriada à sua idade e compreensão, permitindo que expressassem sua vontade de participar ou não.

A confidencialidade foi mantida com rigor, e os dados colectados foram tratados de forma anónima para proteger a identidade das crianças. Além disso, o bem-estar psicológico e físico das crianças foi monitorado durante todo o processo, assegurando que não fossem expostas a qualquer forma de dano ou desconforto durante a pesquisa. Todos os procedimentos éticos foram submetidos a um Comité de Ética em Pesquisa, assegurando que a pesquisa cumprisse as directrizes internacionais de protecção aos direitos e à dignidade das crianças.

3.3.1. Amostragem

Certamente, em pesquisas sociais, quanto mais participantes se consegue envolver em um estudo, melhores seriam os resultados. Porém, muitas vezes, devido a limitações de diversas ordens, tornou-se difícil englobar dados de toda a população, o que fez com que fosse importante utilizar a representação do universo populacional (a amostra).

Neste contexto, Marconi & Lakatos (2010) conceituaram a amostra como uma porção ou parcela convenientemente seleccionada do universo (população), ou seja, o subconjunto do

universo. Com base no contexto da análise, foi possível utilizar uma amostra probabilística, pelo facto de que a selecção da amostragem foi feita de forma aleatória, o que possibilitou que os visados tivessem a mesma probabilidade de responder, atendendo ao critério de imparcialidade na escolha.

Assim, para alcançar os objectivos, a pesquisa baseou-se em uma amostra de 40 elementos (crianças), considerando que estes compunham a fonte de informações pertinentes e necessárias ao estudo, ou seja, os elementos reuniam os requisitos necessários (idade, actividade desenvolvida). Estes elementos foram escolhidos para participar da investigação com base em sua experiência e interacção social com o fenómeno em estudo, sendo que o critério de selecção dos participantes foi proposital (Prodanov & Freitas, 2013).

3.4. Técnicas de Analise de Dados

O processo de análise de dados envolve diversos procedimentos, tais como: codificação das respostas, tabulação dos dados, cálculos estatísticos, interpretação dos dados que segundo Gil (2009, p.120) consistem fundamentalmente em estabelecer a ligação entre resultados obtidos com os outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente.

Portanto, os dados colhidos neste estudo foram tratados e analisados de forma qualitativa, de modo a facilitar a compreensão e interpretação de determinadas práticas e factores que influenciam na realização de trabalho infantil, para permitir uma tomada de decisão correcta sobre a questão/problema em análise.

De seguida, fez-se a devida análise que consistiu na confrontação da fundamentação teórica com os dados do campo, com vista a responder os objectivos específicos e extrair-se as conclusões mediante o uso dos seguintes métodos:

O Método estatístico, a codificação e a técnica de tabulação

Como forma de dar início a análise dos dados colhidos no campo, fez-se a tabulação dos mesmos, o cálculo de médias e os dados quantitativos dos questionários submetidos aos visados (Crianças nas idades já descritas na amostra), com recurso ao pacote do Microsoft Excel.

Para dar vazão à codificação fez-se a atribuição de código e a tabulação a cada uma das perguntas do questionário e as respectivas alternativas/resposta para facilitar a sua análise. E por fim o método estatístico, permitiu mensurar os dados obtidos em forma de gráficos (com cálculo das frequências relativas e absolutas).

Método Comparativo

O método comparativo serviu de base para confrontar as abordagens dos autores em matéria de trabalho infantil sob óptica das piores formas, em relação a realidade do campo ou dos dados obtidos na Vila da Macia, explicando todos pormenores existentes nas informações colectadas nas obras, bem como as obtidas no local de estudo, de forma que no final emita-se um parecer em volta do assunto em alusão.

3.5. Considerações Éticas

Este trabalho respeita as especificidades éticas, sobre a necessidade de contar com o consentimento livre dos indivíduos no fornecimento de dados necessários para a consecução da pesquisa, assim como prover procedimentos que assegurem a sua confiabilidade e a utilização de informação sem prejuízo das pessoas, garantindo o anonimato na identificação dos entrevistados, bem como o respeito pelas opiniões apresentadas. É por isso que houve garantia total da confidencialidade e anonimato das respostas, as quais serão tratadas de forma consolidada, sem distinção individual.

Portanto, isso é vislumbrado no questionário, onde não se pediu em nenhum momento, a identificação do inquirido pelo seu nome, justamente para lhe dar total liberdade de resposta. O direito ao anonimato e à confidencialidade, confere a não divulgação ou partilhados dos dados pessoais, sem a devida autorização expressa do sujeito e que a identidade do sujeito não pode ser associada às respostas individuais.

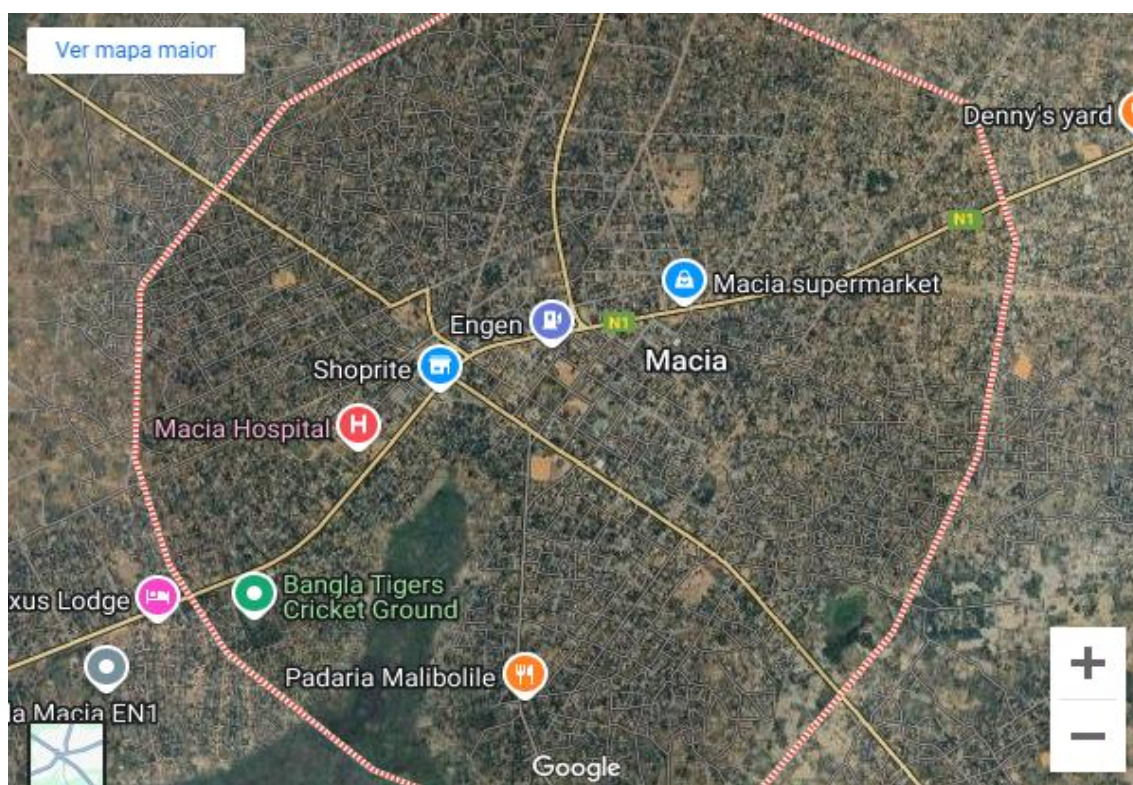
CAPÍTULO – IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os dados obtidos na pesquisa e a discussão dos resultados com auxílio das abordagens teóricas previamente avançadas por diversos autores no capítulo 3, tendo como objecto, analisar os mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em moçambique, na Vila da Macia.

4.1. Descrição do Local de Estudo

Macia é uma Vila moçambicana, que por sinal é Sede do distrito de Bilene (província de Gaza). Encontra-se situada junto da Estrada Nacional n.º 1, a principal estrada que liga a região norte/sul do país, a cerca de 140 km a norte de Maputo. Foi em 2 de Abril de 2008 que o Governo de Moçambique que elevou a mesma na categoria de Vila Municipal, no âmbito da expansão do processo de autarquização do país a 10 novas Vilas, uma em cada província.

Figura nº1: Mapa de localização da Vila da Macia



Fonte: <https://maps.app.goo.gl/399ueKXzbpD26W4SA>

Em termos de delimitação geográfica, a Norte limita-se com o Posto Administrativo de Mazivila concretamente a localidade de Dzimbene, a Leste com o Posto Administrativo de

Incaia, a Sul com o Posto Administrativo de Macuane e a Oeste é limitado pelo Posto Administrativo de Messano (localidade de Magul).

Com uma área de 11,6 km², a Vila da Macia conta com uma densidade populacional na ordem de 4.029 / km², equivalente a 46.560 habitantes. No entanto, segundo dados fornecidos pelo Governo do Distrito do Bilene, mais de 5000 habitantes praticam actividades comerciais, quer no sector formal como no informal.

Sobre a educação, o INE (2023) refere que na Vila da Macia, foram matriculados ou inscritos até 2021, segundo a tabela apresentada abaixo:

Tabela nº2: Distribuição de alunos matriculados até 2021

Ano	Escolas	Alunos Matriculados (EP1)		Raparigas (%)	Escolas	Alunos Matriculados (EP2)		Raparigas (%)
		HM	M			HM	M	
2017	14	10 046	4 841	48,2	13	3 173	1 640	51,7
2018	14	10 424	5 013	48,1	14	3 382	1 774	52,5
2019	14	10 726	5 203	48,5	14	3 418	1 736	50,8
2020	14	10 717	5 119	47,8	14	3 628	1 866	51,4
2021	14	9 740	4 749	48,8	14	4 420	2 177	49,3

Ano	Escolas	Alunos Matriculados (ESG1)		Raparigas (%)	Escolas	Alunos Matriculados (ESG2)		Raparigas (%)
		HM	M			HM	M	
2017	2	4 828	2 709	56,1	1	2 306	1 367	59,3
2018	2	5 569	3 142	56,4	1	2 215	1 311	59,2
2019	3	5 729	3 236	56,5	1	1 939	1 108	57,1
2020	3	6 404	3 947	61,6	1	2 311	1 354	58,6
2021	3	8 059	4 536	56,3	3	1 507	910	60,4

Fonte: INE (2023)

Apesar dos números tenderem a um crescimento a nível de inscrições de novos ingressos como renovação dos antigos, persistem constrangimentos que afectam a área da educação na Vila da Macia como também no distrito de forma geral, que se cingem na exiguidade de salas, docentes, carteiras, residências para professores, bibliografia para consultas. Um outro dado, é que apesar de números assustadores de inscritos, assusta ainda o facto de se verificar alguma

tendência de desistências nas escolas, principalmente do ensino geral, segundo avançado na entrevista com o Administrador do Distrito de Bilene, sem deixar números exactos.

Relativamente ao trabalho infantil, o GDB (2024) também apresentou dados que deixam a desejar,. dada a elevada proliferação e tendência de crescimento de práticas no sector informal, principalmente envolvendo menores, no período entre 2018 e 2023. Nesta sequência, dados referem que a distribuição populacional das crianças ou menores no sector informal está composta da seguinte forma:

Tabela nº3: Distribuição da população das crianças por idade e sexo

Idades	Homens	Mulheres	Total
[5 anos – 9 anos]	40	25	65
[10 anos – 14 anos]	820	248	1 068
[15 anos – 18 anos]	450	330	780
Total	1 310	603	1 913

Fonte: GDB (2024)

Como pode-se ver na tabela acima, só na Vila da Macia existem mais de 1000 crianças envolvidas no trabalho infantil, principalmente no sector de comércio, mesmo com a legislação e convenções claras, prevendo a punição aos que propiciam a inserção de menores em actividades antes de atingir a maioridade, os números vão crescendo a cada ano.

Portanto, tal como sustenta Mosca (2007), a economia e comércio informal, surge como estratégia de sobrevivência das famílias pobres, dado a incapacidade da economia formal em absorver o factor trabalho e de gerar rendimentos. É ainda uma consequência de desequilíbrios, distorções ou rupturas de mercado e de políticas desajustadas.

Na componente económica, dados do Censo de 2023 indicam que a actividade económica com predominância na Vila da Macia é a agricultura, esta que apresenta condições agro-ecológicas favoráveis apesar de apresentar maior dependência da água das chuvas para irrigação. Outras actividades que se destacam é o comércio, avicultura e pesca, contribuindo substancialmente para geração de emprego e de rendimentos. Portanto, percebe-se de antemão que sendo a agricultura a principal fonte de subsistência, os níveis de trabalho infantil tenderão a crescer, dado a falta de rendimentos fixos para solver.

4.2. Apresentação dos Resultados

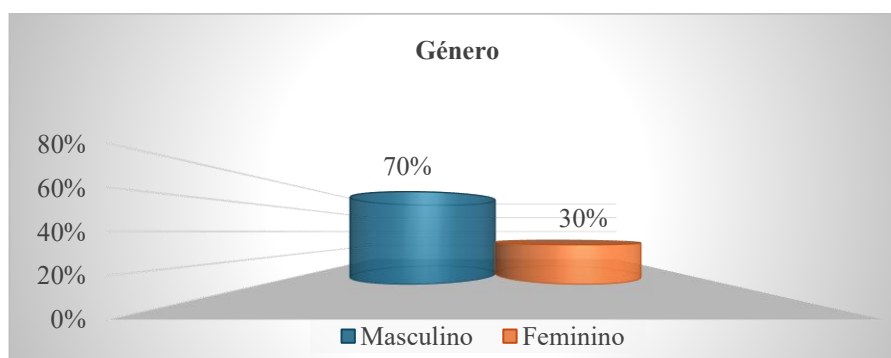
4.2.1. Perfil dos Inqueridos

4.2.1.1. Género

A inclusão é uma parte importante de como cultivar um local de trabalho diversificado e abordar a desigualdade sistémica em vários sectores. Ela também é importante para criar pesquisas mais eficazes, pois, pesquisas inclusivas são feitas com empatia, respeito e metas claras, que vão desde a linguagem usada até a acessibilidade delas. Ao saber o género de quem está respondendo a pesquisa, se consegue identificar padrões diferentes entre os respondentes.

Por isso, tal como referem Patino e Ferreira (2018), os critérios de inclusão e exclusão nas pesquisas sociais, são definidos como as características-chave da população-alvo que os investigadores utilizam para responder à pergunta do estudo.

Gráfico nº2: Género



Fonte: Autor (2024)

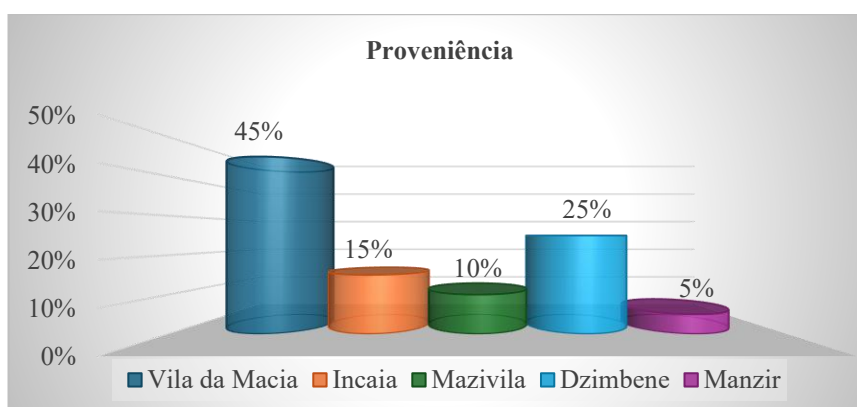
Neste vertente género, a pesquisa revelou que maior parte das crianças que se predeterminaram em responder ao questionário, são as do género masculino (70% homens), sendo que as do género feminino estiveram representadas em cerca de (30% mulheres). Embora as desigualdades de género venham recebendo atenção crescente na sociedade, nesta pesquisa foi possível observar que ainda existem barreiras para a participação feminina em pesquisas, havendo necessidade de se desafiar a sociedade no geral, na promoção da equidade género, de modo que as pesquisas sociais sejam mais inclusivas, possibilitando fazer análises mais abrangentes.

Este facto vem em parte secundar os posicionamentos de Laginski (2001) e Xavier (2010), onde defendem que a incidência do trabalho infantil ocorre mais nas crianças do sexo masculino do que do sexo feminino.

4.2.1.2. Proveniência

Tal como referido no capítulo anterior, a pobreza extrema (falta de recursos para solver necessidades básicas) sobretudo nas zonas rurais, continua a ser a principal causa impulsionadora de trabalho infantil, obrigando as crianças a movimentarem-se para os centros urbanos (grandes cidades), vezes por iniciativa própria como também por indicação dos seus progenitores, em busca de alternativas de sobrevivência.

Gráfico nº3: **Proveniência**



Fonte: Autor (2024)

Apesar de pesquisas similares a esta referir que maior parte das crianças que integram o comércio informal é proveniente das zonas rurais, esta em particular provou que 45% dos inqueridos são crianças locais (provenientes de vários bairros da Vila da Macia), e 25% tem como proveniência a localidade de Dzimbene (a norte). Por outro lado, 15% dos respondentes provem da localidade de Incaia, 10% de Mazivila e não obstante, 5% é proveniente de Manzir (oeste).

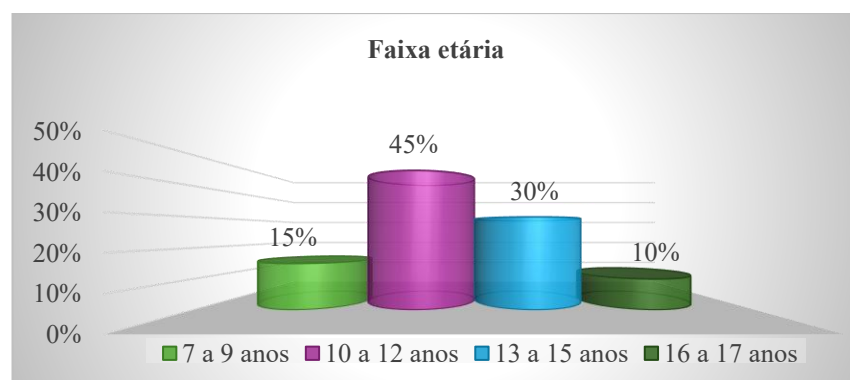
No entanto, todas as crianças são unânimes em afirmar que o motivo da sua deslocação assim como ingresso no trabalho infantil visa responder a certas necessidades que os seus pais ou encarregados de educação não conseguem resolver. Apesar de terem noção dos perigos que podem advir desta prática, afirmam ser a única solução encontrada.

A Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança, no seu artigo 47 refere que é vedada toda a forma de exploração do trabalho infantil, devendo a violação deste princípio ser punida por lei, porém, na prática não se verifica, pois, o número de crianças ligadas ao trabalho infantil tem tendência de crescer a cada ano.

4.2.1.3. Idade

Em pesquisas sociais que tem como foco estudo de uma determinada característica da população amostra, tem sido comum, abordar-se a questão das faixas etárias ou idade desta, isso pela necessidade de se conhecer a real divisão da população por geração, e de acordo com a época em que nasceram. Sabe-se então que tradicionalmente, uma população é dividida em três faixas etárias a saber, jovens (que são indivíduos com mínimo de 18 anos), adultos (dos 30 até 59 anos) e idosos (com 60 anos ou mais). Porém, nesta pesquisa, se teve em consideração indivíduos com menos de 18 anos, isso pelo facto de estes pertencerem as camadas alvo na análise da eficiência plano de acção para as piores formas de trabalho infantil.

Gráfico nº4: **Faixa Etária**



Fonte: Autor (2024)

Dos dados patentes no gráfico acima, é possível perceber que maior parte dos respondentes do questionário são os da faixa de 10 anos a 12 anos (45%), seguida de 13 anos a 15 anos (30%), o que permitiu colher informações ou sensibilidades que se adequam à realidade que se vive no mercado de trabalho infantil, como também possibilitou atingir o maior número de alvo com idade considerável para emitir opinião em volta do assunto em epígrafe. Por outro lado, é igualmente possível lobrigar que as faixas dos 7 anos a 9 anos com peso de 15% tiveram também sua predominância, não obstante os da faixa de 16 anos a 18 anos com 10%, o que

permitiu garantir que a pesquisa procure ser inclusiva e que possibilite que toda amostra populacional previamente seleccionada, opine em relação ao tema em questão.

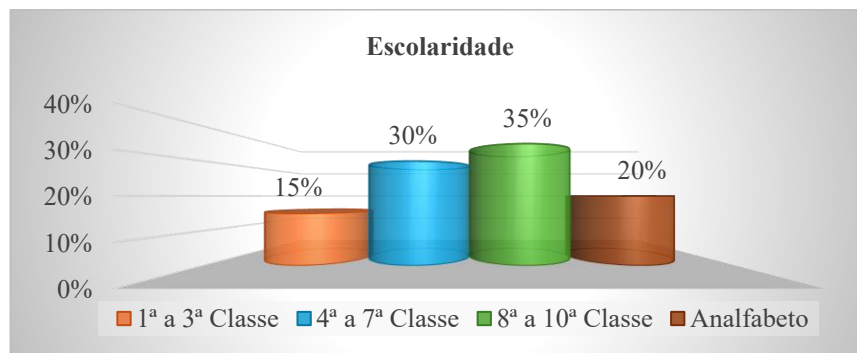
Destes dados ainda pode se concluir que mais de 70% de crianças ao nível da Vila da Macia, encontram no sector informal, ou seja, praticam em condições ou situações contrariadas da Lei de Trabalho, como também pela convenção nº182, o que acaba impactando no desenvolvimento físico e mental, levando a um ciclo vicioso, dado a elevada carga horária em que estão sujeitas.

4.2.1.4. Escolaridade

É como em toda a parte do mundo, muitas considerarem a educação como um indicador da produtividade de um indivíduo, pelo que é também um requisito aquando da contratação de novos trabalhadores nas organizações deve se ter em consideração.

Olhando para a vertente de menores, a escolaridade ela proporciona um ambiente que permite que as crianças exploraram, experimentem e aprendam com segurança. Além disso, a interacção com outras crianças e adultos na escola é essencial para o desenvolvimento de habilidades sociais, capacidade cognitiva, e resolução de conflitos.

Gráfico nº5: **Escolaridade**



Fonte: Autor (2024)

Olhando para os dados patentes no gráfico é possível perceber que a maior parte das crianças possui um nível de escolaridade, sendo de maior destaque de 8ª a 10 classe (35%), precedido do nível da 4ª a 7 classe (30%), sendo o analfabetismo com um peso de 20% e por fim, 15% para os níveis de 1ª a 3ª classe. Portanto, face aos mesmos dados pode-se afirmar que as

crianças inquiridas detêm de um nível de instrução que pelo menos lhe permite conhecer os seus direitos, o que lhes possibilita aptidão e eficácia na compreensão dos factos.

Ainda nesta questão, igualmente importa realçar que, a escolaridade dos pais e as condições de vida na adolescência influenciam o sucesso escolar e o nível de pobreza de cada pessoa. Ou seja, a educação é muito importante, tanto para cada pessoa, quanto para a sociedade, pois é através da mesma que se constrói o desenvolvimento social, cultural e económico. É com educação que se busca habilidades que auxiliam no combate a pobreza e na redução da veia violenta da criança.

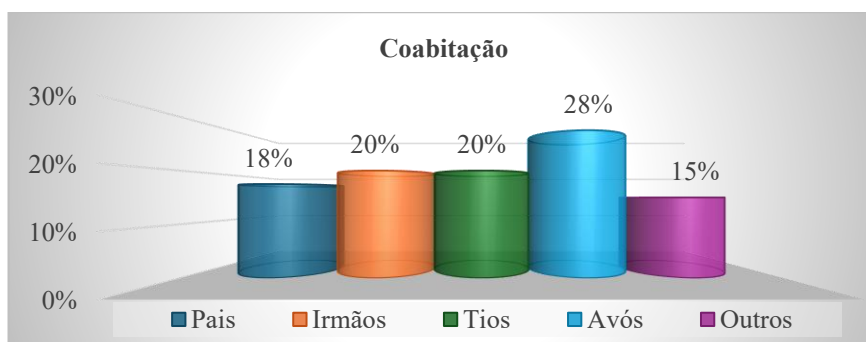
Por seu turno, Vasconcelos, (2013) vem destacar que a relação dos alunos com a escola depende do seu contexto socioeconómico de vivência e das suas experiências pessoais, e por sua vez o abandono escolar pode ser motivado por causas de integração e relacionais, familiares e de acessibilidade.

4.2.1.5. Coabitação

O direito a uma habitação condigna está universalmente reconhecido pela comunidade das nações. Por isso, muitos dos instrumentos que reconhecem o direito a uma habitação condigna enunciam-no como um direito que assiste a todos. Para dizer que, em todas as nações (sem excepção) todos os cidadãos, por muito pobres que sejam, têm o direito de ter uma habitação e por essa via, passa a ser obrigação dos governos, criar mecanismos de facilitar o processo, proteger e de melhorar as casas das famílias carenciadas.

O mesmo é sustentado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu nº1 do artigo 25, postulando que: “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

Gráfico nº6: Coabitação



Fonte: Autor (2024)

Indo no que coabitação diz respeito, a pesquisa apurou que maior parte das crianças vive com os seus avós (28%), chegando alguma a afirmar que tal situação se deve pelo facto de terem sido abandonadas pelos seus progenitores por falta de condições e alguma por que perderam seus parentes. De seguida, os que vivem com os tios e irmãos se destacaram com 20% cada, não obstante 18% referem viverem com os pais. Não menos importante, 15% (outros) afirma viver na casa dos seus patrões ou pessoas que lhe acolheu em troca da prática de trabalho infantil.

Portanto, percebeu-se aqui que maior parte (mais de 80%) das crianças não vive com os seus progenitores, o que acaba criando de certa forma, défice de afeição entre os membros da família. A família tem um papel elementar na garantia do desenvolvimento físico, emocional e social da criança. São os pais que legitimam ou censuram conhecimentos e valores desenvolvidos pelas crianças durante seu crescimento, o que pode evitar possíveis desvios futuramente.

O nº1 do artigo 28 da Lei nº7/2008, termina enfatizando que “toda criança tem direito a ser criada e educada no seio da sua família e, excepcionalmente, em família de acolhimento ou adoptiva e a ter assegurada a convivência familiar e comunitária.

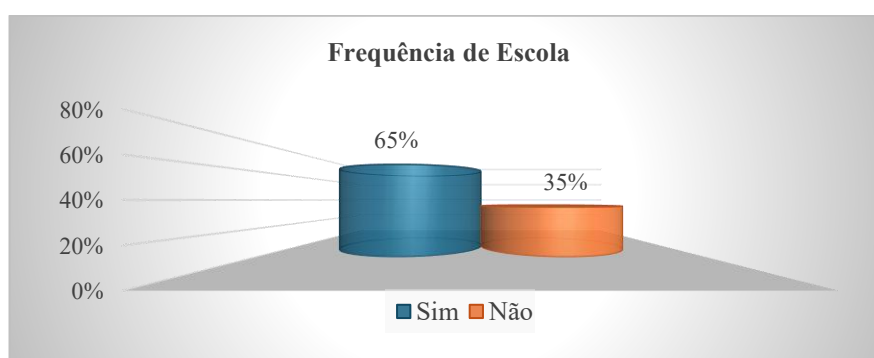
4.3. Factores Demográficos

Os factores demográficos referem-se aos referenciais utilizados no campo da demografia, para o estudo e análise das dinâmicas populacionais. Neste caso, procura-se além dos factores abordados anteriormente, trazer dados sobre frequência, proveniência e alimentação das crianças.

4.3.1. Frequência escolar

Conforme referido no ponto “4.2.4. escolaridade”, mais de 70% das crianças, frequentam ou frequentaram uma escola, o que indica haver necessidade de se enveredar esforços para evitar a possibilidade de abandono e desistência nos estudos, por conta do seu envolvimento no trabalho infantil. Porém, muita das vezes, a baixa frequência escolar pode decorrer em reprovação, baixa produção de conhecimento, *deficit* na qualidade da educação e comprometimento nos resultados individuais.

Gráfico nº7: **Frequência escolar das crianças**



Fonte: Autor (2024)

No entanto, para o caso desta pesquisa foi possível aferir que 65% ainda frequentam uma e em contrapartida, 35% não frequenta. Apesar de se ter mais da metade do público-alvo a frequentar uma escola, é ainda preocupante a taxa dos que já desistiu, o que abre antecedente para o ingresso ao mercado de trabalho infantil em busca de alternativas de vida. Por si só, a rotina escolar é um grande desafio e sempre existe obstáculos que interferem na frequência, independentemente do nível de ensino.

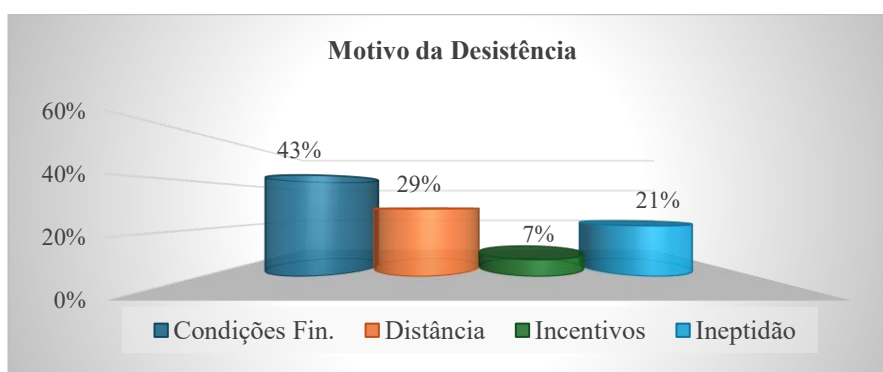
Para sustentar a afirmar anterior, podemos recuar no período de 2019 a 2022, onde o mundo, viveu uma crise pandêmica da COVID-19, o que obrigou vários países incluindo Moçambique, ao encerramento escolar prolongado, tendo desafiado ainda mais a frequência escolar das crianças, principalmente as vulneráveis, por falta de alternativas de aprendizagem, por limitação de recursos (máscaras).

4.3.2. Motivo de desistência

O abandono escolar é uma realidade preocupante e considerado um problema social, que afecta não só as crianças, como também muitos jovens no país, e a Vila da Macia não é excepção. Por essa razão, torna-se fundamental que os pais e professores garantam o acompanhamento adequado e a criação de relacionamentos próximos e duradouros, de modo que evitar ou reduzir o fenómeno.

Tal como referem Christle, Jolivette e Michael (2007), os factores de risco para o abandono escolar são numerosos e cruzam-se. No entanto, a probabilidade de uma criança abandonar a escola aumenta à medida que os factores de risco também se acumularem.

Gráfico nº8: **Motivo da desistência das crianças**



Fonte: Autor (2024)

Olhando para o gráfico é possível validar que 43% das crianças abandonou a escola por falta de condições financeiras para poder suprir todas necessidades possíveis, que garantam uma educação condigna (transporte, material escolar, alimentação). Todavia, 25% afirma ter desistido por conta da distância que se percorre até a escola, e 21% da falta de capacidade de conhecimento ou capacidade de retenção e assimilação das matérias. Não obstante, 7% alega que a falta de incentivos, seja por parte dos pais (lanche para intervalos) ou mesmo do governo (programa papa na escola), motivou a sua desistência, isso porque, lhe torna difícil ter de sair de casa para escola e regressar para não ter o que comer.

Portanto, como se pode ver, diversos motivos podem levar o aluno a deixar de participar das aulas e a optar pelo trabalho infantil. Para além das situações avançadas anteriormente, foi também colher alguns motivos para desistência, como é o caso do assédio; abuso sexual na

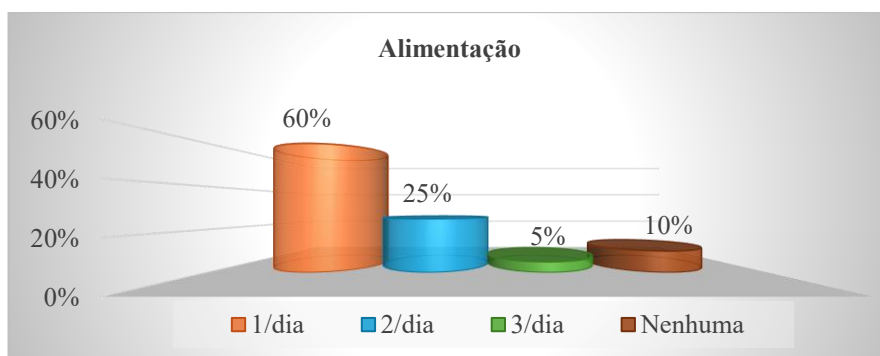
escola; a gravidez precoce; a questão do desinteresse (seja pelo curso ou pelas matérias); problemas familiares e pessoais; e questões sociais (*bullying*).

4.3.3. Alimentação diária

Uma boa e adequada nutrição sempre impacta o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças. Tanto que, durante a infância, o cérebro está em crescimento constante, e a alimentação fornece os nutrientes essenciais para o desenvolvimento saudável das células cerebrais, além de influenciar a concentração, a memória e o aprendizado principalmente na fase da educação infantil.

Tal como refere a Nutricionista Fernandes (2021), a ingestão de alimentos deve ser distribuída por 5 a 6 refeições por dia, com um intervalo estimado de em média 3 horas. Assim sendo, é importante a necessidade de se consumir várias refeições por dia, para um melhor equilíbrio do organismo. Por esta via, a nutricionista recomenda, o pequeno-almoço, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia caso necessário.

Gráfico nº9: Alimentação diária das crianças



Fonte: Autor (2024)

Neste quesito a pesquisa revela que cerca de 60% das crianças inqueridas só tomam uma refeição por dia, o que pode impactar no aprendizado, na capacidade física, na atenção, na memória, na concentração, na energia necessária para trabalhar o cérebro. Por outro lado, 25% apenas tem duas (2) refeições por dia sendo uma de manhã quando volta da escola e a outra quando regressa da actividade de venda. Porém, um caso preocupante é o facto de alguns entrevistados (10%) afirmar não passar nenhuma refeição, ou seja, são inúmeras vezes em que lhes falta algo para comer, principalmente quando não atinge as metas diárias pré-colocadas pelo “patrão” ou dono dos produtos que vende. Este facto coloca em causa o desenvolvimento

da criança como também pode gerar problemas mais sérios ligados à saúde. Tal como referem Monteiro e Costa (2004), “somos o que comemos e como comemos”.

Para Cunha (2014), numa vida saudável e em plena harmonia é necessário ter uma dieta equilibrada e rica em alimentos nutritivos. É por isso que 5% das crianças inqueridas tem passado 3 refeições por dia (pequeno-almoço, almoço e jantar), como forma de equilibrar a sua dieta e a nutrição do organismo.

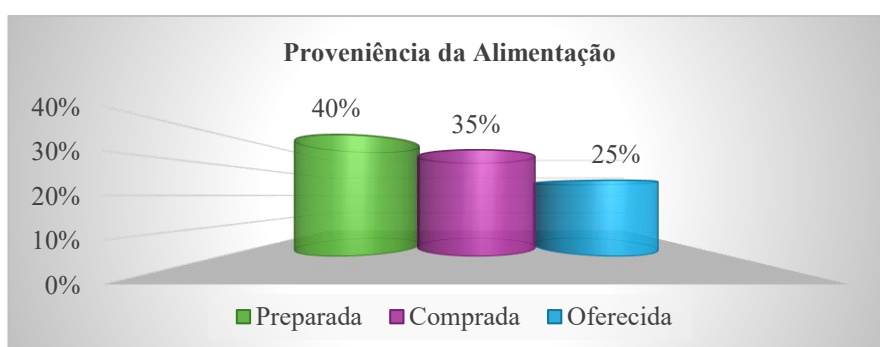
Fica patente que a alimentação adequada é a condição basilar para o alcance de um desenvolvimento físico, emocional e intelectual satisfatório, factor que por sua vez, é determinante para a qualidade de vida e o exercício da cidadania.

4.3.4. Proveniência da alimentação

O fundamento do dever de prover alimentos se encontra no princípio da solidariedade, ou seja, a fonte de obrigação alimentar são os laços de parentalidade que ligam as pessoas que constituem uma família.

O nº1 do artigo 32 da Lei nº7/2008, fundamenta igualmente que “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, o dever de orientar a sua educação e de promover o seu sadio e harmonioso desenvolvimento, e a obrigação de cumprir e fazer cumprir as decisões judiciais”.

Gráfico nº10: Proveniência da alimentação



Fonte: Autor (2024)

Nesta perspectiva, os dados aludem que 40% tem sua alimentação confeccionada em casa, enquanto 35% refere que é obrigada a compra a comida já preparada, isso para evitar ter de regressar à casa antes do término do dia laboral. Entretanto, 25% refere que se alimenta graças

a benfeitores (vizinhos e outros conhecidos) pois, pelo que auferem com a venda informal, procuram poupar ou juntar e a posterior enviar às suas famílias para sustento, ou seja, eles se sacrificam para um bem maior.

Este último facto nos remete a uma situação em que a obrigação ou dever de prestar alimentos não pode se limitar somente entre pais e filhos, podendo ocorrer também na situação inversa (prestação de alimentos é recíproco) entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes.

4.4. Trabalho Infantil

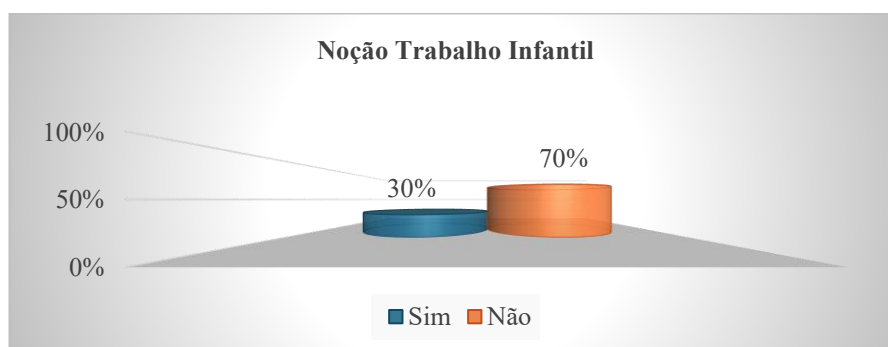
A busca por melhores condições de vida por parte de membros de famílias desfavorecidas ou desestruturadas, as falhas de mercado, a independência dos menores, os factores sociais e culturais, são vistos como impulsionadores para que as crianças integrem o sector informal ou trabalho infantil, tal como foi abordado nos pontos anteriores.

4.4.1. Noção do trabalho infantil

Socialmente, o trabalho infantil é uma violação dos direitos humanos que impede o desenvolvimento saudável e integral das crianças e adolescentes, sendo combatido por leis nacionais e convenções internacionais locais.

Portanto, segundo a UNICEF (2009), as crianças podem desempenhar algumas tarefas, como as que não afectam a sua saúde e seu desenvolvimento pessoal ou ainda, que não interfiram com a escolaridade desta. Ao contrário disto, são práticas nocivas e podem até ser classificadas como Piores Formas de Trabalho Infantil.

Gráfico nº11: Noção do trabalho infantil



Fonte: Autor (2024)

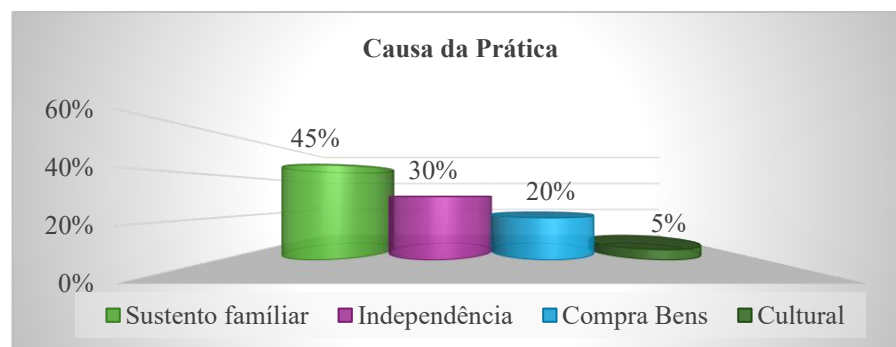
Dados colhidos indicam que maior (70%) parte das crianças não tem noção do que é efectivamente um trabalho infantil. Se calhar isso prende-se pelo facto existirem muitas formas de exploração do trabalho infantil, que as mesmas não chegam a entender e muito mesmo distinguir de uma prática anormal. Por outro lado, 30% dos inqueridos afirma ter noção e estar ciente dos riscos e desafios desta prática para com menores, só que esta tem sido uma alternativa para suprir o que a escola e o governo não conseguem prover.

4.4.2. Causas do trabalho infantil

De acordo com a OIT (2009), no mundo existem mais de 152 milhões de crianças e adolescentes, com idades compreendidas entre 5 e 17 anos, submetidas ao trabalho infantil até o ano de 2016. Desta estatística, refere a mesma organização que o trabalho infantil possui causas variadas, no entanto destaca para as questões socioeconómicas e culturais, como impulsionadores deste fenómeno.

Para ser mais explícito, a pobreza, o baixo rendimento salarial dos pais e familiares, o abandono e evasão das instituições escolares, o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), o aumento da informalidade no mercado de trabalho, busca de empresários por mão-de-obra mais barata, como também o baixo nível de escolaridade e instrução dos pais e familiares, se destacam para as principais causas do trabalho infantil.

Gráfico nº12: Causas do trabalho infantil



Fonte: Autor (2024)

Sem querer contrariar o ponto de vista da OIT (2009), a pesquisa também traz seu contributo, afirmando que grande parte das crianças entrevistadas (45%) apontado como principal causa do seu ingresso na informalidade, a questão de querer ajudar a familiar no sustento ou solvência das necessidades básicas. Não obstante, 30% alega que o sonho que se tornar independente é o

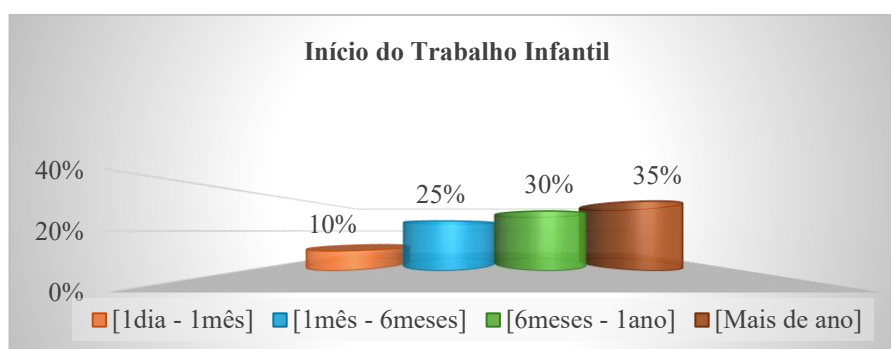
que lhes guia para engrenar neste mercado, seguido de 20% que afirma que a necessidade de comprar diversos bens como é o caso dos materiais escolares, produtos alimentares, vestuários e calçados, causou esta visão. 5% Considera que estar no trabalho infantil por conta dos factores culturais, onde esta foi incutida que a criança que trabalha é vista como um bom exemplo, enquanto a criança desocupada era reconhecida como um problema.

4.4.3. Início do trabalho infantil

Embora as estatísticas mostrem que o número de crianças trabalhando tenha diminuído em 47 milhões entre 2008 e 2012, o trabalho infantil permanece semelhante e tem-se desenvolvido no sector de serviços, com um crescimento considerável de 26% para 32% no período já referido.

Nesta pesquisa, algumas crianças referem ter iniciado o exercício das actividades no sector informal, por influência de vizinhos, amigos e sobretudo pais que também exerceram ou exercem a mesma actividade naquele local.

Gráfico nº13: Início de trabalho infantil



Fonte: Autor (2024)

De acordo com os dados ilustrados no gráfico anterior, refere-se que cerca de 35% está no exercício desta actividades, a mais de 1 ano, 30% com apenas no intervalo de 6 meses a 1 ano, 25% entre 1 mês a 6 meses e por fim, 10% com 1 dia a 1 mês.

Com esta informação é evidente que realmente a sua inserção precoce cria uma alta e apetecível demanda por mão-de-obra barata, e nesse sentido, as crianças são vistas como uma fonte de trabalho de baixo custo, o que incentiva no final, a sua contratação em massa. Só para secundar, no acto do inquérito, até chegou a referir que entrou na informalidade por que em

Moçambique existem muitas pessoas estudadas, porém muitos deles não trabalham. Portanto, de que adianta frequentar a escola se no final preciso de emprego ou dinheiro para sustento?

4.4.4. Produtos comercializados

É comum nas grandes cidades (metrópoles) ver inúmeras crianças vendendo diversos produtos, como forma de ganhar um trocado para o seu sustento e dos seus. Igualmente, diversas são as formas de actuar no comércio ambulante ou em um ponto fixo na via pública.

Visto que estas crianças não dispõem de condições básicas (espaço físico, equipamentos de conservação, entre outros) para prática desta actividade, elas são obrigadas a comercializar produtos não perecíveis, ou pelo menos que não se estragam de um dia para outro.

Gráfico nº13: **Produtos vendidos**



Fonte: Autor (2024)

Neste prisma, a pesquisa revela que os produtos vendidos pelas crianças são compostos por biscoitos (*tifosse*), ovo cozido, frutas diversas (banana, laranja, maçã, e algumas frutas de época), roupas usadas (vulgo calamidade), amendoim e sacos plásticos.

Destes produtos, os biscoitos tiveram mais destaque, com um peso de 25%, seguido de ovos cozidos (20%), amendoim (18%), frutas (15%), plásticos (13) e roupas em (10%). No entanto, importa realçar que mesmo os compradores saibam dos impactos que advém do trabalho infantil, continuam a adquirir como as mesmas, o que fomenta cada vez mais a prática e o seu crescimento.

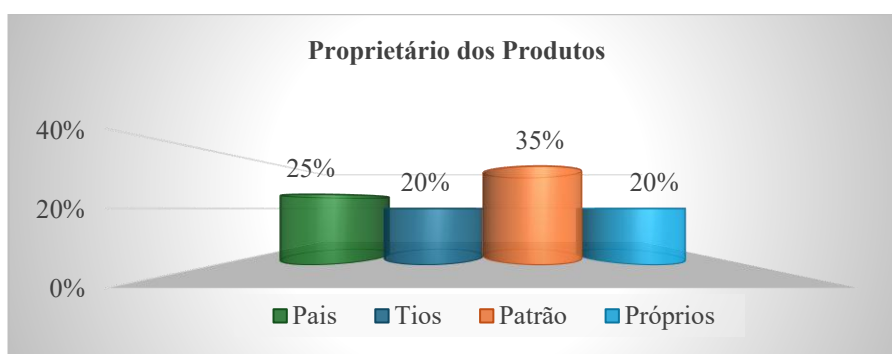
Portanto, o objectivo de não comprar produtos com menores, apesar de já se saber que elas fazem este negócio por uma necessidade justa/legítima, passa por conscientizar as pessoas sobre os riscos a que estão sujeitas as vítimas da exploração do trabalho infantil.

4.4.5. Proprietário dos produtos

Numa pesquisa levada a cabo pela VOA Português sob comando de Miguel (2023), indica que em Moçambique foram criadas e como também funcionam redes de recrutamento de crianças para o comércio informal, sobretudo ao nível dos principais centros urbanos do país.

Segundo o mesmo, declarações da Amélia Fernanda (Directora da Rede Executiva), por exemplo a nível da cidade de Maputo, “existem pessoas adultas que se organizaram em redes que albergam e exploram crianças para a prática de comércio informal”. Portanto, para além da violação dos direitos da criança, o comércio informal envolvendo menores, também eterniza o ciclo da pobreza dos menores e suas famílias.

Gráfico nº14: **Proprietário dos produtos vendidos**



Fonte: Autor (2024)

Entretanto, dados desta pesquisa avançam também que ao nível da Vila da Macia, possivelmente existam essas redes de recrutamento e exploração da mão-de-obra de menores, facto confirmado por 35% dos entrevistados alegando que comercializa produto de indivíduos que não são seus parentes, intitulado-os de patrões.

Foi ainda possível constatar que para além destas redes, também existem situações em os mandantes são os próprios pais (25%) e tios (20%), o que preocupa mais, por se entender que alguém próximo que deveria proteger os menores, é que propicia esta prática que não só viola os direitos da criança como também as torna vulnerável a vários factores/fenómeno no comércio informal. Por outro lado, percebeu-se que partes destes produtos comercializados são de propriedade das próprias crianças/iniciativas próprias (20%), alegando que é a única forma de sobreviver.

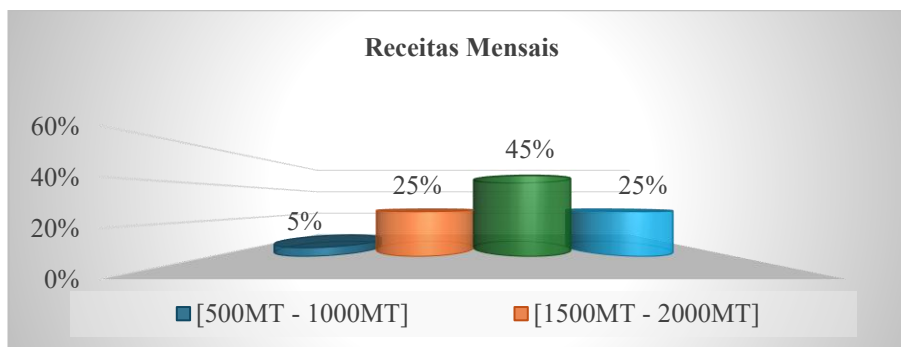
Fica claro que o envolvimento das crianças em trabalhos infantis (comércio informal) coloca em causa a continuidade da mesma frequentar a escola, impacto no seu desenvolvimento cognitivo, como também limitando o desenvolvimento profissional e sua qualidade de vida.

4.4.6. Receitas geradas no trabalho infantil

Todo e qualquer negócio é passível de gerar receitas, estas que geralmente representam a entrada de recursos financeiros resultante da venda de produtos, prestação de serviços ou outras actividades operacionais. Sendo esta mesma receita é um indicador crucial para avaliar o desempenho financeiro de uma empresa/negócio é também fundamental que a actividade informal praticada pelos menores crie esta estabilidade para quem investiu nas mercadorias.

Neste diapasão, os entrevistados referem que já existem metas predefinidas pelos seus patrões, e essas são geralmente com uma periodicidade diária, podendo variar entre 100MT a 700MT. Por outro lado, as crianças amando dos seus pais dão conta que não existe limites estabelecido, porém, de certa forma são também cobradas quando retornam com produtos de sobra, o que de certa forma cria uma pressão no menor.

Gráfico nº 15: **Receitas do trabalho infantil**



Fonte: Autor (2024)

Dados colhidos e apresentados no gráfico acima indicam que as receitas geradas pelo trabalho infantil na Macia, vão desde 500MT a mais de 3000MT. No entanto, 45% dos inqueridos aludem que tem conseguido encaixar valores que variam entre 2000MT a 3000MT, 25% cada para 1500MT a 2000MT e 2000MT a mais de 3000MT. Outrossim, são os 5% que disseram que suas receitas variam de 500MT a 1000MT mensais.

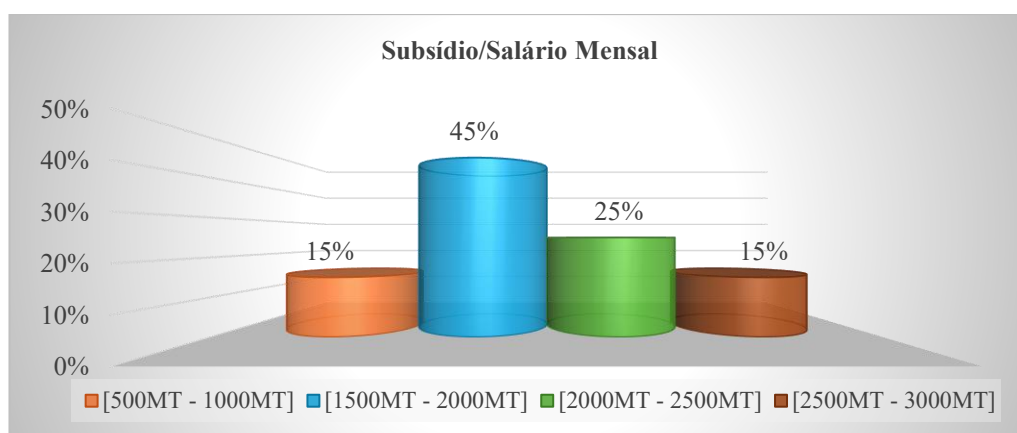
Fica claro que realmente, o trabalho infantil é uma actividade que proporciona rendimentos apetecíveis. Todavia, os argumentos contra o trabalho infantil, além de afirmarem que a redução do número de crianças desenvolvendo precocemente algum tipo de actividade tem impactos económicos benéficos para a sociedade, levam em consideração um outro aspecto, deixado de lado pelos argumentos.

4.4.7. Subsídio pelo trabalho infantil

Tal como se diz na gíria, “depois da tempestade vem a bonança”. Atendendo as receitas geradas pelas crianças, os proprietários das mercadorias vendidas igualmente definem valores como forma de subsidiar pela actividade.

Porém, o que se percebe é que mesmo com as condições de trabalho que as crianças estão expostas, a vulnerabilidade, arbitrariedade na fiscalização da polícia, as condições de vida precária, entre outros factores, os rendimentos ganhos não compensam o esforço destas, sendo que até alguns chegam a ser subsidiados em alimentação (prato de comida).

Gráfico nº16: Subsídio mensal



Fonte: Autor (2024)

No quesito subsídio mensal, a pesquisa constatou que maior parte das crianças (45%) que fizeram parte desta, auferem um rendimento que varia entre 1500MT a 2000MT, e 25% eram compensadas por valores no intervalo de 2000MT a 2500MT. Entretanto, a pesquisa confere também que 15% conseguia encaixar 2500MT a 3000MT e 15% (500MT a 1000MT). Estes últimos (15%) chegam a afirmar que em alguns meses não conseguem alcançar as metas das vendas colocadas pelos seus patrões, e consequentemente não lhes era canalizado o subsídio,

prevalecendo a compensação pelo trabalho prestado, em forma de alimento, vestuário, acomodação e propinas para a escola.

Estes subsídios são muitas das vezes encaminhados aos seus familiares, como forma de ajudar na provisão de bens ou produtos básicos que garantam a sua sobrevivência, os que lhe torna a assumir a posição de “chefes de famílias” ainda cedo.

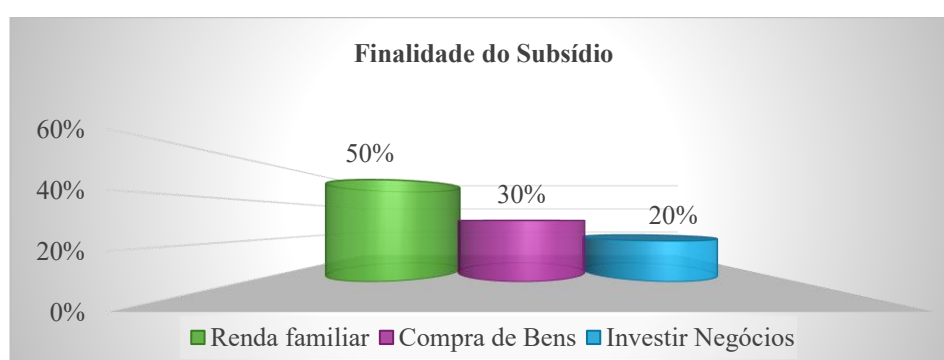
Nesta senda, Pederneiras (2004) considera esta compensação dada as crianças, como um factor impulsionador para inserção desta camada social, no trabalho infantil, consubstanciando-se no abandono precoce da escola por falta de tempo, condição mental e física para trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

4.4.8. Finalidade do subsídio pelo “TI”

O número de crianças envolvidas no trabalho infantil em Moçambique e de forma particular na Vila da Macia tende cada vez mais a crescer, fruto do aumento da taxa de mortalidade dos pais de menores, da falta de condições, o que lhe obriga a se socorrer do comércio informal para sobreviver ou ganhar a vida desde pequenos.

Dados dos resultados do primeiro Inquérito Nacional ao Sector Informal, realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2023), em todo o país existem, pelo menos, 504.3 mil crianças trabalhadoras dos 7 aos 14 anos de idade, o que corresponde a 6.6 por cento da população, que viram na actividade informal a maneira de sobreviver.

Gráfico nº17: **Finalidade do subsídio**



Fonte: Autor (2024)

Maior parte das comunidades rurais, é prática comum que a criança nasça já a trabalhar, o que implica incuti-la desde cedo, sobre os trabalhos para família (trabalhos para ajudar os pais) e os

desafios que poderá enfrentar na sua caminhada, mesmo que isso não signifique, necessariamente, contribuição para aumentar a renda familiar.

No entanto, é possível ver por meio dos dados acima que metade das crianças (50%) entrevistadas, está envolvida em trabalhos infantis como forma de buscar e aumentar a renda familiar, visto que foram educados e incutidos que eles são a principal fonte de sustento de toda família. Agora, não se pode dizer o mesmo dos cerca de 30% que alegam que a principal finalidade do dinheiro que ganha é para custear despesas pessoais, que vão desde a compra de vestuários e diversos materiais. Entretanto, 20% afirma que a compensação que obtêm é guardada para investir ou criar futuramente negócios próprios, o que por conseguinte, permitirá ajudar na provisão de bens e garantia de condições mínimas para a sobrevivência da sua família.

Este facto é sustentado por Di Giovanni (2002) em seu estudo sobre o comércio informal chegando a afirmar que a renda gerada pelo trabalho infantil tem importância fundamental para a sobrevivência familiar, e em contrapartida, a sua redução têm um impacto perverso de ampliar a pobreza de um país.

Desta maneira, Muniz e Sobel (2008) finalizam postulando que além de se combater o trabalho infantil, torna-se de fundamental conceber mecanismos em que a família possa substituir a renda que antes era gerada pela criança, criando empregos para a população adulta, ou ainda, criando meios para que a população adulta possa se instruir e se qualificar, incrementar seu capital humano e conseguir postos de trabalho com melhor remuneração.

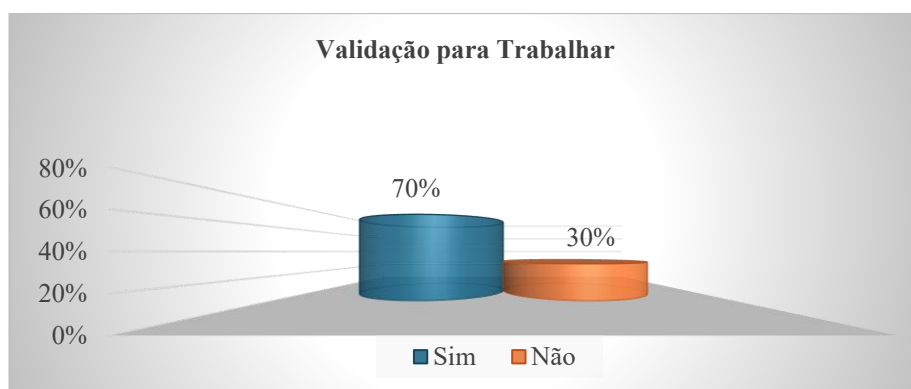
4.4.9. Validação para prática do “TI”

Em Moçambique como em qualquer país, o trabalho infantil é considerado como sendo um dos fenómenos que mais caracteriza de forma clara, a violação dos direitos da criança. Mesmo com legislação e convenções ratificadas pelas organizações do direito, dando assim passo importante na melhoria do quadro político-legal para o combate a esta prática, persistem individualidades que apoiam e sustentam este tipo de crime.

No entanto, este fenómeno é ainda visto como um dos maiores entraves ao desenvolvimento harmonioso da criança e da sociedade moçambicana, impedindo a criança e/ou colocando em risco a realização plena dos seus direitos.

Acentuando os posicionamentos acima, Rosc (2015) acrescenta referindo que, a participação de crianças ou adolescentes em trabalhos que não prejudicam a sua saúde, o seu desenvolvimento pessoal e nem comprometem a sua educação, é geralmente considerada uma experiência positiva.

Gráfico nº18: Aprovação para trabalhar



Fonte: Autor (2024)

Felizmente ou infelizmente, o estudo mostra-nos que os progenitores das crianças envolvidas consentem (70%) com o envolvimento destas em trabalhos infantis, afirmando que desde que as crianças estudem e saibam dividir o seu tempo para a escola e para fazer negócio. Porém, 30% não concordam, o que obrigou as crianças refugiar-se em outras famílias em busca da satisfação dos seus intentos.

Portanto, sumarizando, é perceptível que maior parte dos progenitores acreditam que colocar as crianças a trabalhar é útil para eles, sem se preocuparem com os potenciais perigos desse trabalho para os seus filhos. Por isso, o trabalho doméstico remunerado e não remunerado, está também, fortemente associado a esta visão frequente das comunidades rurais e não só.

Considerando a família como o primeiro grupo socializador onde a criança aprende a visão sobre os diferentes fenómenos da realidade social, pode-se constatar que de certa forma os pais exercem alguma influência na percepção e significação das crianças acerca do trabalho informal (Stadnick (2010) e Gomes e da Silva (2011).

4.5. Análise da Eficácia das Medidas de Combate ao “TI”

A inserção precoce das crianças no trabalho ganha forma mais concreta, principalmente, a partir do surgimento do sentimento moderno, onde a consolidação do modo de produção

capitalista molda e faz aparecer um novo conceito de ser humano, trabalhador incansável, sujeito competitivo e individualista.

No entanto, as consequências do trabalho infantil na vida de crianças e adolescentes são inúmeras. Além de muitas vezes reproduzir o ciclo de pobreza da família, o trabalho infantil prejudica a aprendizagem da criança, quando não a tira da escola e a torna vulnerável em diversos aspectos, incluindo a saúde, exposição à violência, assédio sexual, esforços físicos intensos, acidentes com máquinas e animais no meio rural, entre outros.

Conforme foi descrito nas fases anteriores, percebe-se que a efectivação e o alcance das metas constituídas no Plano de Acção Nacional para Combate às piores formas de trabalho infantil, ainda está longe de se materializar, isso dado a vários factores descritos pelo Governo Distrital do Bilene (GDB), na sequência da entrevista tida.

O GDB refere que a questão da pandemia da COVID-19, as acções dos terroristas em Cabo Delgado, as calamidades naturais (ciclones), impactaram directamente nos resultados que se preconizavam no PANCPFTI, visto que ao nível do Governo Central, houve necessidade de se ajustar os orçamentos com vista a responder aos factores já descritos.

A análise da efectividade na implantação do plano acção nacional para combate às piores formas de trabalho infantil ao nível da Vila da Macia, teve como fundamento os seguintes eixos estratégicos, como citado anteriormente por Massude (2023):

1. Acesso a educação e formação profissional
2. Fortalecimento da capacidade das famílias
3. Sensibilização e comunicação para mudança de comportamento
4. Capacitação institucional e revisão do quadro legal
5. Retirada, reabilitação e integração de crianças

Indo directo no primeiro eixo “**Acesso a educação e formação profissional**”, a nível da Vila da Macia tinha como objectivos:

- ✚ Matricular cerca de 180.000 crianças no ensino primário;
- ✚ Construir e reabilitar cerca de 120 salas de aulas até 2022;
- ✚ Criar acesso para cerca de 1000 jovens técnico e profissional;
- ✚ Formar professores em matéria de TI

- ✚ Sensibilizar pais e encarregados de educação sobre questões ligadas a protecção das crianças contra as piores formas de trabalho infantil.

Portanto, no que a matrícula diz respeito foram inscritas cerca de 110.541 crianças (do ensino primário e secundário), sendo 69.674 correspondiam apenas ao ensino primário. Uma das causas que motivou estes resultados é a COVID-19, fazendo com que algumas crianças desistissem da escola por falta de condições financeira que respondessem aos requisitos mínimos de protecção e também para se integrarem as novas modalidades de ensino (uso de internet e dispositivos digitais). A cobrança de valores para pagamento do subsídio aos guardas, das escolas, a construção de murro de vedação entre outras obrigações que entendemos serem da obrigação do Ministério da Educação em conjunto com os Serviços Distritais de Educação, também impactaram no recuo de algumas crianças vulneráveis.

Relativamente a construção de salas refere o GDB (2024) que foi possível construir cerca de 30 salas que já estão operacionais na Escola Secundária da Macia e no Bairro de Nwa Chihissa, como também assistiu à reabilitação de 8 salas nas escolas (EP1 do Bairro 2, EP1 do Bairro 5 e EP1 de 4 de Outubro). Um outro factor que reduziu a possibilidade de alcance destas metas são os eventos climáticos, causando destruição de algumas salas de aulas na EP1 do 4 Bairro, Escola Secundária da Macia, e Centro Regional de Educação Inclusiva Eduardo Mondlane (CREI).

Sobre o ensino técnico profissional, até 2022 existiam na Vila da Macia cerca de duas (2) escola que tinham como objectivo, munir os jovens de técnicas e ferramentas para empreendedorismo sustentável. Estas escolas ajudaram na formação de mais de 1000 jovens, superando até as expectativas do que se preconizava nesta meta, o que ajuda no combate a prática e/ou inserção de menores ao trabalho infantil.

No quesito formação de professores em matérias de TI, infelizmente não houve sucesso, isso por que não consta dos planos de ensino deste, o que deixa claro a falta de simetria ou coordenação entre vários sectores para combater este mal na sociedade.

No concernente ao eixo **“Fortalecimento da capacidade de geração de renda das famílias”**, este tinha como objectivos:

- ✚ Criar cerca de 500 oportunidade de empregos para melhorar a renda familiar;
- ✚ Assistência social básica para mais de 800 famílias vulneráveis até 2022;

Portanto, segundo as previsões do GDB (2024), a Vila da Macia registou um aumento considerável no que a geração de empregos diz respeito, isso com abertura de novas empresas como é o caso da Condor Anacardium Indústria de Caju, com cerca de 800 trabalhadores, Tintas NEUCE, entre outras empresas. Portanto, esta meta foi alcançada e tem ajudado significativamente muitas famílias que antes não tinham fonte de rendimento.

Sobre a assistência social básica, refere a nossa fonte do GDB (2024) que apesar de se registar um aumento na expansão da alocação dos subsídios á pessoas vulneráveis, este ainda está aquém de responder na íntegra as necessidades básicas destes. Portanto, o referido aumento na alocação verificou-se principalmente na época da pandemia, onde famílias beneficiaram-se deste fundo da COVID-19, o que ajudou na provisão de bens.

Embora tenha-se registado este aumento a nível de alocação, é preciso que o Governo melhore a sua acção fiscalizadora de modo a evitar possíveis desvios de aplicação ou mesmo alocação em famílias que não sejam carentes. Uma acção que se configura urgente é actualização do valor dos subsídios monetários distribuídos, atendendo o actual estágio de custo de vida em Moçambique.

O eixo **“Sensibilização e comunicação para mudança de comportamento”**, também por sua vez assentava-se nos seguintes objectivos:

- ✚ Realizadas campanhas e palestras de sensibilização sobre as piores formas do Trabalho Infantil até 2022;
- ✚ Formar líder comunitários em matéria de TI

Sobre campanhas de sensibilização e palestras, o GDB (2024) refere que tem trabalhado em colaboração com várias instituições e organizações não-governamentais, como é o caso da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família (AMODEFA), Associação Esperança, Rádio Municipal da Macia, com vista a propagação das mensagens à comunidade. Uma vez que AMODEFA trabalha directamente com as famílias, viu-se como melhor estratégia e que esta instituição ajudou a alcançar significativamente as metas predefinidas. Até 2022 conseguiu-se realizar mais de 65 palestras e campanhas de sensibilização, através da rádio e abordagens domiciliárias e nas escolas.

No quesito formação de líderes comunitários, não houve muito sucesso, dado a limitação de fundos para custear as despesas de deslocação, permitindo apenas 3 líderes comunitário.

Segundo referiu o GDB (2024), igualmente não se teve sucesso quanto ao eixo sobre **“Capacitação institucional e revisão do quadro legal”**, isso porque a instituição não dispunha de capacidade financeiras e recursos humanos para enquadrar na componente de adequação das leis sobre trabalho infantil em Moçambique.

Olhando para o quinto e último eixo **“Retirada, reabilitação e integração de crianças”**, o GDB informou que tinha como objectivo fazer levantamento de dados sobre as crianças vulneráveis ao nível do Distrito de Bilene e Vila da Macia em particular até 2022, como também integrar várias crianças que vivem nas ruas e/ou desamparadas até 2022.

Portanto, com o trabalho coordenado junto da AMODEFA, Associação Esperança, OCSIDA, CREI, Conselho Municipal da Vila da Macia, foi possível retirar cerca de 40 crianças das ruas e que também estavam na situação de trabalho infantil. Dado a falta ou inexistência de instituições ou lares que acolhem crianças vulneráveis, viu-se reduzido o esforço, pois algumas famílias continuaram a rejeitar os filhos e outras por não dispor de condições obrigaram com que as crianças retomassem a vendas informais, como forma de ajudar na provisão de bens e subsistência da família.

Fazendo uma súmula dos contextos retratados anteriormente, pode-se dizer que a implementação das medidas para o combate às formas do trabalho infantil na Vila da Macia, teve resultados satisfatórios, pez embora não na totalidade devido aos factores e fenómenos descritos anteriormente. Por isso, há necessidade de o Governo local trabalhar em conjunto com o Governo Central, com vista a materialização dos objectivos que são propostos pelo PANCPFTI, visto que maior parte deles tiveram insucessos por causa da exiguidade de fundos. É pertinente também a conjugação de esforços cada vez mais com as organizações da sociedade civil, com os privados e vários agentes comunitários para disseminação de mensagens de sensibilização, objectivando o combate acirrado desta prática ao nível da Vila da Macia em particular e no Distrito de Bilene de forma geral.

Portanto, fica aqui patente que uma das formas de suprimir ou travar esta prática passa pela eliminação da pobreza no seio das famílias, criando alternativas de sobrevivência e que, por conseguinte, irão garantir o aumento dos rendimentos.

4.6. Análise e Discussão dos Resultados

A presente secção tem como objectivo apresentar e discutir os resultados obtidos durante a pesquisa, analisando-os à luz dos objectivos propostos. Serão examinados os dados colectados sobre o envolvimento das crianças em actividades laborais informais, a supervisão das famílias e a eficácia das políticas públicas. A discussão buscará interpretar os achados e compará-los com a literatura existente, destacando as principais implicações.

4.6.1. Factores e Nível de Envolvimento das Crianças em Actividades Laborais Informais na Vila Municipal da Macia

A análise dos factores que influenciam o envolvimento das crianças em actividades laborais informais na Vila Municipal da Macia revela a complexidade e a interdependência de variáveis socioeconómicas, culturais e institucionais. Esses factores são fundamentais para compreender por que o trabalho infantil persiste, mesmo em face de políticas públicas destinadas à sua erradicação. Com base nos dados colectados no estudo e em referenciais teóricos pertinentes, torna-se possível uma análise aprofundada que articula os diversos aspectos que sustentam essa prática, com foco especial na pobreza, no papel da família e nas limitações do acesso à educação.

O primeiro factor que merece destaque é a pobreza, que, como revelado pelos dados da pesquisa, está directamente relacionada ao envolvimento das crianças no comércio informal. A pobreza na Vila da Macia obriga muitas famílias a encontrar fontes alternativas de renda, e o trabalho infantil surge como uma solução económica viável. Aproximadamente 45% das crianças entrevistadas indicaram que trabalham para ajudar a complementar a renda familiar, ressaltando o papel da carência económica como motor para o envolvimento infantil no trabalho (dados do estudo). Essa observação é consistente com a literatura, que identifica a pobreza como uma das causas mais persistentes do trabalho infantil, não apenas em Moçambique, mas em várias partes do mundo (Oliveira & Robazzi, 2001). O contexto da Macia reflecte essa realidade global, onde as limitações financeiras das famílias sobrepõem-se à protecção dos direitos das crianças.

A análise desses dados nos permite perceber que, em um contexto de pobreza, as famílias vêem o trabalho infantil como um recurso necessário para garantir a sobrevivência. O comércio informal, sendo uma das poucas oportunidades acessíveis, torna-se o destino natural para muitas dessas crianças. Os dados também indicam que 25% das crianças que trabalham no

comércio informal vêm de áreas rurais vizinhas, como Dzimbene e Incaia, revelando que a migração rural-urbana exacerba o fenómeno (dados do estudo). Essa migração é caracterizada pela busca de melhores condições de vida, porém, na ausência de suporte económico adequado e de redes de apoio social, as crianças migrantes acabam sendo absorvidas pelo comércio informal, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade. O estudo de Fijamo (2017) reforça essa perspectiva ao argumentar que a migração é um dos principais factores que agravam a exploração infantil nas cidades, especialmente em regiões com desenvolvimento económico limitado, como é o caso da Vila da Macia.

Outro factor relevante é o papel da família, que, em muitos casos, acaba por incentivar o envolvimento das crianças no trabalho informal. A pesquisa mostra que cerca de 25% dos pais ou responsáveis incentivam activamente suas crianças a trabalhar, justificando essa prática com base na necessidade de apoiar a renda familiar (dados do estudo). Esse comportamento reflecte uma visão cultural comum em muitas comunidades rurais e periurbanas de Moçambique, onde o trabalho infantil é visto como parte do processo de socialização e preparação para a vida adulta. Para muitas dessas famílias, o trabalho é considerado um meio de ensinar responsabilidade e independência às crianças, como destaca Oliveira e Robazzi (2001), em estudos que exploram como as normas culturais sustentam o trabalho infantil em contextos de pobreza. No entanto, essa visão cultural mascara os impactos negativos que o trabalho precoce pode ter no desenvolvimento das crianças.

Além disso, os impactos físicos e psicológicos do trabalho infantil não podem ser negligenciados. As crianças envolvidas no comércio informal na Vila da Macia enfrentam longas jornadas de trabalho, exposição a condições climáticas adversas e, em muitos casos, riscos à sua integridade física, como acidentes de trânsito e abuso por parte de adultos. A pesquisa revela que 35% das crianças entrevistadas trabalham para indivíduos que não são membros da família, o que agrava a sua situação de vulnerabilidade e exploração (dados do estudo).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) destaca que o trabalho perigoso tem consequências graves para a saúde física e psicológica das crianças, comprometendo seu desenvolvimento integral. Na Macia, muitas crianças relatam níveis elevados de stresse e insegurança, especialmente aquelas que são pressionadas a alcançar metas financeiras impostas por "patrões" ou pelos próprios familiares (dados do estudo). Essas condições são, sem dúvida,

prejudiciais para o bem-estar infantil e reforçam a necessidade de uma intervenção mais eficaz por parte das autoridades locais.

Os efeitos do trabalho infantil sobre a educação das crianças também são preocupantes. A pesquisa indica que, embora 70% das crianças entrevistadas frequentem a escola, muitas têm dificuldade em equilibrar os estudos com suas responsabilidades laborais, o que frequentemente resulta em abandono escolar ou em baixo desempenho académico (dados do estudo). Essa relação entre trabalho infantil e evasão escolar é amplamente documentada na literatura, com autores como Massunde (2023) destacando que a privação da educação compromete não apenas o futuro das crianças envolvidas, mas também perpetua o ciclo de pobreza em suas famílias. Em áreas como a Vila da Macia, onde a infra-estrutura educacional é limitada, o desafio é ainda maior. A falta de escolas adequadas, de materiais e de professores qualificados impede que muitas crianças concluam sua educação básica, levando-as a depender cada vez mais do trabalho informal.

A análise desses dados à luz da Teoria da Exclusão Social revela que as crianças envolvidas no comércio informal na Vila da Macia são sistematicamente excluídas de oportunidades de desenvolvimento económico e social. A Teoria da Exclusão Social, proposta por Castel (1995), sugere que a pobreza, a desigualdade e a falta de acesso a serviços essenciais, como a educação, levam à marginalização de indivíduos e grupos, empurrando-os para actividades precárias e perigosas. No contexto da Vila da Macia, as crianças que trabalham no comércio informal estão, de fato, excluídas de muitas das oportunidades que poderiam ajudá-las a romper com o ciclo de pobreza em que se encontram. Essa exclusão reflecte não apenas a falência das políticas económicas em promover um desenvolvimento equitativo, mas também a incapacidade do sistema educacional de oferecer uma alternativa viável para essas crianças.

A persistência do trabalho infantil na Vila da Macia, mesmo com a implementação de políticas públicas como o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil, evidencia a necessidade de repensar as estratégias adoptadas. Embora o plano tenha alcançado alguns sucessos, como a retirada de 40 crianças das ruas (dados do estudo), ainda há desafios significativos, especialmente em termos de financiamento e coordenação entre as diferentes entidades responsáveis pela implementação das políticas (dados do estudo). A falta de recursos financeiros e humanos limita a capacidade de fiscalização das autoridades locais, o que permite que o trabalho infantil continue sem a devida intervenção. Além disso, a falta de articulação entre o governo e as organizações da sociedade civil compromete a eficácia das

políticas públicas, que muitas vezes não alcançam as áreas mais vulneráveis e carentes de apoio.

Nesse sentido, a Teoria da Exclusão Social oferece uma base teórica robusta para entender as limitações das políticas públicas em contextos como o da Vila da Macia. Essa teoria destaca que, para que as políticas sejam eficazes, é necessário um enfoque mais abrangente, que não se limite à erradicação do trabalho infantil, mas que também aborde as causas estruturais que perpetuam a exclusão e a vulnerabilidade dessas crianças. Isso inclui não apenas a melhoria do acesso à educação, mas também o desenvolvimento de programas sociais que ofereçam suporte económico às famílias, reduzindo a necessidade de envolver as crianças no trabalho informal.

A análise também sugere que, para enfrentar o trabalho infantil de forma mais eficaz, é necessário envolver as comunidades locais no processo de formulação e implementação de políticas. A pesquisa mostra que a aceitação cultural do trabalho infantil é um dos maiores obstáculos para a erradicação dessa prática. Portanto, campanhas de conscientização que envolvam líderes comunitários, pais e crianças podem ser fundamentais para mudar as percepções sobre o trabalho infantil e promover uma maior valorização da educação como alternativa. Em Gana, por exemplo, iniciativas de conscientização comunitária mostraram-se eficazes em reduzir a prevalência do trabalho infantil, demonstrando que a mudança cultural é um componente crucial para o sucesso de políticas públicas (UNICEF, 2019).

Em suma, os resultados deste estudo indicam que o envolvimento das crianças em actividades laborais informais na Vila da Macia é impulsionado por uma combinação de factores socioeconómicos e culturais. A pobreza, o papel da família e a falta de acesso a uma educação de qualidade são os principais determinantes do trabalho infantil, enquanto as limitações das políticas públicas e a falta de conscientização sobre os direitos das crianças perpetuam essa prática. A Teoria da Exclusão Social oferece uma estrutura útil para compreender essas dinâmicas e destaca a importância de políticas mais integradas e abrangentes para abordar as causas subjacentes do trabalho infantil. Além disso, os resultados sublinham a necessidade de uma maior coordenação entre governo, sociedade civil e comunidades locais para garantir que as crianças sejam protegidas de práticas laborais que comprometem seu desenvolvimento e bem-estar.

4.6.2. Supervisão e Apoio das Famílias e do Governo para Prevenir o Envolvimento de Crianças em Actividades Informais

A análise da supervisão e do apoio oferecido pelas famílias e pelo governo para prevenir o envolvimento de crianças em actividades laborais informais, particularmente no comércio informal na Vila Municipal da Macia, revela uma série de desafios e lacunas que dificultam a implementação eficaz de políticas de protecção infantil. O estudo destaca que, enquanto as famílias desempenham um papel crucial na protecção e desenvolvimento das crianças, o apoio e a supervisão oferecidos tanto pelos lares quanto pelo governo são insuficientes para evitar que as crianças sejam expostas ao trabalho informal. Este fenómeno reflecte a combinação de factores culturais, socioeconómicos e institucionais que contribuem para a perpetuação do trabalho infantil, mesmo diante de esforços governamentais para combatê-lo.

A supervisão das famílias em relação ao envolvimento das crianças no trabalho informal é um dos primeiros aspectos que merece ser discutido. Os dados revelam que muitas famílias na Vila da Macia carecem dos recursos necessários para garantir a segurança e o bem-estar de suas crianças, o que muitas vezes resulta em uma supervisão inadequada. Aproximadamente 25% dos pais entrevistados indicaram que incentivam ou, pelo menos, aceitam que suas crianças trabalhem no comércio informal, uma vez que isso representa uma ajuda importante para o sustento da família (dados do estudo). Esse comportamento é moldado pelas circunstâncias socioeconómicas que as famílias enfrentam, onde a pobreza e a falta de alternativas económicas tornam o trabalho infantil uma solução necessária para garantir a subsistência.

Além das dificuldades económicas, a falta de conscientização sobre os direitos das crianças e os riscos associados ao trabalho infantil também contribui para a atitude permissiva das famílias. Em muitos casos, os pais acreditam que permitir que seus filhos trabalhem é uma forma de prepará-los para enfrentar os desafios da vida adulta, sem perceber as consequências negativas para o desenvolvimento físico, emocional e educacional das crianças (Oliveira & Robazzi, 2001). Estudos anteriores demonstram que, em contextos de pobreza, o trabalho infantil é muitas vezes aceito como parte do processo de socialização das crianças, sendo visto como uma forma de ensinar responsabilidade e disciplina (Massunde, 2023). No entanto, essa visão cultural mascara os danos que o trabalho precoce pode causar, e o estudo na Macia confirma que muitas crianças acabam abandonando a escola ou apresentando dificuldades académicas devido à sobrecarga de responsabilidades laborais (dados do estudo).

Nesse sentido, a supervisão familiar é limitada não apenas por factores económicos, mas também pela falta de uma compreensão clara dos direitos da criança. Essa lacuna de conscientização não é exclusiva das famílias da Vila da Macia, mas é uma realidade em muitas regiões rurais e periurbanas de Moçambique, onde o acesso à informação e à educação é restrito. A falta de programas de conscientização que abordem especificamente os direitos da criança e as implicações do trabalho infantil para o seu desenvolvimento tem contribuído para perpetuar essa prática nas comunidades. Isso indica uma necessidade urgente de maior investimento em campanhas de conscientização que possam transformar as percepções culturais sobre o trabalho infantil e reforçar a importância da educação como um caminho para o desenvolvimento.

Além do papel das famílias, a supervisão e o apoio do governo são elementos centrais na prevenção do envolvimento das crianças em actividades laborais informais. No entanto, os dados do estudo indicam que o apoio governamental na Vila da Macia tem sido insuficiente para garantir a protecção adequada das crianças contra o trabalho infantil. Embora o governo moçambicano tenha implementado o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil, os resultados mostram que essa política enfrenta desafios significativos em termos de implementação e fiscalização (dados do estudo). A falta de recursos financeiros e humanos, especialmente em áreas rurais, limita a capacidade do governo de monitorar efectivamente a situação do trabalho infantil e de oferecer intervenções eficazes para proteger as crianças vulneráveis.

A falta de uma presença governamental robusta nas áreas mais afectadas pelo trabalho infantil é uma das principais barreiras para a implementação bem-sucedida das políticas de protecção infantil. Na Vila da Macia, a fiscalização é escassa, e os inspectores de trabalho raramente estão presentes para garantir que as leis que proíbem o trabalho infantil sejam respeitadas (dados do estudo). Isso cria um vácuo de supervisão formal que permite que o trabalho infantil continue sem a devida intervenção das autoridades. A literatura aponta que, em muitos países em desenvolvimento, a falta de fiscalização é um dos maiores obstáculos para a erradicação do trabalho infantil, especialmente em sectores informais, como o comércio nas ruas e a agricultura (OIT, 2020).

Portanto, é fundamental que o governo moçambicano fortaleça suas capacidades institucionais e amplie a fiscalização em áreas rurais e periurbanas para garantir que as leis de protecção infantil sejam devidamente aplicadas.

Outro aspecto crítico da supervisão e apoio governamental é a falta de programas sociais adequados para oferecer alternativas económicas às famílias que dependem do trabalho infantil. Os dados mostram que muitas famílias na Macia envolvem suas crianças no trabalho informal por falta de outras opções de renda, já que as oportunidades de emprego para adultos são limitadas (dados do estudo). Em situações como essa, as transferências condicionais de renda, como as adoptadas no Brasil com o Programa Bolsa Família, têm-se mostrado eficazes na redução do trabalho infantil ao oferecer apoio financeiro às famílias, desde que suas crianças permaneçam na escola (Silva & Oosterbeek, 2018). No entanto, em Moçambique, os programas de protecção social ainda são insuficientes para atender às necessidades das famílias mais vulneráveis, o que perpetua a prática do trabalho infantil.

A ausência de uma rede de protecção social robusta é outro factor que compromete o sucesso das políticas de erradicação do trabalho infantil. Na Vila da Macia, 45% das famílias entrevistadas indicaram que não recebem nenhum tipo de assistência social do governo, e aquelas que recebem afirmam que o valor do benefício é insuficiente para cobrir suas necessidades básicas (dados do estudo). Essa situação reflecte a realidade mais ampla de Moçambique, onde os programas de transferência de renda são limitados em escopo e abrangência, e muitas vezes não alcançam as famílias que mais precisam. Isso sugere que, além de aumentar o financiamento para esses programas, o governo precisa melhorar a identificação e o direccionamento das famílias vulneráveis, para garantir que os recursos sejam distribuídos de maneira mais eficaz e equitativa.

Outro desafio identificado na supervisão governamental é a falta de coordenação entre os diferentes sectores responsáveis pela implementação das políticas de protecção infantil. A pesquisa revelou que, na Vila da Macia, há uma desconexão entre o sector de educação, o sector de trabalho e os serviços sociais, o que resulta em uma fragmentação dos esforços para prevenir o trabalho infantil (dados do estudo). Essa falta de integração entre os sectores impede uma resposta coordenada ao problema, com as crianças muitas vezes caindo nas lacunas do sistema.

A literatura sugere que uma abordagem multisectorial é fundamental para o sucesso das políticas de erradicação do trabalho infantil, uma vez que o problema é multifacetado e envolve questões económicas, educacionais e sociais (Massunde, 2023). Portanto, é necessário que o governo moçambicano desenvolva mecanismos mais eficazes de coordenação entre os

ministérios e agências responsáveis pela protecção infantil, a fim de garantir que as políticas sejam implementadas de forma integrada e eficaz.

A supervisão governamental também se mostra ineficaz na área de educação, que é um dos principais meios de prevenir o envolvimento de crianças no trabalho informal. O estudo indica que, embora muitas crianças na Vila da Macia frequentem a escola, a qualidade da educação oferecida é baixa, com escolas mal equipadas e professores desmotivados (dados do estudo). Essa falta de qualidade no sistema educacional contribui para o desinteresse das crianças pela escola e aumenta a probabilidade de que elas abandonem os estudos para trabalhar.

Por sua vez, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) destaca que a educação é uma das ferramentas mais eficazes na prevenção do trabalho infantil, pois oferece às crianças as habilidades e o conhecimento necessários para romper o ciclo de pobreza. No entanto, para que isso seja uma realidade em Moçambique, é necessário um investimento significativo na melhoria da infra-estrutura escolar e na capacitação dos professores, além de um foco maior em programas de retenção escolar.

Em termos de apoio governamental, a implementação de programas de merenda escolar, como os adoptados na Índia, tem-se mostrado uma estratégia eficaz para aumentar a frequência escolar e reduzir o trabalho infantil (Kumar, 2016). Em Moçambique, embora existam programas de merenda escolar em algumas regiões, sua cobertura é limitada e, muitas vezes, irregular. O estudo na Vila da Macia revela que 30% das crianças entrevistadas relataram que não há merenda disponível em suas escolas, o que compromete seu desempenho académico e aumenta a tentação de abandonar os estudos para trabalhar (dados do estudo). Assim, ampliar e fortalecer esses programas poderia ter um impacto positivo na retenção escolar e, consequentemente, na prevenção do trabalho infantil.

A participação das comunidades locais na supervisão e prevenção do trabalho infantil também é um aspecto que merece atenção. O estudo sugere que, na Vila da Macia, as comunidades têm um papel limitado na prevenção do trabalho infantil, com muitas delas aceitando o trabalho infantil como parte da realidade local (dados do estudo). No entanto, experiências bem-sucedidas em outros países, como as campanhas de conscientização comunitária em Gana, mostram que o envolvimento activo das comunidades pode ser fundamental para mudar as atitudes culturais em relação ao trabalho infantil e promover uma maior valorização da educação (UNICEF, 2019). Portanto, é necessário que o governo moçambicano invista em

programas que capacitem as comunidades a desempenhar um papel mais activo na protecção das crianças, criando uma rede de apoio local que complemente os esforços governamentais.

Contudo, a análise da supervisão e do apoio oferecido pelas famílias e pelo governo para prevenir o envolvimento de crianças em actividades informais na Vila da Macia revela uma série de lacunas e desafios. As famílias, devido à pobreza e à falta de conscientização sobre os direitos das crianças, frequentemente incentivam ou aceitam o trabalho infantil. Por outro lado, o governo tem sido incapaz de fornecer a supervisão e o apoio necessários para erradicar essa prática, devido a limitações financeiras, falta de fiscalização e uma rede de protecção social inadequada. A coordenação ineficaz entre os sectores governamentais e a baixa qualidade do sistema educacional também contribuem para a perpetuação do trabalho infantil. Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço conjunto que envolva famílias, governo e comunidades, com foco em políticas integradas e no fortalecimento das capacidades institucionais de protecção infantil.

4.6.3. Eficácia das Políticas e Programas Governamentais na Promoção e Protecção dos Direitos da Criança

A eficácia das políticas e programas governamentais na promoção e protecção dos direitos da criança em Moçambique, particularmente na Vila Municipal da Macia, é um tema de grande relevância e preocupação social. Embora o governo tenha implementado várias iniciativas, como o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil (PANCPFTI), os dados colectados sugerem que há uma série de desafios que limitam a eficácia dessas políticas. Este estudo tem como foco analisar criticamente os factores que afectam a eficácia das políticas governamentais, levando em consideração os contextos sociais, económicos e culturais que influenciam a implementação dessas iniciativas. Além disso, a discussão busca explorar as lacunas institucionais e propor caminhos para melhorar o impacto das políticas públicas na protecção dos direitos das crianças.

Uma das principais políticas em vigor em Moçambique para combater o trabalho infantil e promover os direitos das crianças é o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil (PANCPFTI), que tem como objectivo erradicar as formas mais prejudiciais de trabalho infantil no país. Este plano, alinhado com as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelece directrizes para a protecção das crianças, prevendo a criação de mecanismos de fiscalização e programas de conscientização.

No entanto, os dados da pesquisa indicam que a implementação desse plano enfrenta vários desafios, especialmente em áreas rurais e periurbanas como a Vila da Macia. Apesar de a política estar formalmente em vigor, sua eficácia é limitada pela falta de recursos e infraestrutura adequados para garantir sua aplicação plena.

Uma das principais limitações identificadas na implementação das políticas de protecção infantil é a falta de fiscalização eficaz. Na Vila da Macia, a presença de inspectores de trabalho e outras autoridades responsáveis por monitorar o cumprimento das leis de protecção infantil é mínima. Os dados do estudo indicam que, na maioria das vezes, as crianças envolvidas no comércio informal operam sem qualquer tipo de supervisão oficial, o que permite que o trabalho infantil continue de maneira desenfreada. A escassez de inspectores de trabalho, especialmente em áreas rurais e periurbanas, é um problema recorrente em Moçambique, reflectindo a falta de capacidade do governo para monitorar efectivamente as condições de trabalho infantil e intervir de maneira oportuna (OIT, 2020). Essa falha na fiscalização contribui para a perpetuação do trabalho infantil e reduz significativamente o impacto das políticas governamentais.

Além da fiscalização insuficiente, a falta de recursos financeiros também é um factor limitante crucial para a eficácia das políticas de protecção infantil. O estudo revela que, na Vila da Macia, muitas das iniciativas previstas no PANCPFTI não foram plenamente implementadas devido à falta de financiamento. A falta de recursos afecta directamente a capacidade do governo de realizar campanhas de conscientização, fortalecer a fiscalização e implementar programas de apoio às famílias mais vulneráveis. Sem financiamento adequado, as políticas tornam-se ineficazes, e o governo é incapaz de fornecer os serviços de apoio necessários para garantir que as crianças permaneçam fora do mercado de trabalho informal. A literatura destaca que, em países em desenvolvimento, a limitação financeira é uma das principais barreiras para a implementação bem-sucedida de políticas de protecção social, especialmente em contextos onde a pobreza é generalizada e o governo enfrenta múltiplas prioridades concorrentes (Fijamo, 2017).

Outro aspecto importante a ser considerado é a baixa coordenação entre os diferentes sectores governamentais envolvidos na implementação das políticas de protecção infantil. O estudo na Vila da Macia revela que há uma desconexão significativa entre o sector de educação, o sector de trabalho e os serviços sociais, o que resulta em uma fragmentação dos esforços para erradicar o trabalho infantil. Essa falta de coordenação impede que as políticas sejam aplicadas

de maneira integrada e eficaz, com muitas crianças caindo nas lacunas do sistema. Por exemplo, o estudo mostra que, embora algumas crianças estejam matriculadas na escola, a falta de supervisão eficaz e de programas de apoio faz com que elas abandonem a escola para trabalhar, sem que as autoridades sejam alertadas ou intervenham de maneira adequada (dados do estudo). A ausência de uma abordagem multisectorial coordenada é uma barreira significativa para a eficácia das políticas públicas, uma vez que o problema do trabalho infantil é multifacetado e requer uma resposta abrangente que envolva diferentes áreas de actuação governamental (Massunde, 2023).

Além das falhas na coordenação institucional, há também um problema de falta de capacitação adequada dos profissionais envolvidos na implementação das políticas de protecção infantil. Na Vila da Macia, o estudo indica que muitos dos profissionais que atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social não possuem o treinamento necessário para lidar com casos de trabalho infantil de maneira eficaz (dados do estudo). Isso compromete a capacidade desses profissionais de identificar sinais de exploração infantil e de tomar as medidas adequadas para proteger as crianças. A falta de capacitação adequada não é um problema exclusivo da Vila da Macia, mas uma realidade em muitas regiões de Moçambique, onde os recursos para treinamento profissional são escassos e as condições de trabalho são frequentemente difíceis (OIT, 2020).

A análise dos programas governamentais também revela que há uma ausência de programas de apoio social robustos para as famílias que dependem do trabalho infantil para sobreviver. O estudo mostra que muitas famílias na Vila da Macia envolvem suas crianças no trabalho informal por falta de alternativas económicas viáveis. Em contextos de extrema pobreza, o trabalho infantil é visto como uma solução económica necessária para garantir a subsistência da família. No entanto, os programas sociais implementados pelo governo moçambicano são insuficientes para oferecer o apoio necessário a essas famílias. O estudo revela que 45% das famílias entrevistadas na Vila da Macia não recebem nenhum tipo de assistência social do governo, e aquelas que recebem afirmam que o valor do benefício é insuficiente para cobrir suas necessidades básicas (dados do estudo). Em países como o Brasil, o Programa Bolsa Família se tem mostrado eficaz na redução do trabalho infantil ao oferecer transferências condicionais de renda, desde que as crianças frequentem a escola e mantenham um acompanhamento de saúde regular (Silva e Oosterbeek, 2018). No entanto, em Moçambique, os programas de protecção social ainda são limitados em termos de abrangência e escopo, o que compromete sua eficácia na prevenção do trabalho infantil.

Outro aspecto importante a ser considerado na análise da eficácia das políticas de protecção infantil é a falta de campanhas de conscientização eficazes sobre os direitos das crianças e os perigos do trabalho infantil. O estudo revela que, na Vila da Macia, muitas famílias não têm conhecimento suficiente sobre os direitos das crianças e não entendem as consequências negativas do trabalho infantil para o desenvolvimento físico, emocional e educacional das crianças. Essa falta de conscientização contribui para a aceitação cultural do trabalho infantil, com muitas famílias acreditando que o trabalho é uma forma de preparar as crianças para a vida adulta. A literatura aponta que as campanhas de conscientização são uma ferramenta fundamental para mudar as percepções culturais sobre o trabalho infantil e promover uma maior valorização da educação como alternativa (Oliveira & Robazzi, 2001).

No entanto, os dados indicam que as campanhas de conscientização realizadas na Vila da Macia foram limitadas em escopo e impacto, com poucas famílias relatando ter participado ou ouvido falar dessas iniciativas (dados do estudo). Isso sugere a necessidade de um investimento maior em programas de conscientização comunitária, que possam envolver líderes locais e promover mudanças de atitude em relação ao trabalho infantil.

A análise dos dados também destaca a importância da educação como uma ferramenta de prevenção do trabalho infantil, e como a qualidade insuficiente do sistema educacional compromete a eficácia das políticas de protecção infantil. O estudo mostra que, embora muitas crianças na Vila da Macia estejam matriculadas na escola, a qualidade da educação oferecida é baixa, com escolas mal equipadas, professores desmotivados e altas taxas de evasão escolar (dados do estudo). A falta de qualidade no sistema educacional leva muitas crianças a abandonarem a escola para trabalhar, uma vez que elas não veem valor na educação que estão recebendo.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca que a educação é uma das ferramentas mais eficazes na prevenção do trabalho infantil, pois oferece às crianças as habilidades e o conhecimento necessários para romper o ciclo de pobreza (OIT, 2020). No entanto, para que a educação seja uma alternativa viável ao trabalho infantil, é necessário que o governo moçambicano invista de maneira significativa na melhoria da infra-estrutura escolar, na capacitação de professores e em programas de retenção escolar.

Finalmente, a eficácia das políticas de protecção infantil também é limitada pela falta de monitoramento e avaliação adequados dos programas implementados. O estudo revela que, na Vila da Macia, não há um sistema robusto de monitoramento para acompanhar o progresso das

políticas de protecção infantil e garantir que as metas estabelecidas pelo governo estejam sendo atingidas (dados do estudo). A falta de dados confiáveis e actualizados sobre a situação do trabalho infantil na região compromete a capacidade do governo de ajustar suas políticas de maneira eficaz e de intervir onde for necessário. A literatura destaca que o monitoramento contínuo e a avaliação regular são componentes cruciais para o sucesso de políticas públicas, uma vez que permitem a identificação de falhas e a adaptação de estratégias para melhorar os resultados (Resnik, 2015). Em Moçambique, é necessário que o governo desenvolva sistemas de monitoramento mais eficazes, que possam fornecer dados em tempo real sobre a situação do trabalho infantil e garantir que as políticas sejam ajustadas conforme necessário para maximizar sua eficácia.

Contudo, a análise da eficácia das políticas e programas governamentais na promoção e protecção dos direitos da criança na Vila da Macia revela uma série de desafios que comprometem o impacto dessas iniciativas. A falta de fiscalização eficaz, de recursos financeiros adequados, de coordenação entre os sectores governamentais e de capacitação profissional são algumas das principais barreiras para a implementação bem-sucedida das políticas de protecção infantil. Além disso, a ausência de programas sociais robustos, de campanhas de conscientização eficazes e de um sistema de monitoramento adequado compromete ainda mais a eficácia das políticas governamentais. Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço conjunto do governo moçambicano, das comunidades locais e das organizações internacionais, com foco em políticas integradas e no fortalecimento das capacidades institucionais de protecção infantil.

CAPÍTULO - V. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5.1. Conclusões

A presente pesquisa teve como principal objectivo analisar os mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em Moçambique, incidindo de forma particular na Vila da Macia, Província de Gaza, focalizando na eficácia das medidas em garantir a protecção dos direitos das crianças e reduzir a incidência do trabalho infantil, especialmente no comércio informal.

Atendendo aos objectivos pesquisa onde o primeiro preconizava a identificação dos factores e o nível de envolvimento das crianças em actividades laborais informais na Vila Municipal da Macia, pode se dizer primeiro que, realmente a inserção precoce das crianças em actividades informais na Macia, ainda é um desafio por se destronar, dado o aumento considerável nas ruas e pontos/terminais de circulação rodoviária, como também a falta de sensibilização da comunidade sobre os riscos desta prática e falta de recursos financeiros por parte das famílias das crianças e do Governo local, que garanta a provisão de bens essenciais para o sustento.

Dados concretos revelam que, embora o plano tenha sido implementado com a intenção de erradicar as formas mais graves de trabalho infantil, sua eficácia na Vila da Macia tem sido limitada por uma série de desafios económicos, sociais e institucionais. O envolvimento das crianças em actividades laborais informais é impulsionado por factores socioeconómicos, principalmente a pobreza e a falta de oportunidades para os adultos, forçando muitas famílias a recorrerem ao trabalho infantil como fonte de renda. A pesquisa constatou ainda que muitas crianças, especialmente aquelas provenientes de áreas rurais, estão engajadas no comércio informal como forma de ajudar suas famílias, o que compromete sua educação e desenvolvimento. Esses factores revelam que, embora o plano tenha como objectivo erradicar o trabalho infantil, ele não aborda adequadamente as causas subjacentes, como a falta de alternativas económicas para as famílias.

Quanto ao grau de supervisão e apoio oferecido pelas famílias e pelo governo, a pesquisa revelou que as famílias desempenham um papel ambivalente. Muitas vezes, elas incentivam o trabalho infantil devido às necessidades económicas, enquanto o governo, apesar dos esforços, enfrenta dificuldades em garantir uma supervisão eficaz. A falta de fiscalização nas áreas mais afectadas pelo trabalho infantil e a ausência de programas sociais robustos enfraquecem a capacidade de proteger adequadamente as crianças. O governo tem dificuldades em coordenar

suas acções e, frequentemente, a fiscalização e o apoio social são insuficientes para cobrir a demanda.

Por outro lado, foi também possível concluir no quesito eficácia das políticas e programas destinados a promoção e protecção dos direitos da criança, que apesar da existência de legislações e do Plano de Acção, a implementação prática dessas políticas encontra muitos obstáculos. A falta de recursos financeiros, a limitação de inspectores de trabalho e a fragmentação dos esforços entre os sectores comprometem o sucesso do plano. Além disso, a baixa qualidade do sistema educacional e a falta de incentivos para manter as crianças na escola agravam o problema. Esses desafios mostram que, embora o plano tenha tido alguns sucessos pontuais, como a retirada de algumas crianças do comércio informal, ele ainda não é suficientemente abrangente para erradicar o problema de forma efectiva.

Esta tese é no primeiro eixo estratégico onde se preconizava a inscrição de 18000 crianças no ensino primário gratuito, apenas 69.674 é que foi abrangido. Acredita-se que a principal causa para este resultado não satisfatório é a COVID-19 que assolou o mundo nos períodos de 2019 a 2022 (período de análise), fazendo com que algumas crianças desistissem da escola por falta de condições financeira que respondessem aos requisitos mínimos de protecção e de ensino a distância, que se assentava na modalidade virtual (uso de internet e dispositivos móveis). Ainda sobre este eixo, esperava-se que as crianças se beneficiassem de lanches nas escolas até 2022, como forma de motivá-las ou retê-las nas escolas, facto que não chegou a se concretizar, dados a falta de alocação de recursos para efeito.

Um outro factor que chama atenção é a questão do fortalecimento da capacidade das famílias, onde a meta definida no PANPFTI até 2022 era de assegurar assistência básica às famílias vulneráveis, no entanto, graças a COVID-19 esta meta só foi preconizada pez embora não na totalidade, abrangendo-se perto de 1.350 famílias. No entanto de lá para cá, a assistência às famílias na situação de vulnerabilidade é totalmente inexistente.

Destaca-se também o eixo sobre retirada, reabilitação e integração de criança, sendo que só foi possível validar que perto de 40 crianças foram retiradas das ruas ou de trabalhos infantis. No entanto, a falta do trabalho/actividades contínuas de reabilitação e inserção social, a falta de instituições de reintegração social e a falha no fortalecimento da capacidade das famílias, reduziu o esforço empreendido pelo Governo, parceiros, sociedade civil.

Para dizer que, mais do que obter os resultados preconizados em cada eixo estratégico do PANCPFTI, é preciso em primeira instância, observar o alcance de indicadores que permitem chegar aos almejados resultados, como é o caso da redução das desigualdades sociais e a equidade. Falha também na implementação eficiente das políticas de promoção e protecção dos direitos da criança, reside na falta da sensibilização e capacitação das comunidades, da sociedade ou mesmo das famílias em matérias sobre os perigos e riscos do trabalho infantil. Aliado a este factor está a falta de soluções técnicas ou formas alternadas de obtenção de rendimentos por parte das famílias, sem envolver as crianças.

Diante dos resultados, é possível concluir que a implementação das medidas de combate às formas de trabalho infantil ao nível da Vila da Macia tem sido limitada em sua eficácia. O PANCPFTI enfrenta desafios significativos em termos de recursos, fiscalização e coordenação interinstitucional, além de falhar em abordar de maneira eficiente as causas estruturais da pobreza e da exclusão social que levam ao trabalho infantil. Embora o plano seja uma ferramenta importante, é evidente que sua implementação necessita de melhorias significativas para atingir os objectivos propostos.

Portanto, mais do que desenhar políticas e estratégias para combater as piores formas de trabalho infantil, é preciso que haja uma simbiose entre os sectores, de forma a coordenar acções concretas para efeito, quer na socialização, mobilização, difusão, sensibilização, capacitação das comunidades em matéria das piores formas de trabalho infantil e na identificação de casos de violação dos direitos, visando promover e proteger os direitos das crianças.

5.2. Sugestões

Com base nas conclusões, são apresentadas sugestões para diferentes atores envolvidos na protecção dos direitos das crianças.

- Ao governo, recomenda-se o fortalecimento da fiscalização e o aumento dos recursos destinados à implementação do plano, bem como a melhoria da coordenação entre os sectores responsáveis, como educação, trabalho e protecção social.
- Também se sugere a ampliação dos programas sociais, com foco em transferências condicionais de renda que incentivem as famílias a manter as crianças na escola.
- Ao sistema educacional, recomenda-se um maior investimento em infra-estrutura e qualidade de ensino, além da implementação de programas que aumentem a retenção escolar.

- Às famílias e comunidades, sugere-se o fortalecimento das campanhas de conscientização sobre os direitos das crianças, com o objectivo de mudar percepções culturais sobre o trabalho infantil.
- Por fim, recomenda-se à sociedade civil e ONG's um papel mais activo na supervisão e apoio às famílias vulneráveis, ajudando a criar redes de protecção mais eficazes para as crianças envolvidas no trabalho informal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, C. (2000). Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República. Consultado a 10/03/2024, em <http://www.gddc.pt>;
- Andrade, D. (2016). Conheça o ciclo das políticas públicas. Disponível em: <http://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>. Acesso em: 02 de Julho de 2024;
- Andrade, M. M. de. (2011). Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação (10ª ed.). São Paulo: Atlas;
- Arruda, K. M., & Duailibe, M. D. (2023). Resgate das políticas públicas de combate ao trabalho infantil no Brasil. Revista de Informação Legislativa: RIL, 60(237), 35-58. Recuperado e visitado no 12 de Julho de 2024, em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/60/237/ril_v60_n237_p35;
- Barros, J. G. de, & Gulamo, T. (1999). Prostituição, abuso sexual e trabalho infantil em Moçambique: o caso específico da província de Maputo, Tete e Nampula. Trabalho de Licenciatura, Maputo: Terre dos Hommes;
- Campos, H. R., & Francischini, R. (2003). Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. Psicologia, 8 (1), 119-129;
- Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (2002). Metodologia científica (5ª ed.). São Paulo: Pearson Education do Brasil;
- Chelengo, M. C., Cardoso, J., & Mataba, G. (2021). Expanding social protection in Mozambique (in Portuguese). Visitado em <https://igmozambique.wider.unu.edu/policy-brief/expanding-social-protection-mozambique-portuguese-0>, no dia 25 de Agosto de 2024;
- Christle, C., Jolivet, K., & Michael, N. (2007). School characteristics related to high school dropout rates. Remedial and Special Education, 28(6). Disponível em https://www.researchgate.net/publication/249835363_school_characteristics_related_to_high_school_dropout_rates. Acesso em: 18 de Julho de 2024;
- Cruz, R. S. de D., & Soares, M. Z. S. (2011). Trabalho infantil e suas representações sociais: um estudo elaborado com crianças e adolescentes na cidade de Teresina. Revista FSA, Teresina;

- Custódio, A. V., & Veronese, J. R. P. (2009). Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil. Curitiba: Multidéia;
- Da Silva, C. C. (2010). A exploração de mão-de-obra infantil e do menor de 16 anos e a legislação do Brasil. Paraíba: Brasil;
- Fijamo, C. (2017, Junho 13). Milhares de crianças e adolescentes envolvidos em jornadas de adultos. O País, edição electrónica, Maputo;
- Gil, A. C. (2007). Métodos e técnicas de pesquisa social (6ª ed.). São Paulo: Atlas;
- Gil, A. C. (2009). Como elaborar projectos de pesquisa (3ª ed.). São Paulo: Atlas;
- Gomes, A. C., & Da Silva, S. B. (2011). Infância subtraída: uma reflexão sobre o trabalho infantil na cidade de Manaus. UNINORTE, Manaus-Itália;
- Gonzáles, de la R. M. (2012). Pobreza, dinâmica familiar e oportunidades: uma perspectiva evolutiva. Ciesas, México.
- Laginski, V. (2001). Exploração de mão-de-obra infantil no Brasil. São Paulo;
- Lei nº 7/2008 de 9 de Julho. (2008). Lei sobre a promoção e protecção dos direitos da criança;
- Leme, L. R. (2012). Políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil no campo (Dissertação de Mestrado). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul;
- Macedo, J. de N. A. (2012). Trabalho infantil: representações sociais nos medias. Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho Nº 09. Lisboa: MEE/DGERT;
- Marchi, R. de C. (2013). O trabalho infantil na visão das crianças trabalhadoras: representações sociais da sua instituição em Blumenau S/C. Curitiba: Editora UFPR;
- Marcondes, E., & Setian, N., & Carraza, F. R. (2002). Desenvolvimento físico (crescimento) e funcional da criança. In: Marcondes, E., Vaz, F. A. C., Ramos, J. L. A., & Okay, Y. (Eds.), *Pediatria básica* (9ª ed., pp. 23-35). São Paulo: Sarvier;
- Marcondes, J. S. (2016, 1 de Outubro). Planeamento, plano e projecto: principais diferenças e relação. Disponível em <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/planejamento-plano-e-projeto-conceitos/>. Acesso em 10 de Agosto de 2024;

- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de metodologia científica (3ª ed.). São Paulo: Atlas;
- Marques, M. I. M. (2015). O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, 2 (19), 95-112. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/MARTA.pdf>., Acesso em 13 de Julho de 2024;
- Marx, K. (1867). O capital (Vol. III, Capítulo XV). Editora Nova Cultural;
- Massude, I. L. (2023). Trabalho infantil: análise de implementação do Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil em Moçambique (2017-2022). Monografia para Licenciatura em Serviço Social, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo;
- Matias-Pereira, J. (2010). Governança no sector público. São Paulo: Atlas;
- Menicucci, T. M. G. (2006). Gestão de políticas públicas: estratégias para construção de uma agenda. Disponível em <http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html>. Acesso em 03 de Junho de 2024;
- Minayo-Gomez, C., & Meirelles, Z. V. (1997). Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde colectiva. Caderno de Saúde Pública, 13 (Supl. 2), 135-140;
- Muniz, A. L. P., & Sobel, T. F. (2008). A importância da renda do trabalho infantil para a sobrevivência familiar. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú, Brasil;
- Oliveira, I. (2022). Trabalho infantil é realidade de 1,3 milhão de adolescentes no Brasil. Notícia CNN. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/trabalho-infantil-e-realidade-de-13-milhao-de-adolescentes-no-brasil-diz-abring/>. Acesso em 12 de Julho de 2024;
- Organização Internacional do Trabalho. (2012). Estudos sobre a aplicação das convenções n.º 138 e 182 da OIT, suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), Moçambique;
- Organização Internacional do Trabalho. Convenção n.º 182. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.htm. Acesso em 18 de Julho de 2024;

Patino, C. M., & Ferreira, J. C. (2018). Critérios de inclusão e exclusão em estudos de pesquisa: definições e por que eles importam. Educação continuada, São Paulo: JBP. Acesso em <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-37562018000000088>, aos 29 de Julho de 2024;

Pereira, M. de F. (2010). As vivências e representações sobre o trabalho infantil. Caderno de Psicologia Social, UFP/UFB, São Paulo;

Rezende, F. (2004). A repartição de encargos públicos entre níveis de governo. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro;

Saraiva, E. (2006). Introdução à teoria da política pública. In: Saraiva, E., & Ferrarezi, E. (Eds.), Políticas públicas: colectânea (Vol. 1, pp. 21-42). Brasília: ENAP;

Schneider, S. (2005). Agricultura e trabalho infantil: uma apreciação crítica do estudo da OIT. Porto Alegre: FETAG/RS;

Silva, W. C. (2014). O trabalho infantil e o dano à saúde mental: uma realidade além da existência digna. Disponível em https://www.derechoycambiosocial.com/revista038/O_TRABALHO_INFANTIL_E_O_DANO_A_SAUDE_MENTAL.pdf. Acesso em 11 de Dezembro de 2023;

UNICEF. (2014). Análise da situação das crianças em Moçambique. Maputo;

Xavier, K. G. (2010). Impactos socioeconómicos do trabalho infantil e da educação na primeira infância no Brasil. FAAP, São Paulo;

APÊNDICE



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

Extensão de Xai-Xai

Curso de Mestrado em Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais

APÊNDICE 01 – QUESTIONÁRIO (CRIANÇAS)

Saudações!

O presente questionário visa buscar dados relacionados com os mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em moçambique, na Vila da Macia, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais, pela Universidade Católica de Moçambique, para efectivação do trabalho de fim do curso. Desta feita, importa realçar que os dados pessoais são de carácter confidencial e meramente para uso académico, razão pela qual, garante-se o sigilo dos seus resultados.

Sendo assim, pede-se a sua colaboração em responder as questões abaixo descritas. Desde já, agradece-se que responda com sinceridade de forma a obter a veracidade dos factos. Muito obrigado!

Parte I – Dados Pessoais

1. Sexo/Género _____

2. Proveniência/Residência _____

3. Idade:	7 - 9 anos ()	10 - 12 anos ()	13 - 15 anos ()	Outro _____	
4. Escolaridade	1 a 3 classe ()	4 a 7 classe ()	8 a 10 classe ()	Analfabeto ()	
5. Com quem vive?	Pais ()	Irmãos ()	Tios ()	Avós ()	Outros _____

Parte II – Factores sociodemográficos

1. Ainda frequenta uma escola? _____ Se, Não;

2. O que te fez deixar de frequentar (ir) a escola? _____

3. Costuma ter quantas refeições por dia? _____

4. De onde é que vem essa refeição? _____

Parte III – Percepção sobre Trabalho Infantil

1. Já ouviu falar de comércio ou venda informal? _____
2. O que te faz estar a vender na rua? _____
3. Quando é que começou a vender na rua? _____
4. Que tipo de produtos vende/comercializa? _____
5. Estes produtos são seus ou trabalhas para alguém? _____
6. Quanto é que consegue vender por mês? _____
7. Quanto ganha ou qual é a tua comissão mensal, pela venda destes produtos? _____
8. O que faz com o dinheiro que ganha com esta venda? _____
9. A pessoa com quem vive concorda com o seu envolvimento nesta actividade? _____

Parte IV – Protecção e Combate ao Trabalho Infantil

1. Já ouviu falar sobre os direitos criança? _____
2. Ao fazer este tipo de actividade, não acha que está sendo violado um dos seus direitos? _____
3. Alguém já se aproximou para lhe prestar ajuda na preservação dos seus direitos? _____
4. O que acha que devia ser feito para proteger os direitos e combater o TI? _____
5. Qual é o teu maior sonho? _____
6. Entre voltar a escola e continuar a vender, o que prefere? _____
7. Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado nesta conversa?

Muito obrigado pela colaboração!

Juntos Vamos Lutar pelos Direitos da Criança....



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

Extensão de Xai-Xai

Curso de Mestrado em Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais

APÊNDICE 02 – GUIA DE ENTREVISTA

Saudações, Excelência!

A presente guia de entrevista visa buscar dados relacionados com os mecanismos de combate às formas do trabalho infantil em moçambique, na Vila da Macia, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais, pela Universidade Católica de Moçambique, para efectivação do trabalho de fim do curso. Desta feita, importa realçar que os dados a colher são meramente para uso académico, razão pela qual, garante-se o uso ou aplicação dos seus resultados para os devidos fins.

Sendo assim, pede-se a sua colaboração em responder as questões abaixo descritas. Desde já, agradece-se que responda com sinceridade de forma a obter a veracidade dos factos. Muito obrigado!

Questões

1. Já alguma vez ouviu falar do Trabalho Infantil? Descreve.
2. Qual tem sido a motivação desta prática na Vila da Macia?
3. Como é que olha para a situação actual desta problemática ao nível da sua jurisdição?
4. Qual foi a situação de violação dos direitos dos menores por vós registado/presenciado?
Existe uma base de dados dessas situações?
5. Quais é que foram ou tem sido as medidas preventivas para travar o crescimento do trabalho infantil?
6. Existe algum sector ou unidade para intervenção, em situações de participação de casos de violação dos direitos dos menores?
7. Atendendo que o trabalho infantil é uma realidade de vosso conhecimento, certamente que existe um plano de acção aliado a outros instrumentos para combater esta problemática. O mesmo está sendo implementado? Pode descrever a forma como é levado acabo?

8. Como é que olha para o envolvimento da comunidade na promoção e protecção dos direitos dos menores?
9. Qual tem sido o papel do Governo ou ente-público no combate ao trabalho infantil, olhando para o período em análise?
10. As políticas e programas existentes do Governo, destinados a promoção e protecção dos direitos da criança, são eficazes?
11. Gostaria de acrescentar algo relacionado com o tema em estudo, mas que não foi abordado nesta entrevista?

Obrigado pela atenção...

Êxitos Profissionais!

ANEXO

Imagem 01: Pesquisador interceptando o respondente



Fonte: Autor (2024)

Imagem 02: Criança em actividade de comércio informal



Fonte: Autor (2024)

Imagem 03: Trabalho infantil no meio urbano (vendedores de rua)



Fonte: Autor (2024)

Imagem 04: Criança em trabalho infantil depois da retoma da escola



Fonte: Autor (2024)